



UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO

**O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DOS CREDORES NO ÂMBITO DO
PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO**

**UMA ANÁLISE CRÍTICA ÀS SUAS CONCRETIZAÇÕES E DESVIOS NA
JURISPRUDÊNCIA PORTUGUESA**

Daniela Sofia Raimundo Martins

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

Orientador: Professor Doutor Rui Pinto

Janeiro de 2019

Aos meus pais. À minha irmã.

À memória dos meus avós.

Aos amigos de todas as horas.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

Ac./Acs.	—	Acórdão/acórdãos
CC	—	Código Civil
Cf.	—	Conferir/conforme
CIRE	—	Código da Insolvência e Recuperação de Empresas
CPEREF	—	Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência
CRP	—	Constituição da República Portuguesa
n.º/n.ºs	—	número/números ss.
pág./págs.	—	página/páginas
PER	—	Processo Especial de Revitalização
ss.	—	seguintes

RESUMO

O princípio da igualdade dos credores ou *par conditio creditorum*, encontra plena consagração no regime da insolvência, em particular, no artigo 194.º, n.º 1, do CIRE, sob a epígrafe “Princípio da igualdade”¹. Prevê aquele artigo que “[o] plano de insolvência obedece ao princípio da igualdade dos credores da insolvência, sem prejuízo das diferenciações justificadas por razões objectivas.”.

O CIRE determina, quer para o plano de insolvência, quer para o plano de recuperação, determinadas regras, nomeadamente o princípio da igualdade de tratamento de credores, consagrado no artigo 194.º do CIRE, que, sem prejuízo dos demais, se reveste de particular importância no âmbito do direito da insolvência. Com efeito, este princípio representa um verdadeiro limite objetivo da discricionariedade ou da liberdade de conformação do plano, uma vez que consagra o entendimento de que cada credor tem o direito de ter um tratamento semelhante ao que é dado a outros credores que estejam consigo em igualdade de circunstâncias.

O normativo do artigo 194.º, n.º 1, do CIRE consagra de forma mitigada a igualdade dos credores da empresa devedora. Tal significará que o plano deve tratar de forma igual o que é igual e desigualmente o que é desigual, o que supõe uma comparação de situações.

Assim, ainda que, em certos casos, seja possível que a um credor seja tratado em termos mais favoráveis que os demais credores, do princípio da igualdade dos credores decorrem limites que se impõem às medidas que podem ser adotadas no âmbito do plano de recuperação, por conseguinte balizando a medida desse tratamento diferenciado, delimitando negativamente o seu alcance.

A justificação para o tratamento desigual não pode ser arbitrária, antes tem de se poder considerar razoável e relevante: perante o espaço de conformação do plano, o tribunal deve limitar-se a analisar se a regulação desigual da situação dos credores é manifestamente desadequada, por inexistência de fundamento razoável e relevante. A sua violação, sem que haja o consentimento expresso ou tácito por parte do credor lesado, é considerado um facto determinante para a recusa da homologação do plano por parte do juiz responsável pelo processo.

¹ O mesmo princípio está consagrado no artigo § 226 InsO. Aliás, o artigo 194.º é quase uma cópia do § 226 InsO, tendo, no entanto, o legislador simplificado a questão, não invocando a medida da diferença.

Palavras-chave:

Processo Especial de Revitalização; Princípio da Igualdade dos Credores; *Par Conditio Creditorum*; Insolvência; Plano de Insolvência; Plano de Recuperação.

ABSTRACT

The principle of equality of creditors or *par conditio creditorum* is envisaged in the insolvency regime, in particular in Article 194 (1) CIRE ("Principle of equality"), according to which "[t]he insolvency plan must comply with the principle of equal treatment of insolvency creditors, without prejudice to any differentiation justified by objective reasons."

The Insolvency and Business Restructuring Code establishes the applicable legal framework both to insolvency and recovery plans, namely the principle of equal treatment of creditors, which, without prejudice to others, may be said to be of the utmost importance within the setting of the insolvency legal regime, and, most recently, in the setting of the special process of revitalisation. That principle imposes real objective limits to the content of insolvency plans, since it establishes that each creditor has the right to be treated in the same way as other creditors who are in the same circumstances will.

Article 194 (1) of Insolvency and Business Restructuring Code establishes in a mitigated manner the principle of equality of the creditors of the debtor. This means that the regulation contained in an insolvency plan must establish solutions which accord a similar treatment to situations who must be treated equally and accord a different treatment to situations which must be treated differently, which presupposes a comparison of situations.

Thus, even though in certain cases it may be possible for a creditor to be treated on more favorable terms than other creditors, the principle of equal treatment of creditors limits the measures which may be adopted under the recovery plan, thus negatively circumscribing the scope of such differential treatment.

A creditor cannot be afforded a differential treatment on an arbitrary basis. On the contrary, it must be grounded on reasons which are deemed to be reasonable and relevant: the Court must only assess whether the unequal regulation of the situation of creditors is manifestly inappropriate or inadequate. The violation of this imposition, without the express or implied consent of the injured creditor, is considered to be a determining factor for the refusal of the recuperation plan by the court in charge of the proceedings.

Keywords:

The special process of revitalisation; Principle of equal treatment of creditors; Par
Conditio Creditorum; Insolvency; Insolvency Plan; Recovery plan.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO 1: O PER no CIRE: determinação legislativa, características e finalidade	13
1.1. Considerações Iniciais: Da previsão do PER no CIRE.....	13
1.2. Caracterização Geral do PER.....	19
1.3. Dos pressupostos de aplicação: objetivo e subjetivo	22
1.4. Modalidades do PER	25
1.5. Breves notas quanto à tramitação processual comum do PER	26
1.5.1. Requerimento de Início do Processo	26
1.5.2. Nomeação do Administrador Judicial Provisório e os seus Efeitos	27
1.5.3. Reclamação de Créditos e Período de Negociação	33
1.5.4. Conteúdo do Plano de Recuperação	35
1.5.5. Conclusão das negociações: Com ou sem a aprovação do plano de recuperação.....	37
1.6. Breves notas quanto à tramitação processual especial do PER (Acordos Extrajudiciais de Recuperação do Devedor).....	40
2. CAPÍTULO 2: O Princípio da Igualdade dos Credores	42
2.1. Considerações Iniciais	42
2.2. <i>Prior in tempore potior in iure versus par conditio creditorum</i>	43
2.2.1.1. O princípio do <i>prior in tempore potior in iure</i>	43
2.2.1.2. <i>Par conditio creditorum</i>	44
2.3. Aplicabilidade do princípio ao Plano de Recuperação	49
3. CAPÍTULO 3: Dos desvios ao princípio de igualdade de tratamento dos credores	51
3.1. Considerações Iniciais	51
3.2. Consentimento	51

3.3. Da Existência de Razões Objetivas – Uma análise jurisprudencial das concretizações e dos desvios ao princípio da igualdade de tratamento entre credores.	53
3.3.1. Em função da Classificação dos Créditos.....	57
3.3.2. Em função do Grau Hierárquico dentro da mesma categoria de créditos ..	65
3.3.2.1. Na categoria dos créditos garantidos.....	66
3.3.2.2. Na categoria dos créditos privilegiados	68
3.3.2.3. Na categoria dos créditos comuns e subordinados.....	70
3.3.3. Em função da Fonte do Crédito	71
3.3.4. Em Função do Regime Legal (os créditos tributários).....	77
3.3.5. Em função da posição nuclear do credor em relação aos outros credores .	84
3.3.5.1. Da Relevância de Determinado Credor para Assegurar a Atividade ..	84
4. CAPÍTULO 4: Decisão do Juiz sobre a Homologação do Plano ou da sua Recusa: reação à violação do Princípio da Igualdade	92
4.1. Considerações Iniciais	92
4.1.1. Não Homologação Oficiosa do Plano de Recuperação	94
4.1.2. A prerrogativa de um credor requerer ao juiz que recuse a homologação do plano aprovado na Assembleia de credores	99
4.2. Do Recurso quanto à Homologação do Plano de Homologação	101
CONCLUSÃO.....	102
BIBLIOGRAFIA	114
JURISPRUDÊNCIA.....	119

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como escopo essencial desenvolver um estudo quanto à matéria prevista no artigo 194.º do CIRE, que consagra o princípio da igualdade dos credores da insolvência no plano de insolvência. No entanto, vamos procurar centrar a análise e o estudo da sua aplicação no plano de recuperação no âmbito de um PER.

De facto, um dos problemas que com maior acuidade se discute no âmbito do PER é o da adequação e aplicação do princípio da igualdade dos credores – e este é um tema que se reveste não só de interesse teórico, mas também prático, atentas as coordenadas que de tal discussão se poderão extrair para o dia-a-dia da aplicação deste processo.

Na sequência da introdução do PER, surgiu um crescente número de decisões dos tribunais nas quais era suscitada a questão da aplicação do princípio da igualdade dos credores, daí a também crescente importância deste tema e a consequente relevância da sua análise.

Dadas as alterações introduzidas no CIRE, através do Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, o legislador passou a referir expressamente a necessidade de o plano de recuperação respeitar o artigo 194.º do CIRE, terminando, assim, e finalmente, com toda a incerteza quanto à sua aplicação no âmbito do PER.

Através de uma breve leitura do artigo 194.º do CIRE, facilmente se verifica que o princípio não é absoluto, considerando a expressão legal utilizada pelo legislador quanto à possível existência de “*diferenciações justificadas por razões objetivas*”, a qual resulta desde logo, como veremos, de imperativo constitucional.

É quanto a estas “*diferenciações*”, não desenvolvidas ou concretizadas pela lei, que nos procuraremos centrar e apresentar um estudo quer doutrinário, quer jurisprudencial.

Em momento prévio à análise do tema em estudo no âmbito do PER, cumpre-nos proceder a uma contextualização inicial, sintetizada, da consagração deste processo – como veremos, pré-insolvencial –, no ordenamento jurídico português. Através de um breve estudo da evolução do direito da recuperação, procuraremos assinalar os progressos e retrocessos do direito insolvencial e o modo por que se formou o atual complexo normativo que rege tal matéria.

Seguidamente, para passarmos ao estudo do princípio da igualdade dos credores, centrando-nos no conhecido princípio constitucional da igualdade, de cujo conteúdo axiológico se poderá extrair várias coordenadas relevantes para a compreensão do teor e alcance daquele preceito. Conquanto não tenhamos a intenção de dissecar o seu conteúdo, pensamos, no entanto, ser de especial importância a sua referência.

Posteriormente, resulta premente proceder a uma análise jurisprudencial tendo em vista determinar o que se deve entender por “*diferenciações justificadas por razões objetivas*”. Assim, e em primeiro lugar, proceder-se-á à análise das situações mais comuns em que se discute a incidência do princípio da igualdade dos credores, para depois passarmos à análise dos casos em que há, de facto, maiores divergências e dúvidas quanto ao âmbito de aplicação do princípio, e relativamente às quais se impõe indagar se estamos ou não perante situações nas quais concorrem verdadeiras razões passíveis de impor derrogações ao princípio da igualdade dos credores ou se, ao invés, estamos perante derrogações injustificadas e não negligenciáveis do princípio da igualdade dos credores.

Assim, naquele ponto, propomo-nos avaliar, de modo prático, as questões mais dúbias que têm surgido no âmbito da homologação ou recusa de planos de recuperação, por serem também as mais suscetíveis de constituir uma violação não negligenciável de regras imperativas.

Por fim, cumpre-nos indagar com maior detalhe quais as consequências que surgem associadas à violação do princípio da igualdade dos credores e que meios de reação são disponibilizados aos interessados contra o plano aprovado à sua revelia. Ou seja, também caberá perguntar que consequência advirá de uma deliberação de aprovação de um plano que seja violador do princípio da igualdade dos credores nos casos em que inexistente concordância do lesado ou em que o mesmo manifestou expressamente a sua não concordância.

CAPÍTULO 1: O PER no CIRE: determinação legislativa, características e finalidade

1.1. Considerações Iniciais: Da previsão do PER no CIRE

Em momento prévio à análise do tema em estudo no âmbito do PER, cumpre-nos proceder a uma contextualização inicial, sintetizada, da consagração deste processo - como veremos, pré-insolvencial -, no ordenamento jurídico português.

Através de um breve estudo da evolução do direito da recuperação, procuraremos assinalar os progressos e retrocessos do direito insolvencial e o modo por que se formou o atual complexo normativo que rege tal matéria.

Antes da entrada em vigor da atual legislação insolvencial, vigorava o CPEREF², que consagrava uma “*perspetiva bipolar*”, que se materializava numa duplicação de processos especiais – a saber: o de recuperação e do de falência. Por tal circunstância não se compadecer com as exigências de celeridade processual que se manifestavam tanto no plano do impulso processual como no da sua respetiva tramitação, procedeu-se a uma profunda alteração legislativa com a introdução do CIRE³.

Com efeito, a versão originária do CIRE, ao invés, consagrou uma forma única de tratamento jurisdicional da situação substantiva de insolvência, abandonando o processo de recuperação da empresa. Conquanto não tenha sido criado nenhum processo destinado à recuperação do insolvente, o CIRE consagrou as duas vias que, ainda hoje, compõem a arquitetura disjuntiva do atual processo de insolvência: a liquidação universal do património do devedor e, em alternativa, o plano de insolvência (caso em que, poderá estar contemplada a recuperação da empresa).

Porém, depressa se procedeu a uma nova alteração daquele diploma, cujos motivos e escopo, de resto, já haviam sido delineados na exposição dos Motivos da Proposta de Lei n.º 39/XII⁴. Em concreto, visava-se a promoção da recuperação das empresas no contexto económico e financeiro do país, em detrimento da liquidação do

² Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de abril, mais tarde alterado, de forma relevante, pelo Decreto-Lei n.º 315/98, de 20 de outubro.

³ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, tendo vindo a sofrer posteriores alterações.

⁴ Procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização.

património do devedor, daí que se afirmasse, nesse contexto, que: *“O principal objetivo prosseguido por esta revisão passa por reorientar o Código da Insolvência e Recuperação de Empresas para a promoção da recuperação, privilegiando-se sempre que possível a manutenção do devedor no giro comercial, relegando-se para segundo plano a liquidação do seu património sempre que se mostre viável a sua recuperação.”*.

Com efeito, na sequência da referida alteração legislativa, operada através da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, procurou-se concretizar tais desideratos, conforme resulta, desde logo, da atual redação do artigo 1.º do CIRE, nos termos do qual “[o] processo de insolvência é um processo de execução universal que tem como finalidade a satisfação dos credores pela forma prevista num plano de insolvência, baseado, nomeadamente, na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente, ou, quando tal não se afigure possível, na liquidação do património do devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores.”. Consagrando, ainda, o n.º 2 da mesma norma, que “[e]stando em situação económica difícil, ou em situação de insolvência meramente iminente, o devedor pode requerer ao tribunal a instauração de processo especial de revitalização, de acordo com o previsto nos artigos 17.º-A a 17.º-I.”.

Assim, passaram a prever-se, novamente, dois caminhos possíveis, cuja aplicação ao caso concreto, no entanto, sempre depende da situação substantiva do devedor. Isto é, se o devedor estiver em situação económica difícil ou em insolvência iminente, ainda que recuperável, pode recorrer ao PER; se, inversamente, já se verificar uma situação de insolvência efetiva, deve recorrer-se ao processo de insolvência, sendo dada a prioridade, nos casos em que seja possível, ao plano de insolvência.

Por outro lado, da breve leitura do artigo 1.º do CIRE, verifica-se que as soluções que consagra se mantiveram conformes à versão originária, no âmbito do processo de insolvência, da consagração do plano de insolvência e da liquidação do património do devedor⁵. No entanto, se, inicialmente, a formulação da norma parecia indicar que a tramitação regra no processo de insolvência correspondia à liquidação do património do insolvente e, apenas subsidiariamente, ao plano de insolvência, da alteração introduzida

⁵ Cf. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “Direito da Insolvência”, 7.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2017, pág. 293. A este propósito também se debruça L. Miguel Pestana de Vasconcelos, referindo que “são eles [os credores] que escolhem via mais adequada para a satisfação dos seus créditos, que pode passar pela liquidação, pela recuperação do insolvente, ou da própria empresa integrada na massa.”. VASCONCELOS, Luís Miguel Pestana de, “Recuperação de Empresas: o processo especial de revitalização”, Almedina, Coimbra, 2017, pág. 23.

ao CIRE pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, resulta que foi a vontade do legislador que o plano de insolvência constitua a regra.

Assim, ainda que já se concedesse aos credores, na versão originária do CIRE⁶, e no âmbito da insolvência do devedor, esta dupla opção, através do Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, e com a reformulação do teor da norma, surgiram algumas dúvidas na doutrina e na jurisprudência quanto ao novo regime regra e, sobretudo, quanto à finalidade que o CIRE visa atingir.

Uma vez tecidas estas considerações prévias, cumpre abordar duas questões que têm vindo a ser alvo de estudo na doutrina e na jurisprudência: *(i)* por um lado, a alteração legislativa, levada a cabo pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, determinou uma efetiva primazia do plano de insolvência baseado na recuperação do devedor em relação à liquidação do património do devedor?; e *(ii)* essa alteração determinou uma mudança de paradigma quanto à finalidade do CIRE – da satisfação dos credores para a recuperação da empresa?

A respeito da primeira questão, importa desde já assinalar que ainda que o legislador tenha dado preferência a uma via – da aprovação de um plano em relação à liquidação –, e como bem salienta MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, o legislador não criou “*mecanismos legais ou judiciais*” para garantir a prioridade da aprovação do plano de insolvência, tendo apenas acrescentado o n.º 3 do artigo 192.º do CIRE, que obriga, nos casos em que o plano de insolvência se destine à recuperação, que tal circunstância seja objeto de menção expressa em todos os documentos e publicações respeitantes ao plano de insolvência⁷. De facto, o CIRE não prevê um momento específico para se optar entre este caminho ou o da liquidação, nem sequer define em que momento deve ser apresentada uma proposta de um plano de insolvência que passe pela recuperação do insolvente⁸.

Por outro lado, vários Autores têm abordado o tema da mutação da finalidade do processo de insolvência com as alterações ao quadro legislativo, concluindo pela inexistência de qualquer alteração a esse nível na sequência da alteração legislativa pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril.

⁶ O preâmbulo do Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, que aprovou o CIRE, era feita esta referência.

⁷ Cf. EPIFÂNIO, Maria do Rosário, “Manual de Direito da Insolvência”, 6.ª edição, Almedina, Coimbra, 2015, pág. 297.

⁸ Cf. VASCONCELOS, Luís Miguel Pestana de, “Recuperação de Empresas: o processo especial de revitalização”, ob. cit., 2017, pág. 24.

Como bem resume MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, “*se na sua versão original o Código estava imbuído da finalidade primacial de satisfação dos interesses dos credores, pela forma que entendessem mais adequada (a liquidação e a recuperação dependiam exclusivamente da decisão dos credores, transformados em “proprietários económicos da empresa”), agora, e por imposição dos compromissos Internacionais firmados, a finalidade primacial é a satisfação dos interesses dos credores pela forma prevista no plano de insolvência e, quando tal não seja possível, através da liquidação do património do devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores.*”⁹. Neste sentido, considera a Autora que a finalidade do regime ínsito no código permanece a mesma, tendo alterando, no entanto, o meio preferencial de o alcançar¹⁰.

Também LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO refere que a “*satisfação dos credores deve ocorrer, preferencialmente, através de um plano de insolvência que se baseie na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente devendo a liquidação do património do devedor ser adotada apenas se não se afigurar possível a sua recuperação*”. Concluindo, o Autor refere que esta circunstância não é suficiente para elidir a questão de que o fim principal do processo de insolvência continua a ser a satisfação dos credores, de que a recuperação da empresa é mero instrumento¹¹. Consta o Autor – posição com a qual concordamos –, que se a intenção do legislador era dar prioridade à recuperação do insolvente, não o conseguiu, uma vez que o plano de insolvência pode não ter como finalidade a sua recuperação¹².

Em sentido próximo, L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, considera que ainda que aparentemente a última versão do CIRE ambicionasse uma alteração de rumo – que no processo de insolvência passasse prevalecer a via da recuperação da

⁹ EPIFÂNIO, Maria do Rosário, “Manual de Direito da Insolvência”, ob. cit., pág. 297.

¹⁰ Em defesa desta mesma posição encontramos FILIPA GONÇALVES, que, tecendo algumas considerações sobre a inserção de um novo capítulo no CIRE referente ao PER e sobre a alteração ao artigo 1.º do CIRE, conclui que se estabeleceu uma mudança no paradigma que até então caracterizava o CIRE, parecendo-lhe evidente que, da leitura atual do artigo 1.º do CIRE, resulta a primazia do legislador quanto à recuperação da empresa relativamente à liquidação do património do devedor. GONÇALVES, Filipa, *O Processo Especial de Revitalização*, in: “Estudos de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2017, (pág. 51-98), pág. 54.

¹¹ Cf. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “Direito da Insolvência”, ob. cit., pág. 52.

¹² Cf. n.º 1 do artigo 1.º do CIRE, cuja formulação deixa bem claro que o plano de insolvência pode ter finalidade distinta da recuperação do devedor, quando se refere que a satisfação dos credores pode ser alcançada através de um plano de insolvência, “*baseado, nomeadamente, na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente*”.

empresa no seio de um plano de insolvência –, nenhuma “*mudança de fundo*” se verificou que acompanhasse esta nova redação¹³.

Contrariamente, alguma jurisprudência e doutrina tem vindo a defender que, com a entrada em vigor da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, se veio inverter a finalidade do CIRE.

Neste sentido, o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 23.01.2018, proferido no âmbito do processo n.º 1923/17.3T8VIS.C1, Relator Arlindo Oliveira¹⁴, refere que o CIRE dá “*relevância à recuperação da empresa, em detrimento do anterior objetivo primordial, que era o de, em primeira linha, obter a satisfação dos direitos dos credores, por sobreposição às possibilidades de recuperação da devedora.*”.

Adotando uma posição que se poderá qualificar como intermédia, o Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 13.05.2013, proferido no âmbito do processo n.º 4257/12.6TBVFR-B.P1, Relator Caimoto Jácome¹⁵, considerou, apenas, que “[n]um CIRE cujo fim precípua era a satisfação dos direitos dos credores, o aditamento introduzido pela referida Lei na sua sistemática traduz uma mitigação de tal finalidade e um retorno ou colagem à anterior legislação falimentar na qual se previam figuras tendentes à consecução de tais propósitos (recuperação de empresa).”.

Sufragando, igualmente, uma posição mais mitigada, o Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 15.11.2012, proferido no âmbito do processo n.º 1457/12.2TJPRT-A.P1, Relator Cardoso Amaral¹⁶, referiu que “*com a introdução do PER no CIRE, a satisfação dos direitos dos credores deixou de ocupar o lugar privilegiado que vinha tendo, passando, doravante (...), a recuperação do devedor a consubstanciar, também, um fim atendível no âmbito do CIRE, máxime em sede do PER.*”.

A nosso ver, a alteração na redação do artigo 1.º do CIRE motivou uma mudança de paradigma: do privilégio atribuído à liquidação do devedor para o privilégio dado ao plano de insolvência¹⁷. No entanto, consideramos que a adoção de tal solução corresponde, tão-somente, à manifestação de uma preferência legislativa, cuja aplicação

¹³ Cf. VASCONCELOS, Luís Miguel Pestana de, “Recuperação de Empresas: o processo especial de revitalização”, ob. cit., pág. 23.

¹⁴ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁵ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁶ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁷ Na mesma linha de pensamento, o Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 13.05.2013, proferido no âmbito do processo n.º 4257/12.6TBVFR-B.P1, Relator Caimoto Jácome, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, resumiu que “*num Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas cujo o fim precípua era a satisfação dos credores, o aditamento introduzido pela referida Lei na sua sistemática traduz uma mitigação na qual se previam figuras tendentes à consecução de tais propósitos (recuperação de empresa).*”.

prática se configura em larga medida como irrelevante, e, por conseguinte, como inócua. Numa palavra, ainda que tenha ficado clara a intenção do legislador, a nosso ver, o modo por que a mesma foi consagrada deixou a desejar.

Como salientam LUÍS A. CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, apesar de tudo, e *“mau grado a preferência que a partir da Lei 16/2012 expressamente se afirma pelo plano de insolvência”*, a repartição do produto da venda do património do devedor, entretanto alienado, continua a constituir o regime supletivo.

De facto, não poderá deixar de se evidenciar a falta de firmeza legislativa na atribuição de maior destaque ao plano de insolvência baseado na recuperação da empresa, porquanto, em termos práticos, a escolha do meio continua a ser da escolha dos credores, desde que cumpridas as regras legais aplicáveis.

Como bem resumem aqueles Autores, o plano de insolvência continua ser tido *“como um meio alternativo de remédio para a insolvência, em paralelo com a liquidação do ativo e partilha, pelos credores, do respetivo produto, não tendo, sequer, de se traduzir em providências de carácter recuperatório, mesmo quando utilizado no âmbito de um processo de insolvência que integre uma empresa.”*¹⁸.

Numa marcada tentativa de consagração de soluções que promovam a recuperação do devedor e a tornem como finalidade primeira do CIRE, o legislador inseriu, ainda, através da Lei 16/2012, de 20 de abril, a figura do PER, um processo com carácter urgente¹⁹, destinado a alcançar a viabilização ou recuperação do devedor através de um acordo entre o devedor e uma maioria de credores, tendo em vista promover a viabilidade da empresa²⁰.

No entanto, concluímos, sem grande margem para dúvidas, que o fim último do CIRE continua a ser o da satisfação dos credores, ainda que a via primordial escolhida pelo legislador para alcançar esse fim tenha passado a ser o plano de insolvência e mesmo com a introdução do PER em 2012, aplicável apenas nos casos em que o devedor ainda não está em situação de insolvência.

Assim, mesmo no campo da revitalização do devedor anterior à insolvência do devedor, o fim último mantém-se a satisfação dos créditos dos credores, razão pela qual,

¹⁸ FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, 3.^a Edição, Quid Juris, Lisboa, 2015, pág. 71.

¹⁹ Cf. artigo 17.º-A, n.º 3, do CIRE.

²⁰ Inspirado no *Chapter 11 do United States Bankruptcy Code*, que traduz uma realidade também já adotada por outros sistemas jurídicos europeus, como em Espanha, Alemanha, Grã-Bretanha, França e Itália. Para mais desenvolvimentos Cf. EPIFÂNIO, Maria do Rosário, “O Processo Especial de Revitalização”, Almedina, Coimbra, 2016, pág. 262.

como veremos, a mera circunstância de o devedor ser suscetível de ser recuperado e existir uma clara necessidade de o plano ser aprovado e homologado para alcançar esse efeito, não constitui motivo atendível para a homologação do plano. Por exemplo, quando existam motivos sérios que determinem ou façam prever que “[a] sua situação ao abrigo do plano é previsivelmente menos favorável do que a que interviria na ausência de qualquer plano”²¹ para o credor, o mesmo poderá vir a ser recusado pelo juiz a solicitação do interessado e quando previstas as regras aplicáveis²².

1.2. Caracterização Geral do PER

Conforme acabámos de referir, o PER, introduzido pela Lei 16/2012, de 20 de abril, tem, nos termos do artigo 17.º-A do CIRE, “*por fim a obtenção de um acordo entre o devedor e uma maioria de credores, que seja capaz de suportar a viabilização da empresa*”.

A inserção deste processo no CIRE foi um dos aspetos mais relevantes da revisão do CIRE, uma vez que, como acima tivemos oportunidade de constatar, até à entrada em vigor daquele diploma legal, a solução vigente não determinava qualquer alternativa à insolvência. Assim, a recuperação de um devedor que ainda não se encontra em situação de insolvência, pode, agora, ser feita através da adesão a um processo comumente designado por pré-insolvencial.

Como certamente se compreenderá, se se tiver em conta o contexto económico e financeiro desfavorável em que se encontrava mergulhado o país e as consequências que, consabidamente, daí advieram no contexto do tecido empresarial português, este processo, na altura da sua criação, foi visto com bons olhos.

Mas afinal de que forma podemos caracterizar este processo em face da legislação legal aplicável? Em poucas palavras, é possível definir o PER como sendo um processo, pré-insolvencial, especial, destinado à recuperação de empresas, híbrido, concursal e urgente²³.

Desde logo, o PER é um processo pré-insolvencial, porquanto, como já tivemos oportunidade de referir, só é passível de ser utilizado por quem “*se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda*

²¹ Cf. Artigo 216.º, n.º 1, alínea a), do CIRE.

²² Matéria de que se irá cuidar mais detidamente *infra* no Capítulo 4.

²³ Cf. SERRA, Catarina, “Lições de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2018, págs. 339 e ss.

seja suscetível de recuperação”²⁴. Por outras palavras, só poderá aceder ao PER a empresa que se encontre em condições que permitam a sua recuperação e, portanto, não se encontre em situação de efetiva insolvência. Este processo é destinado apenas às empresas que se encontrem numa situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda sejam suscetíveis de recuperação, sendo que através deste processo se procura fomentar o estabelecimento de negociações entre os credores e o devedor, tendo em vista a conclusão de acordo conducente à sua revitalização deste último.

Trata-se, também, de um processo especial, tendo em conta que se trata de um processo “*com uma configuração própria, insuscetível de recondução à categoria do processo comum.*”²⁵. Com efeito, tanto lhe são aplicáveis as normas que especialmente regulam este processo (artigos 17.º a 17.º-I do CIRE), como também lhe são aplicáveis, subsidiariamente: *(i)* as disposições introdutórias do CIRE (artigos 1.º a 16.º); *(ii)* as normas do plano de insolvência, com as necessárias adaptações, e em especial disposto nos artigos 194.º a 197.º, no n.º 1 do artigo 198.º e nos artigos 200.º a 202.º, 215.º e 216.º, todos do CIRE ; e *(iii)* as normas gerais e comuns do Código de Processo Civil em tudo o que não contrarie as disposições do CIRE.

Por outro lado, e como já decorre do que se disse, trata-se de um processo destinado à recuperação de empresas²⁶⁻²⁷. Ou seja, “*o objetivo é revitalizar o devedor, isto é, torná-lo novamente “saudável”, o que – no caso de uma empresa – implica a prossecução de uma atividade previsivelmente lucrativa.*”. De facto, o que se pretende é que seja possível ao devedor prosseguir a sua atividade num cenário de normalidade

²⁴ Cf. Artigo 17.º-A do CIRE.

²⁵ Cf. SERRA, Catarina, “Lições de Direito da Insolvência”, ob. cit., pág. 338. Cf. ainda quanto a esta matéria REIS, José Alberto dos, “Processos Especiais”, Volume I, Coimbra Editora, Coimbra, 1955, pág. 2, onde o Autor refere que “*a criação de processos especiais obedece ao pensamento de ajustar a forma ao objeto da ação, de estabelecer correspondência harmónica entre os trâmites do processo e a configuração do direito que se pretende fazer reconhecer ou efetivar. É a fisionomia especial do direito que postula a forma especial do processo. Portanto, onde quer que se descubra um direito substancial com caracteres específicos que não se coadunem com os trâmites do processo comum, há-se organizar-se um processo especial adequando a tais caracteres. Daí tantos processos especiais quantos os direitos materiais de fisionomia específica.*”.

²⁶ Como refere Catarina Serra, “*O princípio fundamental é, claramente, o princípio da recuperação ou do primado da recuperação. (...) [Este princípio] desdobra-se, em primeiro lugar, na ideia de que todas as empresas suscetíveis de recuperação devem ser recuperadas e, em segundo lugar, na ideia de que só as empresas suscetíveis de recuperação devem ser recuperadas.*”. Cf. SERRA, Catarina, “Lições de Direito da Insolvência”, ob. cit., pág. 340.

²⁷ Cf., ainda, para mais desenvolvimentos sobre estes e outros princípios no âmbito do PER, Cf. SERRA, Catarina, *Entre o princípio e os princípios da recuperação de empresas (um work in progress)*, in: “II Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2014, págs. 71 e ss.

e viabilidade económica e, portanto, com resultados de exploração previsivelmente positivos, ainda que não no imediato.

Da definição constante do n.º 1 do artigo 17.º-A do CIRE constata-se que o PER tem em vista dois objetivos: (i) estabelecer negociações entre o devedor e os respetivos credores; e (ii) possibilitar a conclusão de um acordo de revitalização²⁸.

Refira-se, no entanto, que ainda que o seu escopo seja o de permitir a conclusão de um acordo conducente à recuperação do devedor, este não tem qualquer direito a exigir a sua celebração, mesmo que tal pudesse implicar a sua recuperação e ainda que da sua conclusão pudesse resultar uma situação mais favorável para os credores do que a que resulta da ausência de acordo.

Acrescente-se, ainda, e seguindo a mesma linha de pensamento de CATARINA SERRA, que o PER se trata de um processo híbrido, uma vez que combina, “*em rigor, uma fase informal (ou negocial) e uma fase formal (judicial), acumulando, portanto, as vantagens de uma e de outra.*”²⁹. Saliente-se que embora o PER seja um processo que garante um generoso grau de autonomia e liberdade aos credores, o mesmo encerra uma fase judicial sem a qual o plano não produzirá os seus efeitos perante terceiros. Isto significa que a condução do plano deverá necessariamente respeitar as exigências do princípio da tutela jurisdicional efetiva³⁰.

O PER é, finalmente, um processo concursal, considerando que, por um lado, a generalidade dos credores interessados na recuperação podem participar na fase das negociações e que, por outro, o plano, quando aprovado, vincula todos os credores (mesmo os que não tenham reclamado os seus créditos ou participado nas negociações)³¹.

²⁸ Com bem resume PAULO OLAVO CUNHA, “O PER aplica-se, assim, a uma situação de pré-insolvência, sendo a consequência de um acordo de credores e consistindo num plano de recuperação da empresa assistido e supervisionado pelo tribunal.”. Cf. CUNHA, Paulo Olavo, A recuperação de sociedades no contexto do PER e da insolvência: âmbito e especificidades resultantes da situação de crise da empresa, in: “Estudos em homenagem ao Professor Doutor Carlos Pamplona Corte-Real”, Coimbra, 2016, pág. 103.

²⁹ Cf. SERRA, Catarina, “Lições de Direito da Insolvência”, ob. cit., pág. 343.

³⁰ Para maiores desenvolvimentos acerca da necessidade de conformação do plano com o princípio da tutela jurisdicional efetiva cfr. o Capítulo 2.

³¹ Cf. Neste sentido, o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 12.07.2017, proferido no âmbito do processo n.º 3528/15.4T8CBR.1.C1, Relator Jorge Arcanjo, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>: “A sentença homologatória tem por finalidade o controle da legalidade, sendo condição de eficácia do contrato e legítima a vinculação do plano aos credores dissidentes e não intervenientes, conferindo-lhe carácter concursal.”. Cf. EPIFÂNIO, Maria do Rosário, “O Processo Especial de Revitalização”, ob. cit., pág. 14, onde a Autora refere que “não só todos os credores interessados nele podem participar, como também o plano aprovado em sede de PER vincula todos os credores, mesmo aqueles que não tenham participado no processo”

Por fim, nos termos do artigo 17.º-A, n.º 3, do CIRE, trata-se “*de natureza eminentemente urgente*”³². Nestes termos, o processo detém prazos procedimentais curtos e corre em férias, com prioridade sobre o restante serviço do tribunal em causa.

1.3. Dos pressupostos de aplicação: objetivo e subjetivo

Para recorrer ao PER, e não sendo este processo um meio alternativo à insolvência, o devedor não pode estar já em situação de insolvência quando optar por recorrer àquele processo, podendo, nesses casos, apenas, recorrer aos instrumentos que o CIRE disponibiliza para os devedores nessas circunstâncias³³. Neste sentido, o PER é apenas aplicável aos devedores que se encontrem numa situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente³⁴, mas que ainda estejam em situação suscetível de recuperação³⁵.

Como referem NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, e como já tivemos a oportunidade de brevemente expor, o objetivo do legislador é o de

³² Cf. Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 27.04.2017, proferido no âmbito do processo n.º 1839/15.8T8STR.E1.S1, Relatora Ana Paula Boulrot; e Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 06.06.2017, proferido no âmbito do processo n.º 12966/16.4T8LSB.L1.S1, Relatora Ana Paula Boulrot, todos disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt>,

³³ Cf. neste sentido e a título de exemplo o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 27.10.2016, proferido no âmbito do processo n.º 741/16.0T8LRA-A.C1.S1, Relator José Rainho, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, no qual se refere que, quando se encontrem no processo elementos factuais que “*revelem inequivocamente que o devedor se encontra numa situação de insolvência atual*”, o juiz pode recusar a homologação do acordo de recuperação firmado no âmbito do PER.

³⁴ Veja-se a este propósito e a título de exemplo, o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 21.10.2014, proferido no âmbito do processo n.º 2081/13.8TBPBL-A.C1, Relator Sílvia Pires e Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 25.09.2014, proferido no âmbito do processo n.º 983/14.3TBBCL-A.G1, Relator Estelita de Mendonça, ambos disponíveis in <http://www.dgsi.pt>.

³⁵ Note-se que o devedor deveria, nos termos do anterior artigo 17.º, n.º 2, do CIRE, mediante declaração escrita e assinada por ele, atestar que reunia as condições necessárias para a sua recuperação. A este respeito, FILIPA GONÇALVES referia que seria melhor a adoção de uma solução idêntica à acolhida na versão do Anteprojeto de alteração do CIRE, de 24 de novembro de 2011, em que o devedor deveria apresentar uma declaração certificada por TOC ou por ROC independente, que atestasse a reunião das condições necessárias à recuperação do devedor. Esta seria uma solução aproximada do regime alemão (§270b InsO-E), em que uma entidade diferente do devedor atesta também a capacidade de recuperação daquele. Cf. GONÇALVES, Filipa, *O Processo Especial de Revitalização*, in: “Estudos de Direito da Insolvência”, ob. cit., (pág. 51-98), pág. 60. Em sentido contrário, NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS entendiam que exigir uma técnica para que o próprio processo se iniciasse seria matá-lo à partida. Cf. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pág. 12. Note-se, no entanto, que atualmente o preceito dispõe que “*O processo referido no número anterior pode ser utilizado por qualquer empresa que, mediante declaração escrita e assinada, ateste que reúne as condições necessárias para a sua recuperação e apresente declaração subscrita, há não mais de 30 dias, por contabilista certificado ou por revisor oficial de contas, sempre que a revisão de contas seja legalmente exigida, atestando que não se encontra em situação de insolvência atual, à luz dos critérios previstos no artigo 3.º*”.

permitir o recurso a um processo, em tempo útil, que antecipe a situação de insolvência atual, inclusivamente evitando-a³⁶.

Por um lado, o legislador procurou definir o conceito de situação económica difícil no artigo 17.º-B do CIRE, no qual se prevê que se encontra “*em situação económica difícil a empresa que enfrentar dificuldade séria para cumprir pontualmente as suas obrigações, designadamente por ter falta de liquidez ou por não conseguir obter crédito.*”. Por outras palavras, não estando ainda impossibilitado de cumprir pontualmente as suas obrigações, o devedor encontra-se investido numa situação em que apresenta dificuldades séria em o fazer, resultante da sua falta de liquidez ou por não conseguir obter crédito³⁷.

No entanto, cumpre indagar acerca do que se deve entender por dificuldade séria para cumprir pontualmente as suas obrigações? Seguindo a mesma linha de pensamento de NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, “*a situação económica difícil é a situação anterior à da insolvência iminente na qual o devedor, tendo embora um ativo suficiente para fazer face às suas obrigações, não as pode cumprir sem para isso praticar atos – designadamente negócios desfavoráveis em condições normais de mercado – que ponham em causa a sua viabilidade económica.*”³⁸.

Por outro lado, o conceito de situação de insolvência iminente não se encontra definido no CIRE. Neste contexto, LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA avançam uma definição, referindo que aquela situação se analisa na “*ocorrência de circunstâncias que não tendo ainda conduzido ao incumprimento em condições de poder considerar-se situação de insolvência já atual, com toda a probabilidade a vão determinar a curto prazo, exatamente pela insuficiência do ativo líquido e disponível para satisfazer o passivo exigível.*”. Com efeito, há uma previsão de impossibilidade futura de o devedor cumprir as suas obrigações.

³⁶ Refira-se, no entanto, que a crítica tecida por estes Autores relativamente ao facto de este regime impedir que as empresas em situação de insolvência atual recorram a este mecanismo rápido e expedito de recuperação, denotando a possibilidade o devedor poder não ter liquidez ou património para cumprir as suas obrigações, mas ainda assim ter viabilidade económica. Cf. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 15.

³⁷ Cf. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *A responsabilidade pela abertura indevida do processo especial de revitalização*, in: “II Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2014, (págs. 143-151), pág. 145.

³⁸ Cf. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 24.

No entanto, tendemos a concordar com o entendimento sufragado por parte da doutrina, que considera que apesar do esforço doutrinal de caracterização deste conceito, a realidade é que a possibilidade de se distinguir com absoluta certeza a insolvência iminente da situação económica difícil e até mesmo da situação de insolvência atual é muito difícil³⁹.

Adicionalmente e no que concerne ao pressuposto subjetivo deste procedimento, de acordo com o n.º 2 do artigo 17.º-A do CIRE, tem legitimidade para recorrer ao PER a empresa que, comprovadamente, se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda seja suscetível de recuperação, estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir com estes acordo conducente à sua revitalização.

Note-se que com a recente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 79/2017, foram novamente introduzidas alterações significativas ao CIRE, destacando-se, no que releva para o presente estudo, as que respeitam ao PER. Da leitura daquele diploma, quanto ao âmbito de aplicação subjetivo do PER, é possível constatar que este processo passou a ser apenas aplicável a “empresas”, tendo, com efeito, se verificado uma alteração da regulação direta do PER, prevista nos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE, em conformidade com esta alteração legislativa.

Antes da entrada em vigor deste novo diploma a lei referia-se, simplesmente, a devedor, não estabelecendo qualquer restrição, gerando uma discussão na doutrina quanto ao âmbito de aplicação do PER: se por um lado certos autos consideravam que o PER se aplicava apenas a empresas, outros consideravam que o PER também tinha aplicação quanto às pessoas singulares não titulares de empresas⁴⁰.

Tendo passado o PER a ser aplicável apenas a “empresas”, foi agora criado um novo regime, o Processo Especial para Acordo de Pagamentos (PEPAP), aplicável ao devedor que não seja uma empresa. No que a esta matéria diz respeito, ALEXANDRE SOVERAL MARTINS critica esta opção legislativa, posição com a qual concordamos,

³⁹ Cf. GONÇALVES, Filipa, *O Processo Especial de Revitalização*, in: “Estudos de Direito da Insolvência”, ob. cit., (pág. 51-98), pág. 56 e SERRA, Catarina, *Revitalização – a designação e o misterioso objeto designado. O Processo Homónimo (PER) e as suas ligações com a Insolvência (situação e processo) e com o SIREVE*, in: “I Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2013, (págs. 85-106), pág. 91.

⁴⁰ Cf. para mais desenvolvimentos Cf. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 19; SILVA, Fátima Reis, “Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente”, Porto Editora, Porto, 2014, pág. 20; EPIFÂNIO, Maria do Rosário, “O Processo Especial de Revitalização”, ob. cit., pág. 15.

uma vez que, e aderindo à fundamentação avançada pelo Autor, “*não se vê bem qual a vantagem em criar um novo regime que é praticamente decalcado do que encontramos para o PER.*”. O Autor conclui referindo que “*teria sido melhor manter o PER e fazer-lhe as necessárias adaptações quanto aos devedores pessoas singulares que não sejam empresários*”.

1.4. Modalidades do PER

Da análise do regime aplicável ao PER, decorre que tal processo pode assumir uma de duas modalidades, sendo o acordo alcançado: *(i)* no seio do processo, ao abrigo dos artigos 17º-A a 17º-G do CIRE; ou *(ii)* pela via extrajudicial, ainda antes do início do processo, ao abrigo do disposto no artigo 17º-I do CIRE.

No primeiro caso, as negociações conducentes ao acordo ocorrem já no seio do processo judicial, ainda que, como bem refere L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, “*nada obste, e seja até conveniente do prisma prático, que haja uma preparação prévia, e até um pré-acordo com alguns dos credores –, podendo, ou não, alcançar-se o acordo*”⁴¹.

Por outro lado, no segundo caso, as negociações entre o devedor e os seus credores ocorrem antes do recurso à via judicial, sendo que, só depois de ser alcançado acordo, se recorre ao PER, tendo em vista obter a homologação desse acordo. Como resumem NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, “*o artigo 17.º-I estabelece um regime mais expedito e simplificado para os casos em que, ab initio (isto é, mesmo antes do início do PER, já foi acordado um plano de revitalização entre o devedor e os credores suficientes para assegurar a sua aprovação.*”⁴². Nestes casos, parece razoável a opção legislativa destinada à conceção de uma tramitação mais abreviada, uma vez que o acordo entre o devedor e os credores quanto ao plano de recuperação a implementar, que deveria resultar das negociações previstas ao abrigo do PER, já foi alcançado antes do início do PER.

⁴¹ Cf. VASCONCELOS, Luís Miguel Pestana de, “Recuperação de Empresas: o processo especial de revitalização”, ob. cit., pág. 51.

⁴² CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 188.

1.5. Breves notas quanto à tramitação processual comum do PER

1.5.1. Requerimento de Início do Processo

O procedimento inicia-se por iniciativa do devedor, através de requerimento que contém, obrigatoriamente, a declaração do devedor (“*empresa*”) e do credor ou credores que, não estando especialmente relacionados com a empresa, sejam titulares, pelo menos, de 10% de créditos não subordinados, com a intenção de dar início a negociações conducentes à revitalização do devedor através de um plano de recuperação ou com a apresentação de um acordo extrajudicial de recuperação assinado pelo devedor e pelos seus credores, com o quórum exigido por lei, tendo em vista a sua homologação judicial⁴³.

Refira-se, contudo, que o requerimento fundamentado da empresa e do credor ou credores que detenham, pelo menos, créditos no valor de 5% dos créditos relacionados, ou mediante requerimento fundamentado da empresa, o juiz pode reduzir o limite de 10%, levando em consideração na apreciação do pedido o montante absoluto dos créditos relacionados e a composição do universo de credores⁴⁴.

Em regra, recebido o requerimento inicial, o juiz deverá nomear, de imediato, por despacho, o administrador judicial provisório, sendo o mesmo dado a conhecer à empresa devedora⁴⁵. No entanto, tem sido controvertido se o juiz poderá, nesta fase, indeferir liminarmente o PER, nomeadamente por falta de cumprimento dos pressupostos legais, como por exemplo, nos casos em que o devedor se encontre já em situação de insolvência efetiva.

A este propósito, concordamos com a tese expendida por LUÍS MENEZES LEITÃO, o qual refere que “*o juiz deverá fazer uma apreciação liminar, ainda que restrita, nesta fase, apenas nomeando o administrador judicial provisório se o pedido cumprir os requisitos legais.*”. Mais acrescentando que “[a] apresentação indevida de um processo especial de revitalização pode inclusivamente justificar a responsabilização do devedor que recorreu abusivamente a esse processo”⁴⁶.

⁴³ Cf. Artigo 17.º-C, n.º 1, do CIRE.

⁴⁴ Cf. Artigo 17.º-C, n.º 6, do CIRE.

⁴⁵ Cf. artigo 17.º-C, n.ºs 4 e 5, do CIRE.

⁴⁶ Cf. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “A Recuperação Económica dos Devedores. RER, PER, Plano de Insolvência, Plano de Pagamentos e Exoneração do Passivo Restante”, Almedina, Coimbra, 2019, pág. 42. Veja-se, ainda, para mais desenvolvimentos quanto ao tema Cf. LEITÃO, Luís Manuel

No entanto, a prática tem defendido, em larga maioria, uma posição distinta da ora referida. A título de exemplo, veja-se o Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 15.11.2012, proferido no âmbito do processo n.º 1457/12.2TJPRT-A.P1, Relator Cardoso Amaral⁴⁷, onde se sustentou que ao juiz não compete “*verificar os requisitos materiais de que depende o procedimento.*”⁴⁸.

No entanto, também tem surgido jurisprudência em sentido contrário, como é o caso do Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 07.10.2013, proferido no âmbito do processo n.º 754/13.4TBLRA.C1, Relator Carlos Moreira⁴⁹, através do qual se considerou que “*se o juiz concluir que não está preenchido nenhum destes requisitos (...), pode e deve, à minguia de justificação para a alteração da posição/preensão, rejeitar liminarmente o pedido.*”⁵⁰.

1.5.2. Nomeação do Administrador Judicial Provisório e os seus Efeitos

Uma vez concluída a apreciação liminar do requerimento que deu início ao processo, deverá o juiz, nos termos do artigo 17.º-C, n.º 4, do CIRE, nomear o administrador judicial provisório através de despacho, no qual se deverá, desde logo, proceder à fixação da respetiva remuneração⁵¹.

A nomeação do administrador judicial provisório acarreta um conjunto de efeitos, que podemos separar em quatro grupos⁵²: (i) efeitos sobre a empresa; (ii) efeito suspensivo dos prazos de prescrição e de caducidade; (iii) efeitos sobre outros processos; (iv) efeitos sobre os fornecedores de serviços públicos essenciais.

Teles de Menezes, *A responsabilidade pela abertura indevida do processo especial de revitalização*, in: “II Congresso de Direito da Insolvência”, ob. cit., 2014, págs. 143-151.

⁴⁷ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

⁴⁸ Cf. no mesmo sentido, o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 16.05.2013, proferido no âmbito do processo n.º 284/13.4TBEPS-A.G1, Relatora Conceição Bucho, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, decidiu que não compete ao juiz “*averiguar se materialmente se verificam os requisitos de que depende o procedimento.*”. Também parte da doutrina tem defendido este entendimento, como por exemplo, CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 17.

⁴⁹ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

⁵⁰ Cf. no mesmo sentido, o Ac. Do Tribunal da Relação de Guimarães, de 20.02.2014, proferido no âmbito do processo n.º 8/14.9TBGMR.G1, Relator Moisés Silva, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, o qual também considerou que “*o devedor que, face ao que o próprio alega, está já em estado de insolvência, devendo ser indeferido liminarmente o respetivo pedido, para, além do mais, evitar a violação do dever de apresentação (art. 18º do CIRE).*”

⁵¹ Esta remuneração deverá ser fixada nos termos da Portaria n.º 51/2005, de 20 de janeiro.

⁵² Cf. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “A Recuperação Económica dos Devedores. RER, PER, Plano de Insolvência, Plano de Pagamentos e Exoneração do Passivo Restante”, ob. cit., págs. 43 e ss.

Em primeiro lugar, uma vez nomeado pelo juiz o administrador judicial provisório, a empresa ficará impedida de praticar atos de especial relevo, tal como definidos no artigo 161.º do CIRE, sem que previamente obtenha autorização para a realização da operação pretendida por parte do administrador judicial provisório⁵³.

A expressão utilizada pelo legislador para delimitar os atos cuja prática se encontra sujeita à autorização do administrador judicial provisório – leia-se: a proibição de prática de atos de especial relevo –, não se encontra definida ou estabelecida na lei, determinando-se, no entanto, conforme dispõe o artigo 161.º, n.º 3, do CIRE, a necessidade de proceder a uma valoração do ato em concreto atendendo-se aos riscos envolvidos e às suas repercussões sobre a tramitação ulterior do processo, às perspectivas de satisfação e à suscetibilidade de recuperação da empresa⁵⁴.

O artigo 161.º, n.º 3, do CIRE aponta ainda um conjunto de exemplos de factos de especial relevo, a saber:

- a) A venda da empresa, de estabelecimentos ou da totalidade das existências;
- b) A alienação de bens necessários à continuação da exploração da empresa, anteriormente ao respetivo encerramento;
- c) A alienação de participações noutras sociedades destinadas a garantir o estabelecimento com estas de uma relação duradoura;
- d) A aquisição de imóveis;
- e) A celebração de novos contratos de execução duradoura;
- f) A assunção de obrigações de terceiros e a constituição de garantias;
- g) A alienação de qualquer bem da empresa por preço igual ou superior a (euro) 10000 e que represente, pelo menos, 10% do valor da massa insolvente, tal como existente à data da declaração da insolvência, salvo se se tratar de bens do ativo circulante ou for fácil a sua substituição por outro da mesma natureza.

Assim, nomeado o administrador judicial provisório, todos os atos de especial relevo, e, em concreto, os que ora se transcrevem, deixam de poder ser praticados sem a sua autorização prévia pelo devedor. A autorização deve ser requerida por escrito pela

⁵³Cf. Artigo 17.º-E, n.º 2, do CIRE.

⁵⁴ Cf. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “A Recuperação Económica dos Devedores. RER, PER, Plano de Insolvência, Plano de Pagamentos e Exoneração do Passivo Restante”, ob. cit., pág. 47.

empresa ao administrador judicial provisório e concedida pela mesma forma, não podendo decorrer mais de cinco dias entre o pedido em causa e a resposta⁵⁵. Não havendo resposta por parte do administrador judicial provisório, considera-se que o mesmo recusa o pedido formulado pela empresa⁵⁶.

Em segundo lugar, nos termos do artigo 17.º-E, n.º 8, do CIRE a partir da nomeação de administrador judicial provisório e durante todo o tempo em que perdurarem as negociações, não pode ser suspensa a prestação dos seguintes serviços públicos essenciais, tais como:

- a) Serviço de fornecimento de água;
- b) Serviço de fornecimento de energia elétrica;
- c) Serviço de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados;
- d) Serviço de comunicações eletrónicas;
- e) Serviços postais;
- f) Serviço de recolha e tratamento de águas residuais;
- g) Serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos.

Em contrapartida, o preço dos serviços públicos essenciais prestados durante aquele período e que não sejam objeto de pagamento pela empresa, será considerado como dívida da massa insolvente em insolvência da mesma que venha a ser decretada nos dois anos posteriores ao termo do prazo de negociações.

Em terceiro lugar, outro dos efeitos da nomeação pelo juiz de administrador judicial provisório é o da suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade. Nos termos do artigo 17.º-E, n.º 7, do CIRE, a decisão a que se refere o n.º 4 do artigo 17.º-C do CIRE, determina a suspensão de todos os prazos de prescrição e de caducidade oponíveis pela empresa durante todo o tempo em que perdurarem as negociações e até à prolação dos despachos de homologação ou de não homologação (caso não seja aprovado plano de recuperação até ao apuramento do resultado da votação ou até ao encerramento das negociações⁵⁷).

Outros dos efeitos da nomeação de administrador judicial provisório corresponde à suspensão dos processos de insolvência que anteriormente tivessem sido

⁵⁵ Cf. Artigo 17.º-E, n.º 4, do CIRE.

⁵⁶ Cf. Artigo 17.º-E, n.º 5, do CIRE.

⁵⁷ Tratando-se de um prazo de suspensão, o tempo que tiver decorrido antes da suspensão é contabilizado na altura em que o prazo voltar a correr.

iniciados, “*desde que não tenha sido proferida sentença declaratória da insolvência, extinguindo-se logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação.*”⁵⁸.

Em quarto lugar, a nomeação obsta à instauração de quaisquer ações para cobrança de dívidas contra a empresa e, durante todo o tempo em que perdurarem as negociações, ficam suspensas, quanto à empresa, as ações em curso com idêntica finalidade, que, ademais, se extinguem, logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação⁵⁹. Discute-se, no entanto, se a expressão “*quaisquer ações para cobrança de dívidas*” abrange só as ações executivas, ou, conjuntamente, as ações executivas e ações declarativas condenatórias.

Defendendo o primeiro sentido, ou seja, de que a expressão legal a que se refere o n.º 1 do artigo 17.º-E do CIRE não abrange, conjuntamente, as ações executivas e ações declarativas condenatórias, mas apenas as executivas, NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, referem o seguinte: “*abrange (...) as ações executivas para pagamento de quantia certa (e as demais execuções sempre e quando se verifique a conversão das mesmas nos termos previstos nos artigos 867.º ou 869.º do Código de Processo Civil) e os procedimentos cautelares antecipatórios de ações que deveriam ser suspensas ao abrigo do citado normativo legal.*”. Consideram os Autores, portanto, que se encontram “*excluídas (...) do âmbito de aplicação do n.º 1 do artigo 17.º-E, as ações declarativas, as ações executivas para entrega de coisa certa, as ações executivas para prestação de facto e a generalidade dos procedimentos cautelares.*”⁶⁰⁻⁶¹.

Em suma, entendem estes Autores que a expressão apenas inclui ações executivas e, dentro destas, apenas as para pagamento de quantia certa, com base na seguinte ordem de ideias:

- a) Em primeiro lugar, para os referidos Autores a expressão cobrança de dívidas remete imediatamente para uma ação destinada a obter o pagamento coercivo de uma quantia pecuniária, salientando mesmo que a expressão é habitualmente utilizada ou encontra-se associada à realização coativa de uma prestação em dinheiro;

⁵⁸ Cf. Artigo 17.º-E, n.º 6, do CIRE.

⁵⁹ Cf. Artigo 17.º-E, n.º 1, do CIRE.

⁶⁰ Cf. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., págs. 97 e ss.

⁶¹ Cf. Ainda no mesmo sentido, ainda que mais reticente, PINTO, Rui, *Os terceiros garantes face ao processo especial de revitalização (PER). Algumas notas*, in: “Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Pamplona Corte-Real”, Almedina, Coimbra, 2016, (pág. 865-893).

- b) Em segundo lugar, e por outro lado, referem ainda que, se o legislador quisesse abranger no artigo 17.º-E, n.º1, do CIRE, todas as ações executivas, certamente que teria optado por uma redação idêntica àquela que utilizou no artigo 88.º do mesmo diploma, o qual não deixa margem para dúvidas de que a declaração de insolvência obsta à instauração e ao prosseguimento de quaisquer ações executivas. Nestes termos, o intérprete será *“obrigado a concluir que o 17.º-E, n.º 1, não abrange todas as ações executivas (como no caso do artigo 88.º) – mas também as ações para cobrança de dívida)”*;
- c) Em terceiro lugar, acresce ainda que consideram estar também excluídas do escopo da previsão normativa as ações declarativas, uma vez que, *“em qualquer das suas modalidades, as acções declarativas têm sempre o fito de estabelecer o direito e nunca de assegurar a realização coativa do mesmo (realização coativa essa que está ínsita na expressão cobrança de dívida)”*;
- d) Em primeiro lugar, ainda que as ações declarativas de condenação pudessem gerar maiores dúvidas, para os Autores, uma vez que não se procede, nestas ações, à realização coativa do direito, também não se poderá falar em cobrança de dívida.

Também para ISABEL ALEXANDRE, a expressão apenas se reporta às ações executivas (ainda que desconsidere as de entrega de coisa certa e as para prestação de facto), considerando que podem mesmo ser instauradas novas ações declarativas no decurso do PER⁶².

⁶² Considera a Autora que *“se a pendência de uma ação declarativa não pode prejudicar a recuperação do devedor, os obstáculos à sua instauração ou prosseguimento configuram uma restrição desproporcionada do direito de ação judicial.”*. Cf. ALEXANDRE, Isabel, Efeitos Processuais da abertura do processo de revitalização, in: “II Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2014, (pág. 235-254), pág. 247.

Por outro lado, são também vários os Autores⁶³ que defendem uma interpretação mais ampla da norma. Entre eles, surge LUÍS MENEZES LEITÃO, que considera que *“a melhor posição é a de que são abrangidas todas as ações destinadas à cobrança de dívidas, sejam elas declarativas ou executivas, e independentemente da natureza da dívida”*, pelo que todas estas ações devem ficar, assim, *“suspensas [, extinguindo-se] logo que seja aprovado e homologado o plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação (art.17.º-E, n.º 1).”*.

Também a jurisprudência se tem manifestado a este propósito, sendo que a tendência maioritária é a de que a expressão impõe a suspensão de todas as ações – quer executivas, quer declarativas⁶⁴.

A nosso ver, no conceito de ações para cobrança de dívidas estão abrangidas não apenas as ações executivas para pagamento de quantia certa, mas também as ações declarativas em que se pretenda obter a condenação do devedor no pagamento de um crédito que se pretende ver reconhecido. Consideramos que as razões pelas quais aquelas as ações executivas se deverão suspender, perante a propositura de um PER e, *maxime*, perante a competente nomeação de administrador judicial provisório, estão igualmente presentes no âmbito das ações declarativas de condenação: a lei pretende proporcionar à empresa um período de serenamento, para que esta se possa concentrar na sua recuperação, não dirigindo as suas energias para outro assunto que não esse,

⁶³ Cf. Neste sentido FERNANDES, Carvalho, e LABAREDA, João, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado, 3.ª Edição, Quid Iuris, 2015, pág. 161; REIS, Fátima Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente, pág. 53; PRATA, Ana/CARVALHO, Jorge Morais/ SIMÕES, “Rui, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, Almedina, Coimbra, 2013, pág. 64 e MARTINS, Alexandre de Soveral, “Um Curso de Direito da Insolvência”, 2.ª Edição Revista e Atualizada, Almedina, Coimbra, 2017, págs. 522 e ss. Cf. ainda PEREIRA, João Aveiro, *A revitalização económica dos devedores*, in: “O Direito”, Ano 145.º, Lisboa, 2013, (págs. 9-50), pág. 24, para maiores desenvolvimentos quanto a uma posição próxima à apresentada, mas onde o Autor defende que, ainda que a expressão abranja ambas as ações, apenas assim será se estas forem relativas a obrigações pecuniárias.

⁶⁴ Veja-se, a título de exemplo o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 18.09.2018, proferido no âmbito do processo n.º 190/13.2TBVNC.G1.S1, Relator José Rainho, no qual se decidiu nos seguintes termos: *“I - O n.º 1 do art. 17.º-E do CIRE compreende tanto as ações executivas como as declarativas. II - A letra do n.º 1 do art. 17.º-E do CIRE vai além do pensamento legislativo nele vertido, não expressando o propósito da lei de excluir da extinção ali prevista as ações que versem sobre créditos litigiosos, não reclamados no PER nem regulados no plano de recuperação aprovado e homologado. III - Está-se assim perante uma lacuna oculta, a implicar a redução teleológica da norma de modo a excluir do seu âmbito de aplicação a extinção das ações em que se discutem créditos que continuam carecidos de definição jurisdicional.”*. Cf. ainda Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 18.09.2018, proferido no âmbito do processo n.º 2209/14.0TBBERG.G1, Relator Ana Cristina Duarte; Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 26.09.2017, proferido no âmbito do processo n.º 1122/16.1T8GRD-A.C1, Relator Maria Catarina Gonçalves; e Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 19.05.2015, proferido no âmbito do processo n.º 3105/13.4TBLRA.C1, Relator Moreira do Carmo, todos disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

ficando temporariamente liberta das preocupações inerentes a qualquer litígio que contra si tenha sido instaurado e se encontre pendente, seja ele no âmbito de uma ação declarativa ou executiva.

De facto, em certos casos, permitir o prosseguimento de ações que contendam com o património do devedor em PER, em particular, ações declarativas de carácter condenatório, pode precipitar uma situação de desequilíbrio, pondo em causa a confiança dos credores nas negociações e, muitas vezes, condenando irremediavelmente tal devedor a uma situação de insolvência.

1.5.3. Reclamação de Créditos e Período de Negociação

A fase de reclamação e impugnação dos créditos inicia-se através da comunicação efetuada pelo devedor a todos os seus credores que não hajam subscrito a declaração de manifestação de vontade de encetarem negociações conducentes à revitalização daquela, por meio da aprovação de plano de recuperação, através da qual os convida a participar, caso assim o entendam, nas negociações em curso.

Qualquer credor dispõe de 20 dias para reclamar créditos⁶⁵, devendo as reclamações ser remetidas ao administrador judicial provisório, que, no prazo de cinco dias, deverá elaborar uma lista provisória de créditos.

Posteriormente, a lista provisória créditos deverá ser apresentada na secretaria do tribunal e, depois de publicada no portal *Citius*, pode ser impugnada no prazo de cinco dias úteis, dispondo, em seguida, o juiz, de idêntico prazo para decidir sobre as impugnações formuladas.

Quanto ao fundamento da impugnação da lista provisória de créditos, referem NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, que os credores reclamantes podem impugnar a lista com base no facto de a mesma não contemplar o seu crédito, - sendo que *“os créditos podem ser excluídos, por exemplo, quer por omissão do administrador judicial provisório, quer também por haver discordância relativamente à tempestividade da reclamação”*.⁶⁶

⁶⁵ Note-se que o prazo para apresentação das reclamações de créditos não se conta desde a receção da comunicação aos devedores, mas antes da publicação no Portal *Citius* do despacho judicial de nomeação do administrador judicial provisório.

⁶⁶ CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 76.

Desenvolvendo com maior detalhe esta matéria, o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 09.05.2013, proferido no âmbito do processo n.º 2134/12.0TBCLD-B.L1-2, Relatora Ondina Carmo Alves⁶⁷, refere que “[n]o processo especial de revitalização a impugnação da lista provisória de créditos pelos credores interessados poderá ter como fundamento a indevida inclusão ou exclusão de créditos, a incorreção do montante ou a qualidade dos créditos reconhecidos, por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 130º do CIRE, visto não se prever no PER um modo particular de impugnação.”.

Por outro lado, caso não seja impugnada, a lista provisória de créditos converte-se de imediato em lista definitiva⁶⁸.

Nos termos do artigo 17.º-D, n.º 5, do CIRE, findo o prazo para impugnações, os declarantes dispõem do prazo de dois meses para concluir as negociações encetadas, o qual pode ser prorrogado⁶⁹, por uma só vez e por um mês, mediante acordo prévio e escrito entre o administrador judicial provisório nomeado e a empresa devedora⁷⁰.

Refira-se que o n.º 6 do artigo 17.º-D do CIRE prevê um “*dever geral de informação do devedor, quer perante os credores, quer perante o administrador judicial provisório*”⁷¹, ao determinar a necessidade de a empresa, durante as negociações, prestar toda a informação pertinente, com vista à condução das negociações de forma transparente e equitativa e, em última instância, à tomada de uma decisão informada sobre o objeto das negociações, designadamente sobre a viabilidade do plano de recuperação.

⁶⁷ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

⁶⁸ Cf., Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 04.02.2014, proferido no âmbito do processo n.º 622/13.0TBCHV-A.P1, Relatora Anabela Dias da Silva, nos termos do qual se refere que “*publicada a lista provisória de créditos no Portal Citius, esta não pode vir a ser alterada senão em consequência da eventual procedência de qualquer impugnação contra ela deduzida*.”. A mesma conclusão se alcançou no Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 28.10.2014, proferido no âmbito do processo n.º 498.14.0TYLSB-D.L1-7, Relatora Maria do Rosário Morgado; e o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 16.01.2014, proferido no âmbito do processo n.º 1609/13.8TBBERG.G1, Relator Edgar Gouveia Valente, ambos disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

⁶⁹ A prorrogação do prazo dá-se com a celebração do acordo por escrito, ainda que o mesmo não seja junto aos autos ou publicado no portal *Citius* até ao termo do prazo. Todavia, não sendo imediatamente junto aos autos, o devedor e o administrador judicial provisório podem ser judicialmente responsáveis pelas consequências da omissão desse dever. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 81.

⁷⁰ Cf. Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 28.09.2017, proferido no âmbito do processo n.º 7797/16.4T8VNF.G1, Relatora Raquel Batista Tavares; e Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 06.07.2016, proferido no âmbito do processo n.º 6227/15.3T8VIS.C1, Relator Fernando Monteiro, ambos disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

⁷¹ CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 82.

Neste sentido, NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS referem – e bem - que o “*devedor não deve limitar-se a prestar a informação solicitada. Pelo contrário, deve tomar a iniciativa de informar o administrador judicial provisório e os seus credores de todos os factos, dados ou elementos que sejam relevantes e os que se tenham revelado pertinentes no decurso das negociações.*”⁷².

Acresce ainda que, nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 17.º-D do CIRE, no decorrer das negociações, impende sobre todos os intervenientes processuais o dever de atuarem em conformidade com os princípios orientadores da recuperação extrajudicial dos devedores, os quais foram aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 43/2011, de 25 de outubro. Nos termos da referida resolução, todos os intervenientes estão adstritos ao princípio da boa-fé, da cooperação, e da confidencialidade. Para além destes, o devedor está ainda vinculado ao cumprimento dos princípios da defesa dos credores e da transparência⁷³.

1.5.4. Conteúdo do Plano de Recuperação

Cumpra agora analisar o conteúdo do plano de recuperação, nomeadamente identificar as regras e princípios que o mesmo deverá respeitar.

Por remissão do artigo 17.º-F, n.º 1, do CIRE, para o artigo 195.º do mesmo diploma, o plano de revitalização deve conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos

- a) A descrição da situação patrimonial, financeira e reditícia do devedor;
- b) A indicação sobre se os meios de satisfação dos credores serão obtidos através de liquidação da massa insolvente, de recuperação do titular da empresa ou da transmissão da empresa a outra entidade;
- c) No caso de se prever a manutenção em atividade da empresa, na titularidade do devedor ou de terceiro, e pagamentos aos credores à custa dos respetivos rendimentos, plano de investimentos, conta de exploração previsional e demonstração previsional de fluxos de caixa pelo período de ocorrência daqueles pagamentos, e balanço pró-forma, em que os elementos do ativo e do passivo, tal como resultantes da homologação do plano de insolvência, são inscritos pelos respetivos valores;

⁷² CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 82.

⁷³ Podendo a violação daqueles princípios gerar responsabilidade civil.

- d) O impacto expectável das alterações propostas, por comparação com a situação que se verificaria na ausência de qualquer plano de insolvência;
- e) A indicação dos preceitos legais derogados e do âmbito dessa derrogação.

Por outro lado, quanto ao conteúdo do plano, rege o princípio da liberdade de fixação e a expressão da autonomia dos credores, os quais parecem resultar da letra do artigo 192.º, n.º 1, do CIRE⁷⁴, quando refere que “[o] pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa insolvente e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor, bem como a responsabilidade do devedor depois de findo o processo de insolvência, podem ser regulados num plano de insolvência em derrogação das normas do presente Código.”. Assim, o CIRE não obriga a que sejam escolhidas determinadas medidas, pelo que quem detém o poder de controlo do processo negocial e da atuação do devedor são, assim, portanto, os credores e o administrador judicial provisório⁷⁵.

Assim, reflexamente, poder-se-á assinalar que subjaz a este modelo a confiança no exercício pelas partes de um poder de autocontrolo de modo a evitar abusos, conquanto que tal confiança surja devidamente mitigada⁷⁶ porquanto não se prescinde de um exercício de avaliação por parte dos tribunais.

Não obstante essa dimensão de intervenção por parte dos tribunais, ao contrário do que se previa no CPEREF, não existem medidas taxativas que devem ser adotadas no plano; apenas se impõe que o plano obedeça a determinados princípios e regras, sob pena de a sua inobservância poder ditar a não homologação do plano, quer oficiosa, quer a solicitação dos interessados.

De facto, na conceção e elaboração de um plano de recuperação existem várias regras procedimentais e de conteúdo de cujo cumprimento depende a sua homologação. O plano deverá *(i)* obedecer a “uma regra de clareza”⁷⁷ quanto às alterações que dele decorrerem para as posições jurídicas dos credores; *(ii)* deve obedecer ao princípio da igualdade dos credores⁷⁸; *(iii)* deve obedecer ao princípio do consentimento do credor

⁷⁴ Aplicável por força do artigo 17.º-F, n.º 7, do CIRE.

⁷⁵ Cf. MATOS, José Igreja, *Poderes do juiz no processo especial de revitalização. Divergindo de edipianas inevitabilidades*, in: “IV Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2017, (pág. 293-316), Pág. 296.

⁷⁶ Cf. MATOS, José Igreja, *Poderes do juiz no processo especial de revitalização. Divergindo de edipianas inevitabilidades*, ob. cit., (pág. 293-316), Pág. 296.

⁷⁷ Cf. JÚNIOR, Eduardo dos Santos, *O Plano de Insolvência. Algumas notas*, in: “O Direito”, Ano 138.º, n.º 3, Juridireito, Lisboa, 2006, (págs. 571-591), pág. 582.

⁷⁸ Cf. Artigo 194.º, n.º 1, do CIRE.

para ser afetado com tratamento mais desfavorável do que outros em idêntica situação⁷⁹; (iv) deverá indicar a sua finalidade, as medidas para a sua execução e os elementos relevantes para efeitos da sua aprovação pelos credores e homologação pelo Juiz⁸⁰; (v) ademais, o plano, quando relativo a sociedades comerciais e quando as partes adotem as medidas previstas no artigo 198.º do CIRE, terá de satisfazer determinadas regras ou condicionalismos indicados nos n.ºs 3, 4, 5 e 6 do mesmo artigo.

Concluindo – e determinando desde já o mote para os temas que se seguem no presente estudo –, o CIRE determina para o plano determinadas regras, nomeadamente o princípio da igualdade de tratamento de credores, consagrado no artigo 194.º do CIRE, que, sem prejuízo dos demais, se reveste de particular importância nesta sede. Com efeito, este princípio representa um verdadeiro limite objetivo da discricionariedade ou da liberdade de conformação do plano, uma vez que o plano só poderá “*afetar de forma diversa a esfera jurídica dos interessados ou interferir com direitos de terceiros na medida em que tal seja consentido pelos visados*”⁸¹.

A ideia fundamental que subjaz a este princípio – que será objeto de estudo na presente dissertação⁸² - é a de que cada credor tem o direito de ter um tratamento semelhante ao que é dado a outros credores que estejam consigo em igualdade de circunstâncias. Assim, ainda que, em certos casos, seja possível que a um credor seja tratado em termos mais favoráveis que os demais credores, deste princípio decorrem limites que se impõem às medidas que podem ser adotadas no âmbito do plano de recuperação, por conseguinte balizando a medida desse tratamento diferenciado, delimitando negativamente o seu alcance. A sua violação, sem que haja o consentimento expresso ou tácito por parte do credor lesado, é considerado um facto determinante para a recusa da homologação do plano por parte do juiz responsável pelo processo.

1.5.5. Conclusão das negociações: Com ou sem a aprovação do plano de recuperação

⁷⁹ Cf. Artigo 194.º, n.º 2, do CIRE.

⁸⁰ Cf. Artigo 195.º, n.º 2, do CIRE.

⁸¹ Cf. JÚNIOR, Eduardo dos Santos, *O Plano de Insolvência. Algumas notas*, in: “O Direito”, Ano 138.º, n.º 3, Juridireito, ob. cit., (págs. 571-591), pág. 582.

⁸² Matéria de que se irá cuidar mais detidamente *infra* no Capítulo 2.

O regime de aprovação do plano conducente à revitalização do devedor foi sofreu alterações consideráveis com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho.

Atualmente, o artigo 17.º-F, n.º 1, do CIRE, começa por definir que a versão final do plano deve ser depositada no tribunal, acompanhada de todos os elementos previstos no artigo 195.º, aplicável com as devidas adaptações, sendo de imediato publicada no portal *Citius* a indicação do depósito.

Feita esta publicação, é dada aos credores a possibilidade de, no prazo de cinco dias, poder alegar nos autos o que tiverem por conveniente quanto ao plano depositado pela empresa, designadamente quaisquer circunstâncias suscetíveis de levar à não homologação do mesmo. Por outro lado, a empresa devedora dispõe, também, do prazo de cinco dias, para, querendo, alterar o plano em conformidade, e, nesse caso, depositar a nova versão no tribunal. Quer num caso quer noutro, é feita a advertência no Portal *Citius* “*da junção ou não junção de nova versão do plano, correndo desde a referida publicação o prazo de votação de 10 dias, no decurso do qual qualquer interessado pode solicitar a não homologação do plano*”⁸³.

As negociações entre os devedores e os credores pode ou não terminar com a aprovação de um plano de recuperação conducente à revitalização do devedor.

Nos casos em que o plano é aprovado, tal poderá ocorrer com aprovação unânime ou apenas por maioria, calculada nos termos definidos no n.º 5 do artigo 17.º-F do CIRE.

Nas situações em que o plano é aprovado por unanimidade, e com a intervenção de todos os seus credores, este é de imediato remetido ao processo, para homologação ou recusa do mesmo pelo juiz, acompanhado da documentação que comprova a sua aprovação, atestada pelo administrador judicial provisório nomeado.

Por outro lado, “*considera-se aprovado o plano de recuperação que: a) Sendo votado por credores cujos créditos representem, pelo menos, um terço do total dos créditos relacionados com direito de voto, contidos na lista de créditos a que se referem os n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º-D, recolha o voto favorável de mais de dois terços da totalidade dos votos emitidos e mais de metade dos votos emitidos correspondentes a créditos não subordinados, não se considerando como tal as abstenções; ou b) Recolha o voto favorável de credores cujos créditos representem mais de metade da totalidade*

⁸³ Cf. artigo 17.º F, n.ºs 2 e 3, do CIRE.

dos créditos relacionados com direito de voto, calculados de harmonia com o disposto na alínea anterior, e mais de metade destes votos correspondentes a créditos não subordinados, não se considerando como tal as abstenções.”.

Nos termos do disposto no artigo 17.º-F, n.º 6, do CIRE, “[a] *votação efetua-se por escrito, aplicando-se-lhe o disposto no artigo 211.º, com as necessárias adaptações, e sendo os votos remetidos ao administrador judicial provisório, que os abre em conjunto com a empresa e elabora um documento com o resultado da votação, que remete de imediato ao tribunal.*”.

Com efeito, o juiz dispõe do prazo de 10 dias – contados a partir da receção da documentação que comprova a aprovação do plano – para decidir se deve homologar o plano de recuperação ou recusar a sua homologação. Nos termos n.º 10 do artigo 17.º-F do CIRE, uma vez homologado, o plano de recuperação vincula a empresa e os credores, mesmo que não hajam reclamado os seus créditos ou participado nas negociações, e é notificado, publicitado e registado pela secretaria do tribunal. Por outras palavras: a lei autoriza que, quando verificados os requisitos legais, se imponham alterações aos créditos dos credores, ainda que contra a sua vontade⁸⁴.

Aplicam-se à decisão de homologação, com as necessárias adaptações, as regras de aprovação e homologação do plano de insolvência, previstas no Título IX do CIRE, podendo, ainda, o juiz, recusar a homologação do Plano, oficiosamente ou por solicitação dos interessados (artigos 215.º e 216.º do CIRE *ex vi* do artigo 17º-F, n.º 5 do CIRE).

Por outro lado, casos há em que se conclui antecipadamente não ser possível alcançar acordo ou em que não é possível cumprir o prazo de dois meses para concluir as negociações encetadas. Nestas situações, o processo negocial é encerrado, devendo o administrador judicial provisório comunicar tal facto ao processo⁸⁵.

Em caso de encerramento antecipado do processo, deve ser analisada a situação financeira e económica da empresa devedora, tendo em vista apurar se a mesma se encontra ou não em situação de insolvência. Compete ao administrador judicial provisório, mediante a informação de que disponha, após ouvir a empresa e os credores,

⁸⁴ Note-se, porém, que existem créditos que podem ficar à margem do PER e dos seus efeitos, designadamente os constituídos após o termo do prazo para a reclamação de créditos, os créditos sujeitos a condição suspensiva e os créditos por prestações sinalagmáticas ainda não cumpridas pela contraparte. Cf. para maiores desenvolvimentos o CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 150.

⁸⁵ Cf. artigo 17.º-G, n.º 1, do CIRE.

emitir o seu parecer sobre se aquela se encontra em situação de insolvência e, em caso afirmativo, requerer a respetiva insolvência⁸⁶.

Se se concluir que a empresa se encontra já numa situação de insolvência, determina o n.º 3 do artigo 17.º-G do CIRE que o encerramento do processo acarreta a insolvência da empresa, devendo a mesma ser declarada pelo juiz no prazo de três dias úteis.

1.6. Breves notas quanto à tramitação processual especial do PER (Acordos Extrajudiciais de Recuperação do Devedor)

Podemos sumarizar a tramitação processo judicial simplificado de recuperação do devedor, previsto no artigo 17.º-I, n.º 1, do CIRE, de acordo com os pontos que se seguem:

- a) O processo inicia-se pela apresentação pela empresa de acordo extrajudicial de recuperação, assinado pela empresa e por credores que representem pelo menos a maioria de votos prevista no n.º 5 do artigo 17.º-F, acompanhado dos documentos previstos no n.º 2 do artigo 17.º-A e no n.º 1 do artigo 24.º;
- b) Com a apresentação do acordo, a empresa pode igualmente requerer a apensação de PER, nos termos do artigo 17.º-C, n.º 6, do CIRE, quando este, encontrando-se igualmente na fase liminar, tenha sido instaurado ao abrigo deste artigo;
- c) Recebidos os documentos mencionados no número anterior, o juiz nomeia um administrador judicial provisório⁸⁷, devendo a secretaria: (i) notificar os credores que no mesmo não intervieram e que constam da lista de créditos relacionados pela empresa da existência do acordo, ficando este disponível na secretaria do tribunal para consulta; e (ii) publicar no portal Citius a lista provisória de créditos⁸⁸;
- d) Qualquer credor dispõe de 20 dias contados da publicação no portal Citius do despacho de nomeação do administrador judicial provisório para reclamar créditos, devendo as reclamações ser remetidas ao administrador judicial

⁸⁶ Cf. artigo 17.º-G, n.º 4, do CIRE.

⁸⁷ Por remissão do artigo 17.º-I, n.º 6, do CIRE, também aqui se verificam os efeitos correspondentes à nomeação de administrador judicial provisório previstos no artigo 17.º-E do CIRE.

⁸⁸ Cf. Artigo 17.º-I, n.º 2, do CIRE.

provisório, que, no prazo de cinco dias, elabora uma lista provisória de créditos⁸⁹;

- e) Convertendo-se a lista de créditos em definitiva, o juiz procede, no prazo de 10 dias, à análise do acordo extrajudicial, devendo homologá-lo se respeitar a maioria prevista no n.º 5 do artigo 17.º-F, exceto se subsistir alguma das circunstâncias previstas nos artigos 215.º e 216.º⁹⁰.

⁸⁹ Cf. Artigo 17.º-I, n.º 2, e 17.º-D, n.ºs 2 a 4, do CIRE.

⁹⁰ Cf. Artigo 17.º-I, n.º 4, do CIRE.

CAPÍTULO 2: O Princípio da Igualdade dos Credores

2.1.Considerações Iniciais

Um dos problemas que com maior acuidade se discute no âmbito do PER é o da adequação e aplicação do princípio da igualdade dos credores – e este é um tema que se reveste não só de interesse teórico, mas também prático, atentas as coordenadas que de tal discussão se poderão extrair para o dia-a-dia da aplicação deste processo.

O princípio da igualdade dos credores ou *par conditio creditorum*, encontra plena consagração no regime da insolvência, em particular, no artigo 194.º, n.º 1, do CIRE, sob a epígrafe “*Princípio da igualdade*”⁹¹. Prevê aquele artigo que “[o] plano de insolvência obedece ao princípio da igualdade dos credores da insolvência, sem prejuízo das diferenciações justificadas por razões objectivas.”.

Na sequência da introdução do PER, surgiu um crescente número de decisões dos tribunais nas quais era suscitada a questão da aplicação do princípio da igualdade dos credores, daí a também crescente importância deste tema e a consequente relevância da sua análise. Nesta linha de pensamento, NUNO FERREIRA LOUSA relembra que “*foram poucos os casos que reclamaram a aplicação desta norma, atendendo ao carácter claramente residual que a via do plano de insolvência sempre assumiu em relação à via da liquidação da massa insolvente.*”⁹². Acrescentando ainda o Autor que o “artigo 215.º ganhou uma renovada (e acrescida) relevância em função da sua aplicação a planos de recuperação no âmbito de PER’s.”. De facto, o menor recurso à via do plano de insolvência, consagrada no artigo 192.º e ss. do CIRE, determinou que a aplicação da norma apenas fosse aplicada residualmente. Assim, apenas com a previsão de uma nova via destinada à recuperação do devedor, “*os tribunais judiciais foram chamados a pronunciar-se sobre a legalidade das cláusulas constantes desse acordo e sobre a legalidade das cláusulas constantes desse acordo e sobre a legalidade do processo até esse momento.*”.

Também se referindo à importância deste princípio no âmbito do PER, NUNO FERREIRA LOUSA e MANUEL DE ABREU CASTELO BRANCO assinalaram que

⁹¹ O mesmo princípio está consagrado no artigo § 226 InsO. Aliás, o artigo 194.º é quase uma cópia do § 226 InsO, tendo, no entanto, o legislador simplificado a questão, não invocando a medida da diferença.

⁹² LOUSA, Nuno Ferreira, *Crónica de jurisprudência dos Tribunais da Relação* (2017), in: “Revista de Direito da Insolvência”, n.º 2, Coimbra, 2018, (págs. 147-168), pág. 195.

“a observância do referido princípio se afigura como um dos aspetos mais relevantes e desafiantes no âmbito da reestruturação empresarial, sendo transversal ao ciclo de vida inerente à elaboração, aprovação e homologação de um plano de recuperação.”⁹³.

2.2. *Prior in tempore potior in iure versus par conditio creditorum*

No âmbito da análise do PER, concluímos que este processo é um processo concursal, alicerçado em duas ordens de ideias: *(i)* por um lado, na ideia de que a generalidade dos credores interessados na recuperação podem participar na fase das negociações; e *(ii)* por outro lado, na consideração de que o plano de recuperação, quando aprovado, vincula todos os credores (mesmo os que não tenham reclamado os seus créditos ou participado nas negociações).

Para o problema da concorrência de credores têm, ao longo dos tempos, sido impostas soluções distintas – ou mesmo opostas –, a saber: *(i)* a imposição de uma ordem hierárquica (princípio da prioridade ou baseado no *prior in tempore, potior in iure*); ou *(ii)* a repartição entre todos os credores no mesmo nível das perdas (princípio da igualdade ou *par conditio creditorum*)⁹⁴.

2.2.1.1. O princípio do *prior in tempore potior in iure*

O princípio do *prior in tempore, potior in iure* ou da prioridade manifesta-se através da atribuição de uma preferência ao credor que primeiro obteve a penhora ou ato equivalente de bens do devedor em relação aos demais credores que não sejam titulares de quaisquer garantias reais sobre esses mesmos bens⁹⁵. A ratio desta solução é a de “[p]rivilegiar aquele que se antecipou no tempo, conferindo-lhe um direito de preferência. Sendo que, por um lado, premeia o credor diligente que intentou a ação executiva em primeiro lugar mas, por outro lado, penaliza os credores menos diligentes,

⁹³ Cf. LOUSA, Nuno Ferreira/ BRANCO, Manuel de Abreu Castelo, *A aplicação do princípio da igualdade no processo especial de revitalização*, in: “Vida judiciária”, n.º 192, Porto, 2015, (pág. 32-33),

⁹⁴ Cf. para mais desenvolvimentos GARRIDO, José Maria, *Garantias Reales, Privilegios Y Pare Condicio – Un ensayo de análisis funcional*, in: “Centro de Estudios Registrales”, Madrid, 1999, pág. 11.

⁹⁵ Cf. a este propósito Catarina Serra, SERRA, Catarina, “A Falência no Quadro da Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito – O Problema da Natureza do Processo de Liquidação Aplicável à Insolvência no Direito Português”, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, págs. 150 e ss.

*excluindo-os da hipótese de serem pagos pelo produto da venda dos bens penhorados do executado até não estar satisfeito o crédito do exequente.”*⁹⁶.

Este é o princípio que prevalece, por exemplo, no âmbito da ação executiva. Nos termos do artigo 822.º, n.º 1, do Código Civil “*salvo nos casos especialmente previstos na lei, o exequente adquire pela penhora o direito de ser pago com preferência a qualquer outro credor*”⁹⁷. Nesta sede, concordamos que se justifica que o credor, neste caso exequente, obtenha a merecida recompensa pela sua diligência e que seja acautelado o impacto do concurso por via da ação proposta pelo exequente⁹⁸.

Outra solução, nomeadamente a aplicação do *par conditio creditorum* ao processo em causa, não alcançaria uma solução justa em face das características do processo executivo. Como bem expôs CATARINA SERRA “*seria injusto que os outros credores do executado, que nada fizeram, pudessem intervir na execução, aproveitando-se da atividade e comprometendo, eventualmente, a sua satisfação*”⁹⁹.

2.2.1.2. Par conditio creditorum

Por outro lado, um segundo sistema tem por base o princípio do *par conditio creditorum*, o qual pressupõe, como vimos, a igualdade dos credores perante o património do devedor. Este princípio representa uma evolução em matéria de concurso de credores e, em especial, do princípio do *prior in tempore potior in iure*, que, como já vimos, é típico dos processos de execução e segundo o qual quem se apresenta primeiro à execução detém a prioridade na liquidação.

No entanto, como bem salienta o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra de 12.03.2015, proferido no âmbito do processo 338/13.7TBOFR-A.C1, Relator Henrique Antunes¹⁰⁰, “*a diferença entre o sistema da par conditio creditorum e o sistema da*

⁹⁶ Cf. SERRA, Catarina, “A Falência no Quadro da Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito – O Problema da Natureza do Processo de Liquidação Aplicável à Insolvência no Direito Português”, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, Pág. 79 e ss.

⁹⁷ Cf. SERRA, Catarina, “A Falência no Quadro da Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito – O Problema da Natureza do Processo de Liquidação Aplicável à Insolvência no Direito Português”, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, Pág. 79 e ss.

⁹⁸ Como referiu SALVADOR DA COSTA, outra solução implicaria “*paralisar o andamento da execução em virtude da sua transformação em ação quase insolvencial*”. Cf. COSTA, Salvador da, “O Concurso de credores, Áreas comum, fiscal e da insolvência”, 5.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2015, Pág. 6.

⁹⁹ CATARINA SERRA, A falência no Quadro da Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito – O problema da Natureza do Processo de Liquidação Aplicável à Insolvência no Direito Português, cit., p. 389.

¹⁰⁰ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

prioridade não corresponde, verdadeiramente, a qualquer contraposição entre igualdade e a desigualdade dos credores. Qualquer dos sistemas baseia-se num pressuposto de igualdade entre os credores: o que é diferente é a igualdade que está subjacente a qualquer dos sistemas.”. Isto é, entendeu aquele tribunal que ambos os sistemas se baseiam num pressuposto de igualdade entre os credores: se, por um lado, no sistema do princípio do *par conditio creditorum*, a igualdade se manifesta na possibilidade de qualquer credor impedir a satisfação integral dos créditos dos outros credores, por outro lado, no sistema do princípio do *prior in tempore potior in iure*, a igualdade surge na possibilidade de um credor isolado conseguir a satisfação integral do seu crédito.

Ora, como também já referimos, contrariamente ao que sucede no processo executivo, o CC consagra no artigo 604.º o princípio do *par conditio creditorum*, que determina que “*não existindo causas legítimas de preferência, os credores têm o direito de ser pagos proporcionalmente pelo preço dos bens do devedor, quando ele não chegue para integral satisfação dos débitos*”, podendo, no entanto, existir “*causas legítimas de preferência, além de outras admitidas na lei, a consignação de rendimentos, o penhor, a hipoteca, o privilégio e o direito de retenção*”, que determinem o afastamento das soluções que decorreriam da aplicação isolada dos comandos ínsitos naquele princípio. Numa palavra, no âmbito do direito civil, não havendo causas legítimas de preferência, os credores encontrar-se-ão em plano de igualdade e, em caso de insuficiência de bens, os credores são pagos em termos proporcionais; por outro lado, caso determinados créditos, por força da lei, gozem de privilégios creditórios, ou sejam objeto de garantias reais, os credores serão pagos preferencialmente em relação a outros.

Este é o sistema que prevalece no processo de insolvência e também no PER, estando, como vimos, expressamente consagrado no artigo 194.º, n.º 1, do CIRE o princípio da igualdade dos credores. Esta norma constitui um afloramento do princípio *par conditio creditorum*, previsto no n.º 1 do artigo 604.º do CC, significando, por isso, que os credores devem estar, à partida, em pé de igualdade perante o devedor, salvo se existirem causas legítimas que contrariem a aplicação desta regra.

Como bem expõem LUÍS A. CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, a letra do n.º 1 do artigo 194.º do CIRE procurou acolher de forma evidente as duas facetas do princípio da igualdade¹⁰¹. Se, por um lado, traduz a

¹⁰¹ FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, ob. cit., págs. 712 e ss.

necessidade de tratar de forma igual o que é igual, também prevê, por outro lado, a necessidade de tratar de forma diferente o que é diferente. Analisemos melhor a norma e a solução que a mesma encerra.

O artigo 194.º do CIRE identifica como padrão de conduta o princípio da igualdade dos credores da insolvência “*sem prejuízo das diferenciações justificadas por razões objetivas.*”.

Como bem define CATARINA SERRA, a importância deste princípio no seio do regime previsto no CIRE é a de “*tornar mais fácil a satisfação paritária dos interesses dos credores, ou, pela negativa, a de impedir que, após a declaração de insolvência algum credor obtenha uma satisfação mais eficaz (mais rápida ou mais completa) do que (e em prejuízo de) os restantes credores.*”¹⁰².

Ainda que a definição avançada pela Autora diga respeito à aplicação do princípio no âmbito do processo de insolvência, fácil será transpor os mesmos termos para o PER. Ora, o princípio da igualdade dos credores deverá ser visto como um princípio fundamental na moldagem do plano de recuperação. Ainda que este plano tenha em vista a recuperação do credor, o fim último do processo será sempre a satisfação dos interesses dos credores. Em todo o caso, tal como no processo de insolvência, essa satisfação deverá ser, na medida do possível, paritária, respeitando os interesses da totalidade dos credores em causa.

O cenário ideal, de facto, será sempre que todos os credores, perante a insuficiência do património do devedor para satisfazer os seus direitos, distribuam na mesma medida as perdas em que incorram, reflexamente impossibilitando que determinado credor, de forma injustificada, obtenha a satisfação do seu crédito de forma mais eficaz do que os restantes credores.

Como bem resumem LUÍS A. CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, o objetivo último deste princípio é proteger de uma forma global a posição dos credores, uma vez que só assim se assegura um processo negocial transparente, equitativo e que permite uma participação efetiva dos credores¹⁰³.

Olhemos agora, para o conhecido princípio constitucional da igualdade, de cujo conteúdo axiológico se poderá extrair várias coordenadas relevantes para a compreensão

¹⁰² Cf. SERRA, Catarina, “O Regime Português da Insolvência”, 5.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2012, pág. 56.

¹⁰³ FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, ob. cit., págs. 712 e ss.

do teor e alcance daquele preceito. Conquanto não tenhamos a intenção de dissecar o seu conteúdo, pensamos, no entanto, ser de especial importância a sua referência.

De acordo com as interpretações maioritariamente conhecidas, o artigo 13.º da CRP consagra não uma igualdade meramente formal, mas verdadeiramente material, não vedando discriminações positivas. Neste sentido, GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA referem que é necessário proceder a uma *“diferenciação de forma a que se possa compensar a desigualdade de oportunidades, o que pressupõe a eliminação pelos poderes públicos, de desigualdades fácticas de natureza social, económica e cultural”*. Nestes termos, *“quando houver um tratamento desigual impõe-se uma justificação material da desigualdade.”*. Mais referem que *“os critérios de tratamento desigual (...) devem pautar-se por critérios de justiça, exigindo-se, desta forma, uma correspondência entre a solução desigualitária e o parâmetro de justiça que lhe empresta fundamento material.”*¹⁰⁴.

Da mesma forma, também o princípio da igualdade dos credores não reclama uma interpretação meramente formal na sua aplicação aos casos concretos. A este propósito, retenham-se as palavras de CATARINA SERRA, quanto à necessidade de destacar o pendor material deste princípio, concluindo que o princípio da igualdade de tratamento entre credores *“não deve ser entendido num sentido formal, ou seja, obrigando a um tratamento indiscriminado de todos por igual, mas sim em sentido material, no sentido de assegurar um tratamento desigual das situações de facto desiguais.”*¹⁰⁵.

Cuidando da aplicação deste princípio, ainda que no plano insolvencial, também o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 13.01.2009, proferido no âmbito do processo 08A3563, Relator Fonseca Ramos¹⁰⁶, assinalou que não se procura nem se visa alcançar *“um tratamento absolutamente igual, antes impõe que situações diferentes sejam tratadas de modo diferente”*. Numa palavra, procura-se *“tratar de igual modo os credores iguais e distinguir os que são diferentes”*¹⁰⁷.

Acrescente-se ainda que o princípio da igualdade, previsto no artigo 13.º da CRP, impõe que situações iguais sejam tratadas de forma igual e situações diferentes de forma

¹⁰⁴ CANOTILHO, José Joaquim Gomes/ MOREIRA, Vital, “Constituição da República Portuguesa Anotada”, Volume I, 4.ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pág. 339.

¹⁰⁵ Cf. SERRA, Catarina, *Alguns Aspetos da Revisão do Regime da Falência pelo DL n.º 315/98, de 20 de Outubro*, in: “Scentia Iuridica”, Braga, 1999, (pág. 183-206), pág. 204.

¹⁰⁶ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁰⁷ Cf. MARTINS, Luís M., “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas”, 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2017, pág. 426.

diferente. Por assim ser, a nossa posição é a de que a consagração expressa da necessidade de respeitar a “*as diferenciações justificadas por razões objetivas*” é desnecessária e até inútil. De facto, parece-nos evidente que, em face do assento constitucional do princípio da igualdade, previsto no artigo 13.º da CRP, e das interpretações que têm dele sido feitas, a parte final do preceito era desnecessária.

Em sentido idêntico, ANA PRATA, JORGE MORAIS CARVALHO e RUI SIMÕES, referem que, “*naturalmente – não era necessário que a lei o dissesse – que o que for objetivamente diferente, diferentemente deve ser tratado; [porquanto] esta é também uma decorrência do princípio da igualdade.*”¹⁰⁸.

Ora, em termos genéricos, o princípio da igualdade dos credores encerra o direito de a cada credor ser conferido o mesmo tratamento que é conferido aos demais credores, mormente quando estejam nas mesmas circunstâncias. Tal significa que em certos casos é possível e justificado atribuir um tratamento mais favorável a determinado credor, verificado um particular circunstancialismo que materialmente justifique tal solução, designadamente, quando a natureza do crédito o justifique.

O princípio da igualdade, nesta matéria, deverá, assim, ser tido como o princípio basilar e estruturante do plano de recuperação, tanto que, como mais à frente veremos, a sua infração equivale a uma violação grave¹⁰⁹. Se atentarmos na finalidade do regime concebido pelo CIRE, fica clara esta conclusão. A finalidade última do regime estatuído no CIRE é, como já se apontou, o da *satisfação dos credores*, não sendo admissível a atribuição de vantagens especiais injustificadas a qualquer deles no âmbito do plano de recuperação¹¹⁰.

Neste contexto, importa chamar à colação a interpretação conceitual trazida pelos Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 13.01.2009, proferido no âmbito do processo 08A3563, Relator Fonseca Ramos e no Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 25.03.2014, proferido no âmbito do processo n.º 6148/12.1TBBERG.G1.S1, Relator

¹⁰⁸ Cf. PRATA, Ana/ CARVALHO, Jorge Morais/ SIMÕES, “Rui, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, ob. cit., pág. 549.

¹⁰⁹ Cf. quanto à especial relevância deste princípio no âmbito do processo de insolvência e no PER, o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 09.07.2015, Processo n.º 14539/15.0T8LSB-B.L1-2, Relator Olindo Geraldes, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹¹⁰ Daí que, como refere MAFALDA MIRANDA BARBOSA, nos termos do artigo 120.º CIRE, “*possam ser resolvidos em benefício da massa insolvente os atos prejudiciais à massa praticados dentro dos dois anos anteriores à data do início do processo de insolvência, considerando-se prejudiciais os atos que frustrem, dificultem, ponham em perigo ou retardem a satisfação dos credores da insolvência.*”. Cf. BARBOSA, Mafalda Miranda, *Da igualdade ou do tratamento igualitário entre os credores - breves considerações*, in: “Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra”, Volume 92, Tomo 1, 2016, (págs. 367-401), pág. 377.

Fonseca Ramos¹¹¹, no âmbito dos quais se referiu que o princípio da igualdade dos credores impõe, em boa verdade, uma *igualdade mitigada*, “*dos credores da empresa em estado de insolvência do ponto em que, implicitamente, ressalva exceções assentes em “diferenciações justificadas por razões objetivas”*”.

Como já tivemos a oportunidade de referir, entendemos que a terminologia utilizada pelo legislador era desnecessária em face da compreensão que consabidamente é dada ao princípio da igualdade, nos termos em que foi constitucionalmente consagrado. Tomando por feliz tal interpretação, facilmente se conclui que a exigência expressa formulada no artigo 194.º, n.º 1, do CIRE é a de que é apenas exigível que seja dado um tratamento igual aos credores quando estes estejam em igualdade de circunstâncias. De facto, o “*princípio da igualdade não implica um tratamento absolutamente igual, antes impõe que situações diferentes sejam tratadas de modo diferente*”.

2.3. Aplicabilidade do princípio ao Plano de Recuperação

Começamos por referir que, dadas as alterações introduzidas no CIRE através do Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, a questão que agora se suscita deixou de ter a relevância que tinha antes da sua entrada em vigor, quer no plano doutrinal, quer no plano jurisprudencial.

Como vimos no primeiro capítulo deste estudo, o PER foi introduzido no CIRE pela Lei 16/2012, de 20 de abril, admitindo que, através de um acordo entre um devedor e uma maioria de credores, se tornasse possível viabilizar ou recuperar a situação económica de uma empresa. À data da entrada em vigor daquele diploma, as normas que regulavam de forma direta o PER não remetiam expressamente para o artigo 194.º do CIRE, inserido no âmbito do plano de insolvência, razão pela qual se indagava, portanto, se o plano de recuperação deveria ou não respeitar o consagrado naquele preceito.

A discussão surgia com base na seguinte questão: sendo o plano de insolvência o plano que advém de uma insolvência e o plano de recuperação o plano originário de um requerimento de um PER, os dois planos devem, deste modo, ser considerados como realidades jurídicas de tal maneira distintas que impliquem, à partida, que, tanto a um

¹¹¹ Ambos disponíveis para consulta em <http://www.dgsi.pt>.

como a outro, se apliquem regras próprias e específicas e pressupostos e finalidades igualmente distintas?¹¹².

O entendimento maioritário foi sempre o de considerar que tanto ao plano de recuperação como ao plano de insolvência se aplicava o princípio da igualdade dos credores, sem prejuízo das diferenciações que se mostrassem justificadas por razões de natureza objetiva¹¹³.

O atual artigo 17.º-F, n.º 7, do CIRE, tornou evidente a aplicação ao plano de recuperação de várias normas constantes do regime do plano de insolvência, entre elas a norma que consagra, naquele âmbito, o princípio da igualdade dos credores. Atualmente é possível ler no artigo 17.º-F, n.º 7, do CIRE que ao juiz compete decidir *“se deve homologar o plano de recuperação ou recusar a sua homologação, nos 10 dias seguintes à receção da documentação mencionada nos números anteriores, aplicando, com as necessárias adaptações, as regras previstas no título IX, em especial o disposto nos artigos 194.º a 197.º, no n.º 1 do artigo 198.º e nos artigos 200.º a 202.º, 215.º e 216.º”*.

Com efeito, para não deixar mais dúvidas interpretativas, o legislador referiu expressamente a necessidade de o plano de recuperação respeitar o artigo 194.º do CIRE, terminando, assim, e finalmente, com toda a incerteza quanto à sua aplicação no âmbito do PER.

¹¹² Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 13.05.2013, proferido no âmbito do processo n.º 4257/12.6TBVFR-B.P1, Relator Caimoto Jácome, disponível para consulta *in* <http://www.dgsi.pt>.

¹¹³ Cf., a título de exemplo, o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 21.01.2017, proferido no âmbito do processo n.º 1248/16.1T8BRR.L1-7, Relatora Maria da Assunção Raimundo, disponível para consulta *in* <http://www.dgsi.pt>.

CAPÍTULO 3: Dos desvios ao princípio de igualdade de tratamento dos credores

3.1. Considerações Iniciais

No contexto da aplicação do princípio da igualdade dos credores e das suas dimensões de exceção, inúmeras questões relativas ao alcance das últimas têm surgido na jurisprudência, razão pela qual resulta premente proceder a uma análise jurisprudencial tendo em vista determinar o que se deve entender por “*diferenciações justificadas por razões objetivas*”, conceito operativo do afastamento do tratamento igualitário em sentido formal. Em primeiro lugar, proceder-se-á à análise das situações mais comuns em que se discute a incidência deste princípio, para depois analisar os casos em que há, de facto, maiores divergências e dúvidas quanto ao âmbito de aplicação do princípio, e relativamente às quais se impõe indagar se estamos ou não perante situações nas quais concorrem verdadeiras razões passíveis de impor derrogações ao princípio da igualdade dos credores ou se, ao invés, estamos perante derrogações injustificadas e não negligenciáveis do princípio da igualdade dos credores.

Assim, no presente capítulo propomo-nos avaliar, de modo prático, as questões mais dúbias que têm surgido no âmbito da homologação ou recusa de planos de recuperação, por serem também as mais suscetíveis de constituir uma violação não negligenciável de regras imperativas.

3.2. Consentimento

Ainda que o CIRE não apresente de forma taxativa todas as concretizações de tal princípio, o artigo 194.º, n.º 2, do referido diploma encerra aquilo que consideramos ser um verdadeiro desvio ao princípio da igualdade dos credores, ao permitir que seja dado a um credor um tratamento desfavorável relação ao tratamento dado a outros credores que se encontrem na mesma situação, nos casos em que seja dado consentimento por parte credor lesado. Isto significa que o que está vedado é, na falta de acordo dos lesados, sujeitar a regimes diferentes credores em circunstâncias idênticas. Tal apenas sucede porquanto o que está em causa é a tutela dos interesses individuais e disponíveis dos credores.

O mesmo preceito admite que seja dado consentimento tácito quando o credor em causa vote favoravelmente a proposta de plano de insolvência, o que significa que quando um credor aprova (ou seja, votando a favor da sua aprovação) a proposta do plano de insolvência, ainda que tenha sido confrontado com os seus termos, determinando-lhe estes um tratamento mais desfavorável do que o conferido aos demais credores, seus pares, ele aceita e consente esse tratamento mais desfavorável e, portanto, afasta a proteção que o princípio lhe confere.

Quanto a este ponto, consideram LUÍS A. CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA não ser possível configurar como válido o consentimento do lesado quando este, apesar de se dispor a votar favoravelmente o plano proposto, e tendo-o feito, todavia evidenciou, previamente à votação, a sua discordância à lesão que comporta o desfavor do tratamento da sua posição. Os Autores entendem que, *“porque a declaração tácita se deduz simplesmente de factos que com toda a probabilidade a revelam, nos termos gerais do n.º1 do artigo 217.º do Código Civil, ela tem de considerar-se afastada quando tais factos não ocorrem ou, mais que isso, quando se evidencia a expressão de uma vontade contrária”*¹¹⁴. Em suma, entendem estes Autores que, por não estarmos perante uma presunção absoluta, não seria correto sobrevalorizar um comportamento favorável à desigualdade de tratamento do credor, quando este já havia dado indicação direta em sentido contrário.

No entanto, e ressalvado o devido respeito, não concordamos com tal posição. Consideramos que o voto favorável ao plano proposto é um facto que com toda a probabilidade revela, nos termos gerais do artigo 217.º do CC, o consentimento do lesado e a consequente admissão da desigualdade prevista no plano. Ainda que exista uma *“evidência”* de *“uma vontade contrária”* às medidas desfavoráveis anterior à votação do plano, o voto favorável ao plano parece-nos também, só por si, evidência suficiente da concordância do credor lesado com a situação ali prevista.

Por outro lado, e por maioria de razão, sempre se dirá que, assim como *“configura consentimento tácito à sujeição de regimes diferentes, o voto favorável ao plano de insolvência”* também *“o voto contrário é suficiente para preencher a inexistência de consentimento.”*¹¹⁵.

¹¹⁴ FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, ob. cit., págs. 712 e ss.

¹¹⁵ Cf. neste sentido o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 30.10.2008, proferido no âmbito do processo n.º 1976/08-2 Relatora Conceição Bucho, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

3.3. Da Existência de Razões Objetivas – Uma análise jurisprudencial das concretizações e dos desvios ao princípio da igualdade de tratamento entre credores

Como já referido, é possível o plano estabelecer diferenciações entre credores, desde que “*justificadas por razões objetivas*”, o que, também conforme assinalado, decorre do princípio da igualdade. Aqui chegados já é possível concluir que o princípio da igualdade dos credores, não é, pois, absoluto¹¹⁶. Isto é, não impõe de forma necessária uma total identidade de tratamento entre créditos idênticos, tal como não permite toda e qualquer solução de tratamento diferenciado entre créditos de diversa natureza.

Ao invés, afigura-se necessário proceder a uma ponderação global de cada caso concreto de modo a aferir as situações que podem ou não ser definidas como objetivamente justificáveis, uma vez que o que se pretende é “*uma igualdade efetiva, pensada no concreto de cada caso*”¹¹⁷.

Com bem se resume no Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 27.06.2017, proferido no âmbito do processo n.º 8389/16.3T8CBR.C1, Relator Isaías Pádua¹¹⁸, concluir no sentido da existência de uma “*violação, ou não, do princípio da igualdade, mais do que decorrente de uma apreciação apriorística e meramente contabilística, deve emergir de uma ponderação global e concatenada, de sorte a alcançar-se se a vinculação do credor pelos termos do plano se apresenta, atentos certos elementos objetivos - montante, natureza, origem, finalidade, etc., do crédito -, como justa, adequada, razoável, proporcionada ou, noutra perspetiva, e ela não é excessiva, desproporcionada, desrazoável*”¹¹⁹.

Veja-se, ainda, o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 25.11.2014, no Processo n.º 1783/12.0TYLSB-B.L1.S1, Relator Fernando do Vale¹²⁰, no qual se referiu que “*não consubstancia violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 194.º do CIRE, o tratamento diferenciado de credor que, longe de ser arbitrário, decorre de*

¹¹⁶ A este respeito pronuncia-se o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 25.03.2014 (Processo n.º 6148/12.1TBRRG.G1.S1, relator Fonseca Ramos, que sublinha que “*o princípio da igualdade dos credores “par conditio creditorum” não confere, aos que deles beneficiam, um direito absoluto*”.

¹¹⁷ Cf. MATOS, José Igreja, *Poderes do juiz no processo especial de revitalização. Divergindo de edipianas inevitabilidades*, ob. cit., (pág. 293-316), pág. 304.

¹¹⁸ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹¹⁹ Cf. ainda no mesmo sentido Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 04.04.2017, proferido no âmbito do processo n.º 738/16.0TACB.C1, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹²⁰ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

circunstâncias objetivas e atendíveis e que, para além de constarem, transparentemente, no plano (...), não só aconselham, como, mesmo, o impõem em ordem à manutenção e revitalização da devedora.”.

Assim, necessário será que se proceda a uma análise casuística, uma vez que podem existir medidas concretas que, em regra, poderiam ser consideradas como suscetíveis violador o princípio da igualdade dos credores, mas que, na realidade do caso concreto, não o são.

Conforme exposto, necessário será, portanto, que os concretos desvios ao padrão normal de comportamento consagrado pelo princípio se encontrem devidamente justificados, com a indicação das razões objetivas que lhe estão subjacentes.

Atente-se que, a não ser que no caso se verifique que existe uma verdadeira violação do princípio, a existência de um tratamento formalmente desigual não corresponde a um verdadeiro desvio ao princípio da igualdade de tratamento entre credores, mas, ao invés, a uma mera concretização do mesmo, porquanto, como já referimos, o princípio da igualdade dos credores, enquanto uma das derivações do princípio da igualdade, previsto no artigo 13.º da CRP, não é um princípio absoluto e não obriga a que se trate de forma semelhante o que é distinto. Pelo contrário, o princípio da igualdade entre credores obriga a que a atribuição de tratamento semelhante se alicerce na constatação de que as situações são, também elas, semelhantes, não sendo admissível a homologação de planos que tratem de forma igual o que, consabidamente, é diferente.

Como bem referiu DIONÍSIO BERNARDO JIMÉNEZ MAÑAS “*la igualdad significa dar el mismo trato a los que ocupan posiciones jurídicas equivalentes; dar igual tratamiento a quines ostentan un estatus jurídico diferente no es igualdad, sino injusticia*”¹²¹.

Assim, ao contrário de HUGO ROSA FERREIRA¹²², não vemos os grupos de situações que podem ser classificadas como razões objetivas de tratamento diferenciador como exceções ao princípio da igualdade dos credores, mas antes como consagrações ou concretizações desse princípio.

¹²¹ DIONÍSIO BERNARDO JIMÉNEZ MAÑAS, “Par conditio creditorum vs Privilegium”, Trabajo Final de II Curso de Experto Universitario en Derecho Concursal, Universidad Internacional de Andalucía, 2011, pág 14, disponível para consulta in https://dspace.unia.es/bitstream/handle/10334/1854/0330_Jimenez.pdf?sequence=1.

¹²² FERREIRA, Hugo Rosa, *Compensação e Insolvência (em particular, na cessão de créditos para titularização)*, in: “Direito da Insolvência”, 1.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, (pág. 9-64), pág. 20.

A admissibilidade de o plano prever uma diferenciação entre credores depende da existência no caso concreto de razões meramente objetivas e, por isso, de fácil e generalizada compreensão. O que significa que a homologação do plano deverá ser rejeitada quando a diferenciação é meramente arbitrária - por omitir totalmente uma razão para essa diferenciação ou por prever uma qualquer razão sem fundamento objetivo e racional, o que não sucederá se o tratamento diferenciado for objetivamente fundamentado¹²³.

Neste sentido, concordamos com MARIA DE FÁTIMA FERNANDES FERREIRA, quando a Autora afirma que *“este princípio exige a consideração e tratamento de todos os créditos em termos de igualdade, isto é, ele não exclui o atendimento das preferências legais que, com garantias reais, terão primazia na sentença de graduação dos créditos sobre bens onerados, apenas significa que não pode existir discriminações infundadas. Assim, devem ser tratadas em termos semelhantes, as situações dos credores com posições equivalentes. Então, dentro da mesma categoria — privilegiada ou comum — com igualdade de posições, não pode haver lugar a distinções entre credores.”*¹²⁴.

Adotando semelhante entendimento, veja-se o Ac. Tribunal da Relação do Porto, de 07-04-2016, proferido no âmbito do processo n.º 1709/15.0T8AVR.P1, Relator Carlos Querido¹²⁵, segundo o qual, *“O princípio da igualdade também se concretiza no tratamento de forma diferente, de realidades diversas, traduzindo-se na ideia geral de proibição do arbítrio.”*

No entanto, por vezes constata-se que a linha que separa o que é ou não uma razão objetiva se configura como ténue e, por conseguinte, de difícil determinação. Com efeito, e com bem salientam NUNO FERREIRA LOUSA e MANUEL DE ABREU CASTELO BRANCO, *“não se encontra ainda consolidada uma linha jurisprudencial*

¹²³ Neste sentido, refere o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 12.03.2015, proferido no âmbito do processo n.º 338/13.7TBOFR-A.C1, Relator Henrique Antunes, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, que *“I - O princípio da igualdade dos credores não proíbe ao plano de insolvência que faça distinções entre eles – proíbe apenas diferenciações de tratamento sem fundamento material bastante, sem uma justificação razoável, segundo critérios objetivos relevantes. II - É, por isso, admissível, o estabelecimento, pelo plano de diferenciações no tratamento jurídico de situações que se afigurem, sob um ou mais pontos de vista, idênticas, desde que, por outro lado, apoiadas numa justificação ou fundamento razoável, sob um ponto de vista que possa ser considerado relevante.”*

¹²⁴ FERREIRA, Maria de Fátima Fernandes, *O pagamento aos credores e o rateio parcial em processo de falência*, in: “Revista da Ordem dos Advogados”, Ano 62, Volume I, Lisboa, 2002, disponível para consulta in <https://portal.oa.pt/comunicacao/publicacoes/revista/ano-2002/ano-62-vol-i-jan-2002/temas-e-referencia/maria-de-fatima-fernandes-ferreira-o-pagamento-aos-credores-e-o-rateio-parcial-em-processo-de-falencia/>.

¹²⁵ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

sobre esta matéria que confira segurança e clareza a todos quanto operam em situações de recuperação empresarial.”. No entanto, parece “existir uma tendência de progressiva aceitação de situações de tratamento diferenciado de credores”¹²⁶.

Existem situações que recorrentemente surgem na jurisprudência e às quais são conferidas um conjunto de soluções típicas, ainda que por vezes contraditórias, a respeito da indagação de existência de violação do princípio da igualdade dos credores e quanto à verificação ou não de uma razão justificável para o tratamento desigual entre credores inseridos na mesma classe de créditos. Por exemplo, a jurisprudência maioritária tem vindo a considerar que não basta para fundamentar diferenciações entre credores a mera necessidade de aprovação de um plano; pelo contrário, este tem de respeitar, tanto quanto possível, o princípio da igualdade.

Neste sentido, a título de exemplo, o Supremo Tribunal de Justiça foi perentório ao afirmar que “*é insuficiente invocar a imprescindibilidade da aprovação*” para dar um tratamento mais favorável aos credores que são titulares de créditos de valores elevados¹²⁷.

Todavia, outras decisões há que interpretam o princípio da igualdade de tratamento entre credores de uma forma menos ampla¹²⁸, determinando a homologação de planos e concomitantemente aceitando que a diferenciação do tratamento de credores se considere objetivamente justificada pela necessidade de aprovação de um plano.

Nesta sequência, parece evidente que o princípio da igualdade dos credores, na maioria das situações, exige e supõe uma análise do caso concreto e a comparação de situações, a realizar a partir de determinado ponto de vista.

Tendo por base uma análise por nós feita quanto às consagrações do princípio da igualdade dos credores na jurisprudência portuguesa, conseguimos destacar cinco

¹²⁶ LOUSA, Nuno Ferreira/ BRANCO, Manuel de Abreu Castelo, *A aplicação do princípio da igualdade no processo especial de revitalização*, in: “Vida judiciária”, ob. cit., (pág. 32-33), pag. 33.

¹²⁷ Cf. no mesmo sentido o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 20.06.2016, proferido no âmbito do processo n.º 26506/15.9T8SNT-A.L1-7, Relatora Cristina Coelho, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>. Por outro lado, também existem outras decisões que recorrem ao princípio da proporcionalidade no âmbito da aplicação do princípio da igualdade entre credores, é o exemplo do Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 25.03.2014, Processo 6148/12.1TBRRG.G1.S1, Relator Fonseca Ramos, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>. Para este coletivo deve ser privilegiada a necessidade de revitalização do devedor, considerando, com efeito, ser “*desproporcional que a oposição de um só credor inviabilizasse a revitalização da devedora, contrariando a aprovação do plano apresentado e que foi aceite (aprovado) por larga maioria dos votos emitidos e capital representado*”.

¹²⁸ Assim designada em LOUSA, Nuno Ferreira/ BRANCO, Manuel de Abreu Castelo, *A aplicação do princípio da igualdade no processo especial de revitalização*, in: “Vida judiciária”, ob. cit., (pág. 32-33), pag. 33.

casos típicos relativamente aos quais se suscitam dúvidas e dificuldades de interpretação¹²⁹.

No âmbito da negociação, aprovação e homologação plano de recuperação, são várias as razões objetivas que justificam que seja dado um tratamento diferente aos diferentes credores. Vejamos.

3.3.1. Em função da Classificação dos Créditos

O princípio da igualdade de tratamento dos credores, previsto no artigo 194.º do CIRE, como já vimos, impõe que sejam tratados de forma igual os credores que se encontrem em idênticas situações, salvo se os credores afetados consentirem no seu tratamento mais desfavorável ou existam razões objetivas que fundamentem a desigualdade de tratamento.

Uma das razões objetivas mais comumente (ou até banalmente) invocadas para justificar a diferenciação de tratamento dos credores assenta na distinta classificação dos créditos, nos termos em que está atualmente prevista no artigo 47.º do CIRE. Aplicando este critério, dir-se-á que não colide com o referido princípio o tratamento distinto que é dado a diversos credores, em função da diferente categoria e natureza dos respetivos créditos¹³⁰.

Como bem resume o Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 14.04.2015, proferido no âmbito do processo n.º 1529/14.9TBPRD.P1, Relator Vieira e Cunha¹³¹, “[a] igualdade dos credores não impede que seja dado tratamento diversificado a credores em função da sua categoria e, designadamente, em face da natureza comum ou privilegiada dos créditos e mesmo entre credores inseridos na mesma classe e dotados de semelhantes garantias creditórias, desde que a estas diferenças não presida

¹²⁹ Um pouco na senda do Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 01.07.2008, proferido no âmbito do processo n.º 0822193, Relator Guerra Banha, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, no qual se refere o princípio da igualdade dos credores “*impõe que o plano de insolvência obedeça ao princípio da igualdade entre credores, apenas permitindo diferenciações entre estes justificadas por razões objetivas, como seja, a distinta classificação dos créditos, o grau hierárquico que ocupam na respetiva graduação ou mesmo as fontes do crédito.*”.

¹³⁰ Como L. Miguel Pestana de Vasconcelos descreve, “*o que existem em termos insolvenciais são “castas” de credores muito diversos, que alguns serão quase sempre satisfeitos e outros quase sempre nada ou quase nada.*”. VASCONCELOS, L. Miguel Pestana de, *Direito de retenção, par conditio creditorum, justiça material*, in: “Cadernos de direito privado”, n.º 41, Braga, 2013, (pág. 5-17), pág. 10.

¹³¹ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

*a arbitrariedade e fiquem visíveis circunstâncias objetivas que justifiquem o tratamento diferenciado.”*¹³².

Dispõe o artigo 176.º do CIRE que o pagamento aos credores comuns tem lugar na proporção dos seus créditos se a massa for insuficiente para a satisfação integral. No entanto, esta regra é apenas aplicável aos créditos que tenham o mesmo grau.

Em primeiro lugar, seguindo o elenco legal – artigos 47.º e 51.º do CIRE –, importa começar por dividir os credores em dois grupos – credores da massa ou da insolvência –, sendo que, antes de se satisfazerem os credores da insolvência, são satisfeitos os credores da massa¹³³.

Como se refere no Ac. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 07.06.2016, proferido no âmbito do processo n.º 3144/11.0TBCLD-B.C1, Relator Manuel Capelo¹³⁴, “[n]a *graduação de créditos em processo de insolvência a regra fundamental está contida no art. 140º, nº 2 do CIRE, que determina que a graduação é geral para os bens da massa insolvente e é especial para os bens a que respeitem direitos reais de garantia e privilégios creditório.*”.

Por outras palavras, primeiramente, dever-se-á proceder ao pagamento das dívidas sobre a massa insolvente e, só depois, através do excedente, se procederá ao pagamento das dívidas sobre a insolvência pela ordem prevista no artigo 172.º do CIRE e em respeito do artigo 174º, nº 1, do CIRE, o qual renova que a graduação deve ser feita de acordo com a ordem dos créditos prevaletentes e com respeito pela sua prioridade.

A prioridade na satisfação destes créditos está ligada, como bem evidencia HUGO ROSA FERREIRA, “*à ligação direta e necessária entre tais créditos e a resolução da situação de insolvência do devedor.*”¹³⁵.

¹³² Cf., a título de exemplo, no mesmo sentido Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 25.06.2013, proferido no âmbito do processo n.º 3369/10.5TBVIS-L.C1, Relatora Catarina Gonçalves, Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 07.02.2017, proferido no âmbito do processo n.º 5512/15.9T8CBR.C1.S1, Relator Nuno Cameira; e Ac. do Tribunal da Relação de Évora, de 22.02.2018, proferido no âmbito do processo n.º 444/17.9T8STR-A.E1, Relatora Isabel Peixoto Imaginário, todos disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹³³ Antes de mais, o administrador da insolvência deverá, de imediato, retirar da massa o valor necessário à sua satisfação (cfr. artigo 172.º, nº 1, do CIRE). Antes de se proceder ao pagamento dos créditos sob a insolvência, dispõe aquele preceito que dever-se-á proceder ao pagamento das dívidas da massa, melhor discriminadas no artigo 51.º do CIRE.

¹³⁴ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹³⁵ FERREIRA, Hugo Rosa, *Compensação e Insolvência (em particular, na cessão de créditos para titularização)*, in: “Direito da Insolvência”, ob. cit., (pág. 9-64), pág. 20.

Cingindo-nos apenas aos credores da insolvência, o artigo 47.º, n.º 4, do CIRE distingue diversas categorias de créditos: *(i)* os créditos garantidos; *(ii)* os créditos privilegiados; *(iii)* os créditos comuns; e *(iv)* os créditos subordinados.

Em primeiro lugar, os créditos garantidos podem ser definidos como sendo os créditos que beneficiam de uma garantia real¹³⁶ sobre os bens integrantes da massa insolvente, até ao montante correspondente ao valor dos bens objeto das garantias e tendo em conta as eventuais onerações prevalecentes¹³⁷.

Dentro desta classe de créditos podemos encontrar os privilégios creditórios especiais¹³⁸, a consignação em rendimentos¹³⁹, o penhor¹⁴⁰, a hipoteca¹⁴¹ e o direito de retenção¹⁴².

Atente-se, no entanto, que há garantias reais que se extinguem com a declaração de insolvência: os privilégios creditórios especiais previstos no artigo 97.º, n.º 1, alínea a) do CIRE, as hipotecas legais mencionadas no artigo 97.º, n.º 1, alínea c) do CIRE e, ainda, as garantias reais indicadas no artigo 97.º, n.º 1, alíneas d) e e) do CIRE.

A vantagem primordial dos credores detentores de um crédito garantido é a de que, nos termos do artigo 174.º, n.º 1, do CIRE, estes créditos são pagos imediatamente após serem pagas as dívidas da massa insolvente.

Note-se, no entanto, que este benefício não é o único consagrado para esta classe de créditos. No âmbito do processo de insolvência, outras são as vantagens concedidas a estes credores. Nos termos do disposto no artigo 164.º, n.º 2 e 3 do CIRE, os credores com garantia real são sempre ouvidos sobre a modalidade da alienação e informados do valor base fixado ou do preço da alienação projetada a uma entidade determinada.

Também o artigo 166.º do CIRE confere uma vantagem aos credores garantidos: no caso de atraso na venda de bem objeto de garantia real, o credor com garantia real deve ser compensado pelo prejuízo causado pelo retardamento da alienação do bem objeto da garantia que lhe não seja imputável, bem como pela desvalorização do mesmo resultante da sua utilização em proveito da massa insolvente.

¹³⁶ Cf. GARRIDO, José Maria, *Garantias Reales, Privilegios Y Pare Condicio – Un ensayo de análisis funcional*, in: “Centro de Estudios Registrales”, ob. cit., pág. 26. O Autor descreve a função da garantia real como sendo a de incrementar a proteção de um determinado direito de crédito.

¹³⁷ Cf. 47.º, n.º 4, alínea a) do CIRE.

¹³⁸ Cf. artigos 733.º e ss. do CC.

¹³⁹ Cf. artigos 656.º e ss. do CC.

¹⁴⁰ Cf. artigos 666.º e ss. do CC.

¹⁴¹ Cf. artigos 686.º e ss. do CC.

¹⁴² Cf. artigos 754.º e ss. do CC.

Em segundo lugar, o legislador individualiza os créditos privilegiados, delimitando este conceito aos privilégios gerais integrantes da massa. Com efeito, os créditos privilegiados são os que beneficiam de “*privilégios creditórios gerais sobre os bens integrantes da massa insolvente*”, até ao montante correspondente ao valor dos bens objeto dos privilégios gerais, “*tendo em conta as eventuais onerações prevaletentes*”¹⁴³. São exemplos de privilégios creditórios gerais os casos previstos nos artigos 736.º do ss. CC. De acordo com o artigo 175.º do CIRE, o pagamento dos créditos privilegiados é feito à custa dos bens não afetos a garantias reais prevaletentes, com respeito da prioridade que lhes caiba, e na proporção dos seus montantes, quanto aos que sejam igualmente privilegiados. Os credores privilegiados são pagos através do produto da liquidação de bens não onerado por garantias reais.

O CIRE, no âmbito do processo de insolvência e do PER, consagrou um conjunto de créditos privilegiados, a saber: (i) a concessão de privilégio mobiliário creditório geral, graduado em último lugar, ao credor requerente da insolvência sobre todos os bens móveis integrantes da massa insolvente, relativamente a um quarto do seu montante, num máximo correspondente a 500 UC¹⁴⁴; e (ii) a concessão de privilégio creditório geral mobiliário aos credores que, no decurso do processo, financiem a atividade da empresa disponibilizando-lhe capital para a sua revitalização¹⁴⁵.

Em terceiro lugar, e considerados como uma categoria residual¹⁴⁶, estão os créditos comuns, que são os que, não sendo garantidos, privilegiados, nem subordinados, oneram a massa insolvente¹⁴⁷. São os créditos definidos “*por negação*”¹⁴⁸: não são suscetíveis de ser classificados como garantidos, privilegiados ou subordinados, e são graduados posteriormente aos créditos privilegiados e garantidos¹⁴⁹. Ao abrigo do disposto no artigo 176.º do CIRE, “*o pagamento dos credores comuns tem lugar na proporção dos seus créditos, se a massa for insuficiente para a respetiva satisfação integral.*”.

¹⁴³ Cf. artigo 47.º, n.º 4, alínea a) do CIRE.

¹⁴⁴ Cf. artigo 98.º do CIRE.

¹⁴⁵ Cf. artigo 17.º-H, n.º 2, do CIRE.

¹⁴⁶ Cf. MARTINS, Alexandre de Soveral, “Um Curso de Direito da Insolvência”, 2.ª Edição Revista e Atualizada, ob. cit., pág. 283.

¹⁴⁷ Cf. 47.º, n.º 4, alínea c) do CIRE.

¹⁴⁸ Cf. LUCAS, Miguel Pires, “Dos privilégios creditórios - regime jurídico e sua influência no concurso de credores”, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2015, pág.58.

¹⁴⁹ Cf. artigos 47.º, n.º 4 e 48.º, alínea b), do CIRE).

Dever-se-ão incluir nesta classe de créditos os créditos cuja garantia real ou privilégio se extinguiu por força da declaração de insolvência¹⁵⁰.

Uma quarta categoria é composta pelos créditos subordinados, que são graduados depois de todos os restantes créditos sobre a insolvência. Com efeito, conforme resulta do artigo 177.º do CIRE, apenas são pagos depois de satisfeitos os restantes créditos¹⁵¹, efetuando-se o referido pagamento pela ordem constante no artigo 48.º do CIRE, na proporção dos respetivos montantes. Assim, na eventualidade de a massa ser suficiente para satisfazer por inteiro os credores comuns, passam a ser satisfeitos os credores subordinados, pela ordem definida no artigo 48.º do CIRE¹⁵².

Posicionados em situação de inferioridade em relação aos restantes credores, a lei consagra um conjunto de limitações aos credores titulares de créditos subordinados no âmbito do processo de insolvência: (i) os credores subordinados não podem integrar a comissão de credores¹⁵³; (ii) os credores subordinados não detêm direito de voto, exceto quando a deliberação da assembleia de credores incida sobre a aprovação de um plano de insolvência¹⁵⁴; e (iii) a compensação não é admissível entre dívidas à massa e créditos subordinados sobre a insolvência.¹⁵⁵

Aqui chegados, parece claro que o artigo 194.º do CIRE não obsta ou impede que seja dado um tratamento distinto a credores em função das categorias dos seus créditos. No entanto, tem surgido uma linha jurisprudencial que considera que, ainda que estejamos perante diferentes classes de créditos, tal não justifica, só de *per si*, que se possibilite um diferente tratamento dos credores. Os defensores desta tese procuram no princípio da proporcionalidade a razão de ser para, mesmo na diferença tida

¹⁵⁰ Cf. artigo 97.º do CIRE.

¹⁵¹ A propósito do tratamento nitidamente mais desfavorável dos créditos reconhecidos como subordinados, veja-se o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 06.11.2012, proferido no âmbito do processo n.º 444/06.4TBCNT-Q.C1, Relator Henrique Antunes, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, o qual refere, além do mais, “VI - Os créditos subordinados – categoria inovatoriamente introduzida pelo CIRE – recebem da lei um nítido tratamento de desfavor, de que o exemplo mais acabado é a circunstância de, independentemente da sua fonte, serem graduados e, portanto, satisfeitos, depois de todos os restantes créditos sobre a insolvência (artº 48, corpo, 2ª parte, e 177 nº 1 do CIRE). VII - Outro ponto é que é visível o tratamento de desfavor dos créditos subordinados e diz respeito ao direito de voto: os créditos subordinados não conferem direito de voto, exceto se a deliberação tiver por objeto a aprovação de um plano de insolvência (artº 77 nº 3 do CIRE)”.

¹⁵² Como bem resume L. Miguel Pestana de Vasconcelos, “Esta classe de credores é específica do direito insolvencial. E comporta ela também uma hierarquia própria, o que significa que nem dentro desta categoria de credores, nas relações entre eles (ou seja: de credores titulares de créditos subordinados inseridos nas diferentes alíneas do art. 48.º do CIRE), se encontram em posição de igualdade.”. Cf. VASCONCELOS, L. Miguel Pestana de, *Direito de retenção, par conditio creditorum, justiça material*, in: “Cadernos de direito privado”, ob. cit., (pág. 5-17), pág. 11.

¹⁵³ Cf. artigo 66.º do CIRE.

¹⁵⁴ Cf. artigo 73.º, n.º 3, do CIRE.

¹⁵⁵ Cf. artigo 99.º, n.º 4, alínea d), do CIRE.

normalmente como admissível, defenderam que o respeito pelo princípio da igualdade da igualdade dos credores passa por uma solução distinta da que parece óbvia.

Em suma, esta correste tem vindo a defender que o facto de estarmos perante créditos pertencentes a classes distintas, não significa, de imediato, que não foi violado o princípio da igualdade de tratamento entre credores ou que não se justifica que seja dado um tratamento igual a credores com créditos de diferentes categorias.

Veja-se, quanto a esta matéria, a posição sufragada pelo o Ac. Tribunal da Relação do Porto de 08.07.2015, proferido no âmbito do processo 261/14.8TYVNG.P1, Relator Manuel Domingos Fernandes¹⁵⁶. No caso *sub judice*, uma vez aprovado o plano, ao credor foi garantida a atribuição do capital, acrescido de juros remuneratórios contratuais, vencidos até à data do trânsito em julgado da sentença, em 180 prestações mensais compostas por capital e juros, enquanto que, por outro lado, para os outros credores, estava previsto o perdão total dos juros vencidos ou vincendos e que apenas receberiam 10% do capital em dívida, em 150 prestações. Ou seja: de um lado, o credor garantido recebia todo o capital e juros e, do outro, os restantes credores recebiam apenas 10% do capital, sem juros.

Ora, a este propósito, o Tribunal da Relação do Porto considerou, num nítido apelo ao princípio da proporcionalidade, que a solução prevista no plano consubstanciava um *“tratamento desigual sem uma justificação material da desigualdade que, aliás, nem sequer está devidamente comprovada.”*. Mais acrescentado não ser *“possível identificar um fundamento racional e objetivo, justificador da distinção entre os credores.”*. Concluindo, pois, aquele Tribunal, que a diferente classificação dos créditos (garantido e comuns) não constituía razão suficiente para o diferente tratamento dos credores.

Também no mesmo sentido, o Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 09.12.2014, proferido no âmbito do processo n.º 166/14.2TJPRT.P1, Relator Rui Moreira¹⁵⁷, defendeu uma solução semelhante, referindo que *“ofende o princípio da igualdade, por tratamento intoleravelmente desproporcionado entre o crédito do credor hipotecário e os demais credores comuns, um plano de recuperação que salvasse integralmente aquele e elimine os demais em 90%, prevendo o pagamento dos 10% remanescentes ao longo de dez anos e sem juros.”*.

¹⁵⁶ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁵⁷ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

Resultou da análise do plano em causa que, em concreto, a redução dos créditos comuns implicaria que os devedores só teriam de afetar aos credores comuns cerca de 25 euros por mês, durante dez anos, o que resultaria numa superior garantia para o credor garantido.

Assim, além do privilégio que já lhe assistia, legitimado pela hipoteca, determinou-se no plano que a quase totalidade dos rendimentos dos devedores deveriam ficar libertos quase integralmente das restantes dívidas, para que fosse pago o crédito garantido. Ora, decidiu aquele aresto que a homologação do plano em causa iria melhorar as condições creditícias do credor garantido, à custa da obliteração de outros créditos. Mais se considerou que não serviria a justiça material no caso concreto que se permitisse ao credor garantido, por sua exclusiva vontade, melhorar ainda mais as condições creditícias (*“E este privilégio, constituído à custa dos créditos do B..., do G... e de H..., é construído pelo império da vontade do próprio F....”*).

No entanto, e em sentido oposto, grande parte da jurisprudência tem vindo a considerar que simples diferenciação dos créditos é causa justificativa bastante de um tratamento distinto entre credores, quer no plano de insolvência, quer no plano de recuperação. Sufragando tal posição, o Tribunal da Relação de Lisboa O Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 03.12.2015, proferido no âmbito do Processo n.º 7543-14.7T8SNT.L1-8, Relator Sacarrão Martins¹⁵⁸, concluiu em sentido oposto aos Acs. supramencionados, tendo acatado o plano que previa um tratamento diferenciado entre credores, uma vez que *“a diferença entre a natureza dos créditos em confronto, uns garantidos por hipotecas, outros comuns e outros subordinados justifica tratamento diferenciado, na senda, aliás, do disposto no próprio artigo 47.º do CIRE.”*¹⁵⁹.

No mesmo sentido, ainda que em termos menos restritivos, NUNO FERREIRA LOUSA sustenta que *“o princípio da igualdade de tratamento de credores, se corretamente interpretado, deverá permitir situações de diferenciação do tratamento dos créditos como subordinado, comum ou garantido”* uma vez que tal circunstância constitui, em princípio, razão objetiva de diferenciação do tratamento dos créditos, *“só assim não devendo acontecer se se demonstrar que o valor da garantia real de que goza*

¹⁵⁸ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁵⁹ Veja-se, no mesmo sentido, o Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 07.04.2016, proferido no âmbito do Processo n.º 1709/15.0T8AVR.P1, Relator Carlos Querido, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

*o crédito é manifestamente insuficiente para justificar a diferença de tratamento prevista no plano.”*¹⁶⁰.

Quanto a nós, consideramos que será possível quebrar a regra quanto à diferenciação dos credores em razão da distinta classificação dos créditos da insolvência, quando tal se justifique por razões de proporcionalidade. Neste sentido, e em primeiro lugar, à semelhança do avançado por NUNO FERREIRA LOUSA, parece-nos que, quando o valor da garantia real de que goza o crédito garantido é manifestamente insuficiente para justificar a diferença de tratamento prevista no plano, ela não deverá ocorrer.

Além disso, concordamos com a linha jurisprudencial que, socorrendo-se do princípio da proporcionalidade, entende que ofende o princípio da igualdade o tratamento desproporcional entre o crédito do credor hipotecário e os demais credores comuns, um plano de recuperação que salvguarde integralmente aquele e elimine os demais. De facto, parece-nos que a indagação acerca do cumprimento ou não do princípio da igualdade dos credores convoca, sempre, considerações relativas ao princípio da proporcionalidade¹⁶¹, que deverão ser projetadas no caso concreto. Por conseguinte, determinando-se que certa medida é manifestamente desproporcional e desrazoável, a mesma deverá ser afastada pelo Tribunal através da recusa da homologação do plano em causa.

Assim, a circunstância de certos credores deterem determinados créditos que, em regra, lhes conferem o direito a um tratamento privilegiado em relação aos demais credores, não determina, nem é, só por si, suficiente para justificar que o princípio da igualdade se encontra efetivado. Também deverá ser avaliado em termos proporcionais o prejuízo para os outros credores.

Por outro lado, e ainda quanto a este tema, tem-se vindo a entender que não viola o princípio da igualdade dos credores a mera circunstância de os créditos garantidos ou privilegiados ficarem submetidos a regime idêntico ao dos créditos comuns¹⁶². Assim,

¹⁶⁰ Cf. LOUSA, Nuno Ferreira, *Crónica de jurisprudência dos Tribunais da Relação (2017)*, in: “Revista de Direito da Insolvência”, ob. cit., (págs. 147-168), pág. 197.

¹⁶¹ Como ensina Jorge Reis Novais, “*Por sua vez, a observância ou a violação do princípio da proporcionalidade dependerão da verificação da medida em que essa relação é avaliada como sendo justa, adequada, razoável, proporcionada ou, noutra perspectiva, e dependendo da intensidade e sentido atribuídos ao controlo, da medida em que ela não é excessiva, desproporcionada, desrazoável.*”. Cf. NOVAIS, Jorge Reis, “Os Princípios Estruturantes da República Portuguesa”, Coimbra Editora, Lisboa, 2004, pág. 171.

¹⁶² Cf. Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 25.06.2013, proferido no âmbito do Processo n.º 3369/10.5TBVIS-L.C1, Relator Catarina Gonçalves, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, onde se decidiu que “*Embora se admita – sem qualquer colisão com o princípio da igualdade – que os créditos*

ainda que o princípio da igualdade possibilite o diferente tratamento entre créditos de diferentes categorias, tal não significa que viola aquele princípio o plano que determine o tratamento estritamente igual de créditos inseridos em diferentes categorias.

No entanto, não podemos concordar com esta posição. Considerando que o princípio da igualdade dos credores deverá ser interpretado no sentido de tratar de forma igual o que é igual e desigualmente o que é desigual, pensamos que, à semelhança dos casos em que é dado um tratamento manifestamente desigual, por exemplo, a um crédito garantido em relação a um crédito comum, também será desconforme com aquele princípio a inserção de medidas no plano que tratem de forma igual credores garantidos e comuns.

3.3.2. Em função do Grau Hierárquico dentro da mesma categoria de créditos

O princípio da igualdade dos credores não impede que seja dado tratamento distinto a credores *(i)* em função da sua categoria, *(ii)* nem afasta a possibilidade de se estabelecerem diferenciações dentro da mesma categoria de créditos em função do grau hierárquico dos mesmos.

Como bem expressaram CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, a razão objetiva mais clara que fundamenta o distinto tratamento dos credores assenta na classificação dos créditos, nos termos em que esta está consagrada no artigo 47.º do CIRE¹⁶³.

Aqueles Autores referem, ainda, que, dentro da mesma categoria há motivos para destringir, conforme o grau hierárquico que couber aos vários créditos e que a ponderação das circunstâncias de cada situação pode justificar outros alinhamentos, nomeadamente tendo em conta as fontes do crédito¹⁶⁴.

No ponto precedente tivemos a oportunidade de concluir, com a maioria da doutrina e jurisprudência, que o princípio da igualdade dos credores não impede que

de diferente natureza e categoria (garantidos, privilegiados e comuns) sejam tratados de modo diverso (porque, na realidade, não estão em situação idêntica), tal não significa que esses créditos tenham que merecer, necessariamente, um tratamento diferenciado, em função da sua natureza, sob pena de violação daquele princípio.”

¹⁶³ Cf. FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, ob. cit., págs. 714 e ss.

¹⁶⁴ Cf. no mesmo sentido o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, 20.09.2016, proferido no âmbito do Processo n.º 26506/15.9T8SNT-A.L1-7, Relatora Cristina Coelho, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

seja dado um tratamento diversificado a credores em função da categoria do crédito de que são titulares. No entanto, mesmo entre credores inseridos na mesma categoria de créditos e, portanto, dotados de semelhantes garantias creditórias, não está radicalmente afastada a possibilidade de se estabeleceram diferenciações, desde que a tais diferenciações não presida um critério arbitrário, mas que, pelo contrário, sejam notórias as circunstâncias objetivas que justificam o tratamento diferenciado.

3.3.2.1. Na categoria dos créditos garantidos

3.3.2.1.1. Graduação Especial Sobre Bem Imóveis

Ao abrigo do disposto no artigo 173.º, n.º 1, do CIRE, “*liquidados os bens onerados com garantia real, e abatidas as correspondentes despesas, é imediatamente feito o pagamento aos credores garantidos*”. No entanto, o mesmo preceito estabelece que o pagamento dos créditos garantidos deverá ser efetuado “*com respeito pela prioridade que lhes caiba*”.

Como já tivemos a oportunidade de referir, os créditos garantidos são os créditos que beneficiam de garantias reais, incluindo ainda os privilégios creditórios especiais, até ao valor dos bens objeto da garantia. Com efeito, em termos práticos, a consagração na mesma categoria de créditos das garantias reais (em concreto, do penhor, da hipoteca, do direito de retenção, e da consignação de rendimentos) com os privilégios especiais, pode gerar a necessidade de determinar quais devem prevalecer relativamente aos outros.

Comecemos, então, por determinar qual a graduação dos privilégios imobiliários especiais.

Nos termos do artigo 751.º do CC, “[o]s *privilégios imobiliários especiais (...)* preferem à consignação de rendimentos, à hipoteca ou ao direito de retenção, ainda que estas garantias sejam anteriores”. Assim, e por outras palavras, os privilégios imobiliários especiais devem prevalecer sobre os créditos garantidos com hipoteca, direito de retenção ou consignação em rendimentos, ainda que estas garantias sejam anteriores.

Ao abrigo do disposto no artigo 746.º do CC, os privilégios por despesas de justiça, quer sejam mobiliários, quer imobiliários, têm preferência não só sobre os

demais privilégios, como sobre as outras garantias, mesmo anteriores, que onerem os mesmos bens, e valem contra os terceiros adquirentes. Pelo que, estes serão os primeiros créditos a ser graduados.

Seguidamente, o artigo 3.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 59/2006, de 20 de março¹⁶⁵, dispõe que *“os titulares de obrigações hipotecárias gozam de privilégio creditório especial sobre os créditos hipotecários que lhes subjazem, bem como sobre os outros ativos previstos no artigo 17.º, com precedência sobre quaisquer outros credores, para efeitos de reembolso do capital e recebimento dos juros correspondentes às obrigações hipotecárias. as hipotecas que garantam os créditos obrigações hipotecárias.”*. Ainda que a graduação destes créditos tenha gerado alguma controvérsia na doutrina, parece-nos, à semelhança do entendimento de ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, que deverão ser graduados após as despesas de justiça, conforme se acabou de expor¹⁶⁶.

De seguida, surgem os créditos do trabalhador, emergentes de contrato de trabalho, ou da sua violação ou cessação. De acordo com o artigo 333.º, n.º 1, do Código do Trabalho, o trabalhador goza de privilégio imobiliário especial sobre o bem imóvel do empregador em que o trabalhador presta a sua atividade¹⁶⁷.

Com efeito, e nos termos do artigo 333.º, n.º 2, do Código do Trabalho, a graduação destes créditos é feita com prioridade relativamente aos créditos do Estado e aos créditos das Autarquias Locais pela contribuição predial, referidos no artigo 748.º do CC¹⁶⁸.

Posteriormente serão graduados os créditos previstos no artigo 744.º do CC, bem como os restantes que a lei exige que se graduem nos mesmos termos.

¹⁶⁵ Que estabelece o regime aplicável às obrigações hipotecárias e às instituições de crédito hipotecário, bem como às obrigações sobre o sector público.

¹⁶⁶ Em sentido contrário, LUCAS, Miguel Pires, “Dos privilégios creditórios - regime jurídico e sua influência no concurso de credores”, ob. cit., 2015, pág. 356. Para este Autor os créditos de obrigações hipotecárias devem prevalecer em relação às despesas de justiça. No entanto, note-se que nos termos do artigo 3.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 59/2006, de 20 de março, as hipotecas que visem garantir o pagamento de créditos hipotecários subjacentes a obrigações hipotecárias prevalecem sobre qualquer privilégio creditório imobiliário.

¹⁶⁷ Para que os créditos laborais gozem do privilégio creditório imobiliário especial previsto no artigo 333º, n.º1, alínea b), do Código do Trabalho, é necessário provar-se a conexão entre o imóvel penhorado e a atividade da entidade patronal, cabendo aos titulares dos créditos laborais o ónus da respetiva alegação e prova. Cf. neste sentido o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14.07.2016, proferido no âmbito do processo n.º 173-09.7TCFUN-A.L1-6, Relator Maria Teresa Pardal, disponível para consulta *in* <http://www.dgsi.pt>.

¹⁶⁸ Cf. neste sentido, o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 12.06.2012, proferido no âmbito do processo n.º 1087/10.3TJCBR-J.C1, Relator Jaime Ferreira, disponível para consulta *in* <http://www.dgsi.pt>.

Logo após os créditos referidos no artigo 748.º do CC, e embora gozem de privilégio imobiliário geral, graduam-se os créditos emergentes das contribuições à Segurança Social, independentemente da data da sua constituição, e os respetivos juros de mora¹⁶⁹.

Segue-se, finalmente: o direito de retenção, que recaia sobre coisa imóvel¹⁷⁰, a hipoteca, a consignação de rendimentos¹⁷¹.

3.3.2.1.2. Graduação Especial de Bens Móveis

Neste âmbito, o topo da hierarquia é novamente ocupado pelos privilégios mobiliários por despesas de justiça, uma vez que estes créditos têm preferência não só sobre os demais privilégios, como sobre as outras garantias, mesmo anteriores, que onerem os mesmos bens, e valem contra os terceiros adquirentes¹⁷².

Seguidamente, importa atentar no disposto no artigo 750.º do CC, no qual se refere que, em “*caso de conflito entre o privilégio mobiliário especial e um direito de terceiro, prevalece o que mais cedo se houver adquirido*”. Tal significa que o privilégio mobiliário especial prevalece sobre os direitos de terceiros, em particular, sobre o penhor, a hipoteca, a consignação de rendimentos e direito de retenção, quando tiver sido primeiramente adquirido.

Graduados posteriormente às despesas de justiça, surgem os créditos do contraente público, conforme estabelecido no artigo 293.º do Código dos Contratos Públicos, e as obrigações de titularização de créditos e das sociedades gestoras daqueles fundos, nos termos dos artigos 1.º, 63.º e 65.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro.

3.3.2.2. Na categoria dos créditos privilegiados

¹⁶⁹ Cf. artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 103/80, de 9 de maio, que aprovou o Regime Jurídico das Contribuições para a Previdência.

¹⁷⁰ Nos termos do artigo 759.º, n.º 2, do CC o direito de retenção que recaia sobre coisa imóvel prevalece sobre a hipoteca, ainda que a hipoteca tenha sido constituída anteriormente ao direito de retenção.

¹⁷¹ Cf. MARTINS, Alexandre de Soveral, “Um Curso de Direito da Insolvência”, 2.ª Edição Revista e Atualizada, ob. cit., pág. 277. O Autor refere, entre o mais, que “*Se o bem em causa está onerado com mais do que uma garantia real, deverão ser observadas as regras que a lei estabeleça no que diz respeito à prioridade (artigo 174.º, n.º 1, do CIRE)*”.

¹⁷² Cf. artigo 746.º do CC.

Segue-se a graduação dos créditos privilegiados imobiliários gerais. Repristinando o anteriormente aduzido a propósito da classificação dos créditos privilegiados, dir-se-á que os mesmos se caracterizam como sendo os que beneficiam de privilégios creditórios gerais – e não já os créditos que beneficiam de privilégios creditórios especiais, os quais, como vimos, se inserem na classe de créditos garantidos.

No âmbito dos créditos privilegiados também se verificam diferentes hierarquias entre os créditos, as quais procuraremos aprofundar no presente ponto de estudo.

Para a determinação da graduação dos créditos, cumpre atentar ao disposto no artigo 17.º-H, n.º 2, do CIRE, que determina que “[o]s *credores que, no decurso do processo, financiem a atividade da empresa disponibilizando-lhe capital para a sua revitalização gozam de privilégio creditório mobiliário geral, graduado antes do privilégio creditório mobiliário geral concedido aos trabalhadores.*”. Surge, assim, na graduação na classe de créditos privilegiados, os credores que financiem a atividade do devedor.

Este crédito é graduado à frente dos privilégios mobiliários gerais concedidos aos trabalhadores.

Assim, após serem pagos estes créditos, ao abrigo do disposto no artigo 333.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2, alínea a), do Código do Trabalho, deverá ser pago o privilégio mobiliário geral dos trabalhadores. Como já tivemos oportunidade de analisar, os créditos dos trabalhadores beneficiam de um privilégio mobiliário geral – que, portanto, incide sobre a generalidade dos bens móveis da entidade empregadora.

De seguida, dar-se-á lugar ao pagamento dos créditos por impostos, pagando-se, em primeiro lugar, ao Estado, e só depois às autarquias locais, nos termos do artigo 747.º, n.º 1, alínea a), do CC. Como exemplos destes privilégios creditórios mobiliários gerais do Estado, poder-se-á fazer referência aos relativos a dívidas por falta de pagamento de IRS nos últimos três anos e por falta de pagamento de IRC nos últimos três anos.

Posteriormente, deverão ser pagos os privilégios creditórios mobiliários gerais da Segurança Social sobre contribuições, quotizações e respetivos juros de mora, nos termos dos artigos 747.º, n.º 1, al. a) e 748.º do CC e artigos 204.º e 205.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro.

Seguidamente, deverão ser graduados os créditos do Estado resultantes da não utilização ou da utilização indevida dos subsídios do Fundo Social Europeu¹⁷³.

Uma vez graduados estes créditos, segue-se a graduação dos créditos previstos no artigo 2.º do Decreto-Lei 158/90, de 17 de maio, relativos aos créditos do Estado resultantes da não utilização ou da utilização indevida dos subsídios do Fundo Social Europeu. O preceito determina que estes créditos devem ser graduados logo após os previstos no artigo 747.º, n.º 1, alínea a), do CC.

No mesmo patamar estão os créditos do Fundo de Garantia de Depósitos e do Fundo de Resolução, nos termos dos artigos 153.º-M, n.º 2, 166.º-A, n.ºs 1 e 2, e artigo 167.º-A, n.º 3, do Regime Jurídico das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Seguem-se na graduação os créditos previstos no 737.º, n.º 1, do CC, nomeadamente, os créditos por fornecimentos destinados à produção agrícola, os créditos por dívidas de foros, os créditos da vítima de um facto que dê lugar a responsabilidade civil e os créditos do Autor de obra intelectual.

Finalmente, e graduado em último lugar, surge o privilégio creditório mobiliário geral do credor que requereu a insolvência do devedor sobre todos os bens móveis integrante da massa insolvente até ao montante de 500 Unidades de Conta¹⁷⁴.

3.3.2.3. Na categoria dos créditos comuns e subordinados

Como já referimos, a categoria de créditos comuns assume um carácter residual. Tal significa que são créditos comuns todos aqueles que dotados de qualquer garantia real ou privilégio creditório geral, sendo que esta categoria apenas prevalece em relação aos créditos subordinados.

O pagamento destes créditos é efetuado nos termos do artigo 176.º do CIRE, o qual refere que *“o pagamento aos credores comuns tem lugar na proporção dos seus créditos, se a massa for insuficiente para a respetiva satisfação integral.”*¹⁷⁵.

Seguindo-se, assim, a graduação dos créditos subordinados¹⁷⁶, nos termos da ordem indicada no artigo 48.º do CIRE.

¹⁷³ Cf. artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 158/90, de 17 de maio, que aprova o regime de execução fiscal a cobrança de dívidas relativas a participações do Fundo Social Europeu.

¹⁷⁴ Cf. artigo 98.º do CIRE.

¹⁷⁵ Devendo, neste caso, ser devidamente respeitados os princípios da igualdade e da proporcionalidade.

¹⁷⁶ Cf. quanto a esta matéria COSTA, Salvador da, “O Concurso de credores, Áreas comum, fiscal e da insolvência”, ob. cit., pág. 326 e ss.

3.3.3. Em função da Fonte do Crédito

Outra das razões que comumente na jurisprudência justifica um tratamento distinto entre credores é o facto de os créditos serem provenientes de diferentes fontes. De facto, razões suplementares ligadas à origem do crédito justificam a diferenciação de tratamento entre os credores.

Cumprir começar por referir que os créditos podem ter origem em diferentes fontes e que, por tal razão, pode o plano contemplar que com base nesse critério, seja conferido um tratamento distinto aos créditos. Têm diferente fonte, por exemplo, os créditos que emergem de diferentes tipologias de contratos (e.g. dos contratos de empréstimo, dos contratos de trabalho, dos contratos de compra e venda, etc.); os que emergem da figura da responsabilidade civil contratual ou extracontratual; dos que, como teremos oportunidade de aprofundar, emergem de impostos (e.g. dívidas à segurança social ou à autoridade tributária)¹⁷⁷.

Pela importância e debate que têm gerado, tanto na doutrina como na jurisprudência, vamos cingir-nos à temática dos créditos resultantes de contrato de trabalho (também designados por créditos laborais). Cumprir salientar que, dado o regime extremamente exigente estabelecido para os contratos de trabalho, quando as medidas previstas no plano digam respeito a créditos laborais, o plano deverá ser apreciado com especial cuidado, como veremos daqui em diante.

Como vimos, nos termos do artigo 333.º do Código do Trabalho, os trabalhadores gozam de um privilégio mobiliário geral¹⁷⁸ e de um privilégio imobiliário especial¹⁷⁹, consagrando, assim, o legislador, uma razão objetiva de diferenciação dos credores, uma vez que esta previsão legal e a concessão privilégios creditórios significa, em última análise, que se procurou, com a imposição de tais soluções, tratar de igual forma o que é igual e tratar de forma distinta o que é distinto.

A este respeito, CATARINA SERRA refere que *“é preciso aferir da conformidade do plano às regras especialmente aplicáveis e, designadamente, verificar se as medidas previstas no plano não implicam desvios ao quadro constitucional de*

¹⁷⁷ Como teremos oportunidade de ver em ponto autónomo, uma dessas situações é quando estamos perante créditos tributários da Segurança Social e da Fazenda Nacional.

¹⁷⁸ Cf. artigo 333.º, n.º 1, al. a), do Código do Trabalho.

¹⁷⁹ Cf. artigo 333.º, n.º 1, al. b), do Código do Trabalho.

*tutela dos créditos laborais, estabelecido no artigo 59.º da CRP e concretizado em várias disposições, tanto do Código do trabalho, como de outros diplomas.”*¹⁸⁰.

A questão que aqui se pretende discutir poderá desdobrar-se em dois temas principais: *(i)* em primeiro lugar, saber se é admissível efetuar modificações aos créditos laborais tendo em conta o valor absoluto dos mesmos; e, *(ii)* em segundo lugar, saber se é admissível efetuar modificações aos créditos laborais tendo em conta o seu carácter relativo.

O facto é que, quer num caso, quer noutro, não tem sido possível traçar linhas gerais ou padrões de resposta através da jurisprudência, uma vez que as soluções têm variado consoante a natureza dos créditos e o tipo de modificações previstas no plano¹⁸¹.

Em primeiro lugar, cumpre perceber se é admissível o plano consagrar certas modificações aos créditos laborais, como o perdão ou redução dos créditos ou a moratória, em face do valor absoluto que o caracteriza.

Comecemos pelo princípio. De acordo com o artigo 47.º do CIRE, existem várias classes de créditos, entre elas a classe de créditos garantidos e privilegiados. Por outro lado, resulta do disposto no artigo 195.º do PER, referente ao conteúdo do plano de insolvência e aplicável ao plano de recuperação, e do artigo 196.º do mesmo diploma, relativo às providências com incidência no passivo, que do plano podem resultar limitações aos créditos do devedor.

O artigo 197.º do CIRE refere ainda, quanto aos créditos garantidos e privilegiados, que “*na ausência de estatuição expressa em sentido diverso constante do plano de insolvência: a) Os direitos decorrentes de garantias reais e de privilégios creditórios não são afetados pelo plano*”. Com efeito, o legislador atribuiu cariz supletivo ao preceito, o que determina que, em regra, o plano pode dispor de maneira diversa, podendo, por conseguinte, contender com os créditos que integrem aquelas classes de créditos, só assim não sendo se houver expressa adoção de um regime diferente.

Nestes termos, é possível concluir que, em regra, o “*regime será o de que os direitos decorrentes de garantias reais e de privilégios creditórios existentes podem ser*

¹⁸⁰ Cf. SERRA, Catarina, “Lições de Direito da Insolvência”, ob. cit., págs. 436.

¹⁸¹ Cf. SERRA, Catarina, *PER, processos e créditos laborais - uma análise tridimensional (jurisprudência, novíssimo direito da insolvência e projetado direito europeu)*, in: *Prontuário de direito do trabalho*, n.º 2, Lisboa, 2017, (pág. 159-184).

atingidos, desde que a afetação conste do plano, e nos termos nele especialmente pios”¹⁸².

No entanto, tendo em conta o valor intrínseco dos créditos laborais, decorrente, designadamente, da tutela constitucional de que são objeto nos termos do artigo 59.º da CRP, questiona-se a eventual admissibilidade de o plano introduzir certas modificações nos créditos laborais, “*considerando princípios como o da irredutibilidade da retribuição [cfr. Art. 129.º, n.º 1, al. d), do CT], o da irrenunciabilidade de certos créditos (derivados, por exemplo, de acidentes de trabalho e doenças profissionais) e da indisponibilidade, em geral, dos créditos emergentes de contrato de trabalho e dos créditos decorrentes da sua violação e da sua cessação.*”.

Em sentido positivo pronunciou-se o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 25 de junho de 2015, proferido no âmbito do processo n.º 309/09.8TTBCL-C.P1.G1, Relator Antero Veiga¹⁸³, no qual ficou expresso que o crédito resultante de acidente de trabalho, considerado como crédito infortunistico, não pode ser afetado pelo PER, dada a irrenunciabilidade do mesmo.

Existem, no entanto, decisões em sentido contrário ao ora expendido. É o exemplo do Ac. Do Tribunal da Relação do Porto, de 27 de janeiro de 2015, proferido no âmbito do processo n.º 375/13.1.TYVNG.P1, Relator Francisco Matos¹⁸⁴, no qual se referiu que “[n]ão viola o princípio da irredutibilidade salarial o plano de revitalização que reduz o valor, modifica os prazos de vencimento e dispõe sobre a forma de pagamento dos créditos emergentes da violação e cessação de contrato de trabalho.”.

Em qualquer caso, sempre se dirá que a admissibilidade de certas modificações aos créditos laborais pode deixar os credores (trabalhadores) em situações de absoluta indefesa. É o caso, por exemplo, do pagamento das compensações devidas a trabalhadores por despedimento para além do período de seis meses após a cessação do contrato¹⁸⁵.

Em segundo lugar, cumpre analisar o valor relativo dos créditos laborais, de modo a aferir se determinadas modificações aos créditos laborais são conformes ao princípio da igualdade. Por outras palavras, à margem destas considerações, cumpre

¹⁸² Cf. Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 25.03.2014, proferido no âmbito do processo n.º 6148/12.1TBGR.G1.S1, Relator Fonseca Ramos, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁸³ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁸⁴ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁸⁵ Cf. SERRA, Catarina, *PER, processos e créditos laborais - uma análise tridimensional (jurisprudência, novíssimo direito da insolvência e projetado direito europeu)*, ob. cit., (pág. 159-184).

questionar se as eventuais modificações impostas aos titulares de créditos laborais por intermédio do plano respeitam o princípio da igualdade dos credores, previsto no artigo 194.º do CIRE.

Por várias vezes foi a jurisprudência chamada a responder a esta questão, fazendo-o, porém, de forma equívoca e díspar, variando conforme a situação concreta. O tema que tem gerado mais controvérsia na jurisprudência tem sido o de saber se viola o princípio da igualdade de tratamento dos credores o plano que trate de forma distinta os créditos laborais – em resultado da modificação do respetivo crédito – em relação a outros créditos também eles privilegiados.

A maioria da jurisprudência tem respondido afirmativamente à referida questão. Ou seja, em várias as decisões dos nossos tribunais superiores foi considerado que violava de forma injustificada o princípio da igualdade dos credores o plano que consagra um tratamento mais favorável a outros créditos que não o laboral.

Veja-se, a título de exemplo, o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 17.12.2013, proferido no âmbito do processo n.º 774/13.9TBGMR.G1, Relator Paulo Duarte Barreto¹⁸⁶, no qual se decidiu que um plano que preveja, por um lado, que os créditos da Segurança Social e da Autoridade Tributária, sejam pagos na totalidade, com juros e garantidos por hipoteca, e, por outro, que os créditos privilegiados de trabalhadores sofram uma redução substancial (50%) e ainda um período de carência de 24 meses, viola o princípio da igualdade dos credores.

Decidiu em sentido próximo o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 04.04.2017, proferido no âmbito do processo n.º 3820/15.8T8VNF.G1, Relator Maria dos Anjos Nogueira¹⁸⁷. O plano *sub judice* previa os seguintes termos: (i) o pagamento de apenas 80% dos créditos laborais, em 96 prestações mensais, com um período de carência de 12 meses a iniciar após o trânsito em julgado da sentença homologatória do mesmo, com perdão total do juros vencidos e pagamento dos vincendos à taxa de 1% ao ano, e sem a constituição de quaisquer garantias patrimoniais para o caso de incumprimento; e (ii) o pagamento da totalidade dos créditos, sem qualquer redução ou período de carência, bem como a constituição de garantias idóneas e suficientes para a satisfação dos mesmos em caso de incumprimento do plano. Em face destas coordenadas factuais, o tribunal considerou que “*não [existia] razão atendível para que o plano de revitalização [tratasse] privilegiadamente os outros credores em detrimento*

¹⁸⁶ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁸⁷ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

dos credores titulares de créditos laborais, [pelo que não deveria] o plano aprovado ser homologado, por ofensa do princípio da igualdade previsto no artigo 194.º do CIRE e violação do princípio constitucional de proteção do salário previsto no artigo 59.º da CRP.”¹⁸⁸.

Em sentido contrário, considerando que não viola de forma injustificada o princípio da igualdade dos credores, o plano que consagra um tratamento mais favorável a outros créditos que não o laboral, *maxime* aos créditos da Segurança Social e da Autoridade Tributária, o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 18.06.2013, proferido no âmbito do processo n.º 4021/12.2TBGMR.G1, Relatora Maria Rosa Tching¹⁸⁹. Nesse aresto, concluiu-se que “*o sistema de segurança social configura-se na nossa ordem constitucional como um sistema universal, devendo garantir a toda a população a proteção em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade de trabalho*” e “*que o cumprimento de tal dever constitucional só será possível mediante o pagamento efetivo das contribuições*”, razão pela qual se considera existir uma justificação objetiva para o tratamento diferenciado dos créditos dos trabalhadores em detrimento do favorecimento dos créditos, neste caso, da Segurança Social.¹⁹⁰

Decidindo em sentido idêntico, conquanto que alicerçado num argumento distinto, o Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 13.04.2015, proferido no âmbito do processo n.º 974/13.1TYVNG.P2, Relatora Rita Romeira¹⁹¹, entendeu que “*uma solução que permita salvaguardar a manutenção de postos de trabalho, na atual*

¹⁸⁸ Cf. Ainda quanto a este sentido jurisprudencial os seguintes Acs.: Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 07.02.2017, proferido no âmbito do processo n.º 5512/15.T8CBR.C1, Relator Nuno Cameira; o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 09.07.2015, proferido no âmbito do processo n.º 539/15.0T8LSB-B.L1-2, Relator Olindo Galdes; Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 14.03.2015, proferido no âmbito do processo n.º 1767/16.0T8VNF.G1, Relator Rodrigues Pires; o Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 28.04.2015, proferido no âmbito do processo n.º 506/14.4TYVNG.P1, Relator Francisco Matos; Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 02.02.2016, proferido no âmbito do processo n.º 2935/15.7T8CBR.C1, Relatora Maria João Areias; Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 27.04.2017, proferido no âmbito do processo n.º 1933/16.8T8VNF.G1, Relatora Ana Cristina Duarte; Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 19.06.2014, proferido no âmbito do processo n.º 404/13.9TBBCL.G, Relatora Helena Melo; Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 25.11.2013, proferido no âmbito do processo n.º 6148/12.1TBBERG.G1, Relatora Manuela Fialho, todos disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁸⁹ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁹⁰ Cf. Ainda quanto a este sentido jurisprudencial os seguintes Acs.: Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 25 de março de 2014, proferido no âmbito do processo n.º 6148/12.1TBBERG.G1.S1, Relator Fonseca Ramos; Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 13.04.2015, proferido no âmbito do processo n.º 974/13.1TYVNG.P2, Relatora Rita Romeira; e Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 04.03.2013, proferido no âmbito do processo n.º 3695/12.9TBBERG.G1, Relator António Santos, todos disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

¹⁹¹ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

*conjuntura, assume enorme relevância, pois, enquadra-se na filosofia geral da lei, que privilegia a manutenção do devedor no giro comercial, relegando para segundo plano a liquidação do seu património sempre que se mostre viável a sua recuperação.”*¹⁹². Ou seja, o argumento essencial resulta do facto de os trabalhadores, em última análise, poderem vir a ser recompensados através da recuperação da empresa, considerando que o facto de ela se manter em atividade significa também a manutenção dos postos dos seus postos de trabalho, o que determinará o desaparecimento ou a redução do perigo de despedimento.

Obviamente que, em face do exposto, cumprirá questionar se esta eventual e futura manutenção do posto de trabalho será suficiente para permitir limitações aos créditos laborais.

Contudo, não nos parece que nos casos em que estejam em confronto, na prática, os créditos laborais ou os créditos detidos pela Segurança Social e pela Autoridade Tributária, se possa determinar o favorecimento daquele sem que se viole o princípio da igualdade dos credores. Como veremos mais atentamente no ponto que se segue, os créditos tributários são considerados como legalmente indisponíveis. No entanto, também no caso dos créditos laborais se verifica uma tendencial indisponibilidade dos créditos, que, de resto, é transversal todo o sistema laboral¹⁹³.

Neste sentido, concordamos com a jurisprudência e doutrina dominantes nesta matéria, quando levantam as maiores reservas¹⁹⁴ à possibilidade de o plano ser homologado mesmo quando o mesmo encerre uma total intocabilidade dos créditos tributários e se prevejam, ao invés, condições menos favoráveis para os créditos laborais.

Considerando o forte vínculo jurídico dos trabalhadores que o Código do Trabalho consagra e o carácter tendencialmente indisponível do sistema laboral, encontra-se justificado que se estabeleça um tratamento diferente, para melhor, dos

¹⁹² Entendimento semelhante resulta do Ac. Do Tribunal da Relação de Guimarães, de 18.06.2013, proferido no âmbito do processo n.º 743/12.6TBVVD.G1, Relatora Rosa Tching, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>: “O regime insolvencial não pode ficar indiferente a uma solução que, em lugar da pura e imediata liquidação da massa insolvente, permita salvaguardar a manutenção de um número expressivo de postos de trabalho, em alternativa à colocação na situação de desemprego de todos os trabalhadores.”.

¹⁹³ Cf. Para maiores desenvolvimentos, COSTA, Ana Ribeiro, *Os Créditos Laborais no Processo Especial de Revitalização: breves notas e inquietações*, apresentação realizada no VI Congresso Internacional de Ciências Jurídico Empresariais”, outubro de 2014, pág. 79 e ss. disponível para consulta in <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1457/1/artigo4.pdf>.

¹⁹⁴ Cf. SERRA, Catarina, *PER, processos e créditos laborais - uma análise tridimensional (jurisprudência, novíssimo direito da insolvência e projetado direito europeu)*, ob. cit., pág. 159-184.

trabalhadores face aos restantes credores, mais fortes do que uma mera perspetiva ou conjuntura futura de permanência do posto de trabalho.

3.3.4. Em Função do Regime Legal (os créditos tributários)

A questão que agora nos propomos a analisar tem vindo a suscitar variadas divergências de entendimento entre a Administração Tributária e a Segurança Social, por um lado, e a jurisprudência e doutrina, por outro lado. Contrariamente ao que é o entendimento de administração tributária e segurança social, parte da jurisprudência e doutrina têm considerado que os credores públicos podem dispor dos seus créditos, e, por conseguinte, conceder ou aceitar qualquer perdão, redução ou moratória dos seus créditos, no âmbito de um PER ou de um plano de insolvência.

Os créditos públicos revestem-se de particular importância nos processos de insolvenciais, em especial, nos planos de insolvência dirigidos à recuperação do devedor e no plano de recuperação no âmbito do PER¹⁹⁵. Essa importância afere-se não apenas pelos privilégios creditórios e garantias que normalmente se encontram associadas aos créditos públicos, mas também pelos elevados montantes a que normalmente ascendem.

Como bem resume L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *“Esta questão [leia-se: a do regime dos créditos tributários] é particularmente importante, porque, em regra, os créditos dos entes públicos são bastante relevantes e, se não puderem ser atingidos, seja por redução dos créditos, do perdão de juros, ou, mesmo, - tão só -, por um prazo de pagamento mais extenso, dificilmente os outros credores aceitarão participar no sacrifício de forma isolada, naufragando, logo, desde aí, a recuperação.”*¹⁹⁶.

¹⁹⁵ Como bem referiu SANDRA MENDEIROS, “[a] reforma do Direito Falimentar português tem sido acompanhada por uma maior intervenção dos credores públicos nos processos de recuperação de empresas e de insolvência, fruto inevitável do aumento das situações de degradação económica e financeira no seio do tecido empresarial.”. Cf. MENDEIROS, Sandra, *A indisponibilidade dos créditos públicos e a intervenção da Segurança Social nos processos de recuperação de empresas*, in: “Vida judiciária”, n.º 192, Porto, 2015, (pág. 26-27).

¹⁹⁶ Cf. VASCONCELOS, Luís Miguel Pestana de, “Recuperação de Empresas: o processo especial de revitalização”, ob. cit., pág. 134. Também CATARINA SERRA resume o problema da seguinte forma: “se é admissível a previsão de perdões reduções de valor, moratórias ou outros condicionamentos ao pagamento dos créditos do Estado e da Segurança Social no plano da insolvência.”. Cf. SERRA, Catarina, *Créditos tributários e princípio da igualdade entre os credores: dois problemas no contexto da insolvência de sociedades*, in: “Direito das sociedades em revista”, Ano 4, Volume 8, Coimbra, 2012, (págs. 75-101), pág. 92.

A questão prender-se-á, pois, em determinar se, estando em causa a recuperação do devedor, os créditos estaduais podem ser atingidos por redução dos créditos, perdão de juros ou pela previsão de um prazo de pagamento mais extenso, no contexto de um plano conducente à recuperação do devedor. Por outras palavras, a verdadeira questão é a de saber se a legislação fiscal, com carácter geral, se pode sobrepor ao CIRE, uma legislação especial, quanto à regulação desta matéria.

Nas palavras de CATARINA SERRA, está em causa “*a questão da alegada indisponibilidade dos créditos*”, discutindo-se, em concreto, “*por um lado, o carácter imperativo dos arts. 30.º, n.º 2 (e agora também do recém aditado n.º 3), e 36.º, n.º 2 e 3, da LGT, dos arts. 196.º e 199.º do CPPT e do DL n.º 411/91, de 17 de Outubro*” e, “*por outro lado, principalmente as normas do art. 196.º e do art. 197.º do CIRE*”¹⁹⁷.

Não obstante a regra prevista no artigo 30.º, n.º 2, da Lei Geral Tributária, segundo a qual o crédito tributário deve ser considerado “*indisponível, só podendo fixar-se condições para a sua redução ou extinção com respeito pelo princípio da igualdade e da legalidade tributária*”, inicialmente, a jurisprudência dominante considerava que era permitido aos credores efetivamente alterar o regime dos créditos públicos no âmbito de um plano de insolvência¹⁹⁸.

No essencial, na base deste entendimento maioritário estava o argumento de que as normas do CIRE se tratavam de normas especiais relativamente à Lei Geral Tributária, o que determinaria a aplicação também aos créditos tributários dos artigos

¹⁹⁷ Cf. SERRA, Catarina, *Créditos tributários e princípio da igualdade entre os credores: dois problemas no contexto da insolvência de sociedades*, ob. cit., (págs. 75-101), pág. 87.

¹⁹⁸ Cf. neste sentido o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 15.12.2011, proferido no âmbito do processo n.º 467/09.1TYVNG-Q.P1.S1, Relatora Silva Gonçalves; o Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 04.07.2011, proferido no âmbito do processo n.º 467/09.1TYVNG-Q.P1, Relatora Anabela Luna de Carvalho; Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 07.07.2011, proferido no âmbito do processo n.º 393/10.1TYVNG.P1, Relator José Ferraz; Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 13.07.2011, proferido no âmbito do processo n.º 134/11.6 TBSTS -A.P1, Relator Soares de Oliveira, Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 25.10.2011, proferido no âmbito do processo n.º 554/10.3TBPRD-H.P1, Relatora Anabela Dias da Silva; Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 14.11.2011, proferido no âmbito do processo n.º 1911/09.2TBLSD-H.P1, Relator Rui Moura; o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra de 17.01.2012, proferido no âmbito do processo n.º 1577/10.8TBPBL-F.C1, Relator Alberto Ruço; o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães de 20.10.2011, proferido no âmbito do processo n.º 4044/10.6TBGMR -F.G1, Relator Amílcar Andrade; o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães de 27.02.2012, proferido no âmbito do processo n.º 1659/10.6TBVCT, Relatora Conceição Bucho, todos disponíveis em <http://www.dgsi.pt>. Cf., ainda, em sentido contrário, o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra de 05.07.2011, proferido no âmbito do processo n.º 393/10.1TBVNO-G.C1, Relatora Regina Rosa; o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães de 18.10.2011, proferido no âmbito do processo n.º 5036/10.0TBBRG-J.G1, Relatora Maria Catarina R. Gonçalves; o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães de 06.03.2012, proferido no âmbito do processo n.º 631/11.3TBBCCL-C.G1, Relator Figueiredo de Almeida; e o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães de 10.04.2012, proferido no âmbito do processo n.º 2261/11.0TBBRG-E.G1, Relatora Ana Cristina Duarte, todos disponíveis em <http://www.dgsi.pt>.

196.º e 197.º do CIRE¹⁹⁹⁻²⁰⁰. Com efeito, esta mesma linha jurisprudencial considerava que as regras tributárias tinham o seu “*campo de aplicação na relação tributária*” entre a administração agindo como tal e os contribuintes²⁰¹ e que, portanto, os créditos tributários deveriam ser tratados da mesma forma que os restantes créditos, em cumprimento do previsto no artigo 194.º do CIRE, quanto à princípio da igualdade dos credores.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 55-A/ 2010, de 31 de dezembro²⁰², ao artigo 30.º da Lei Geral Tributária foi aditado o n.º 3 ao referido preceito²⁰³ e com a inserção da previsão da prevalência do regime dos créditos tributários sobre lei especial, alterou-se, também, o entendimento dominante na jurisprudência e na doutrina²⁰⁴.

Em suma: antes da reforma operada em 2012, os tribunais superiores consideravam que os créditos públicos, no âmbito de um processo de insolvência, poderiam ser afetados por decisão dos credores, por, no seu entender, o regime aplicável a estes créditos não se aplicar ao processo de insolvência, mas apenas no contexto da relação tributária; com a alteração legislativa, o legislador procurou reafirmar “*com indiscutível clareza*”²⁰⁵ a posição de intangibilidade da Autoridade Tributária, proibindo a redução ou extinção dos créditos tributários²⁰⁶.

Neste sentido, caberá questionar: será legítimo, em face da legislação legal aplicável e dos princípios da igualdade dos credores e da proporcionalidade, sustentar que os créditos tributários são objetivamente merecedores de um regime mais favorável do que restantes créditos?

¹⁹⁹ Estas normas, conjuntamente, preveem a possibilidade de o plano de insolvência afetar, no caso de existir disposição expressa nesse sentido, os créditos públicos.

²⁰⁰ Também neste sentido Cf. SERRA, Catarina, *Créditos tributários e princípio da igualdade entre os credores: dois problemas no contexto da insolvência de sociedades*, ob. cit., (págs. 75-101), Pág.97. Para a Autora não há dúvidas que a lei de insolvência é uma lei especial, tendo sido concebida para regular uma situação especial – a insolvência.

²⁰¹ Cf. Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 02.03.2010, proferido no âmbito do processo n.º 4554/08.5TBLRA-F.C1.S1, Relator Silva Salazar, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

²⁰² Lei do Orçamento de Estado para 2011.

²⁰³ Artigo 30.º, n.º 3, da Lei Geral Tributária: “3 - O disposto no número anterior prevalece sobre qualquer legislação especial.”.

²⁰⁴ Cf. a título de exemplo ABREU, Jorge Manuel Coutinho, “Curso de Direito Comercial”, Volume I, Almedina, Coimbra, 2016., pág. 331 e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, “Manual de Direito da Insolvência”, ob. cit., pág.311.

²⁰⁵ Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 18.12.2014, proferido no âmbito do processo n.º 1786/12.5TBTN.V.C2.S1, Relator Fonseca Ramos, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

²⁰⁶ Refira-se que “[n]a interpretação da AT, o princípio da indisponibilidade significa que as únicas medidas de reestruturação dos créditos tributários admissíveis são as indicadas no artigo 196.º do Código de Procedimento Tributário (“CPPT”), que apenas prevê o pagamento da dívida tributária em prestações.”. Cf. DINIS, David Sequeira/ ROSA, Luís Bértolo, *Os créditos tributários e o plano de insolvência/recuperação*, in: “Vida judiciária”, n.º 192, Porto, 2015, (pág. 30-31).

Inalterado quanto a esta matéria, o regime do CIRE parecia não dar uma resposta contrária, nem alterar “*o quadro de coisas*”²⁰⁷. Na verdade, a regra vertida no n.º 3 do artigo 30.º da LGT parecia não deixar margem de manobra para a aplicação de uma tese contrária à de quem defendia a indisponibilidade dos créditos tributários²⁰⁸.

Não obstante, para CATARINA SERRA ainda se é defensável proceder a uma interpretação restritiva das normas que ainda compõem o regime tributário, nomeadamente em função: (i) da “*teologia subjacente ao PER*”; e (ii) da “*unidade do sistema jurídico*”^{209_210}.

Sustenta a Autora que as normas expressas não devem prevalecer quando tal “*acarrete perturbações intoleráveis para a harmonia do sistema jurídico*”, como, de resto, parece ser o caso. Como já referimos, em regra, os créditos tributários representam uma fatia com enorme representatividade em relação à totalidade dos créditos reclamados, sendo que, também na maioria dos casos, sendo os mesmos indisponíveis, a recuperação das empresas ficaria irreversivelmente comprometida.

Em sentido semelhante, o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 18.12.2014, proferido no âmbito do processo n.º 1786/12.5TBTNV.C2.S1, Relator Fonseca Ramos²¹¹, ao reanalisar esta matéria mais detidamente, tendo o tribunal concluído da seguinte forma:

²⁰⁷ Cf. VASCONCELOS, Luís Miguel Pestana de, “Recuperação de Empresas: o processo especial de revitalização”, ob. cit., pág. 132.

²⁰⁸ Cf. os seguintes Acs. neste mesmo sentido: Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 17.06.2013, proferido no âmbito do processo n.º 1013/10.0TJPRT.P1, Relatora Maria Adelaide Domingos; Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 28.06.2013, proferido no âmbito do processo n.º 4944/12.9TBSTS.P, Relatora Maria Amália Santos; Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 19.07.2013, proferido no âmbito do processo n.º 8977/16.8T8PRT.P1, Relator Rui Moreira; Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 21.10.2013, proferido no âmbito do processo n.º 1426/12.2TYVNG.P, Relator Carlos Querido; Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 29.10.2013, proferido no âmbito do processo n.º 8180/12.6TBBRG.G, Relator Edgar Gouveia Valente, todos disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

²⁰⁹ Cf. SERRA, Catarina, *Créditos tributários e princípio da igualdade entre os credores: dois problemas no contexto da insolvência de sociedades*, ob. cit., (págs. 75-101), Pág.99.

²¹⁰ Ainda que, para a Autora, esta interpretação equivalha “*a impor a recuperação a todo o custo e contra a vontade dos credores públicos. Como se disse, todo o credor que se sinta prejudicado pelo plano de insolvência (seja em absoluto, seja relativamente a outros credores) tem a faculdade de requerer ao juiz que recuse a homologação desde que manifestem nos autos a sua oposição (em momento anterior à aprovação do plano) e consigam provar, em alternativa, que a sua situação ao abrigo do plano é previsivelmente menos favorável do que aquela que adviria da ausência de plano ou que do plano resulta para algum credor um valor económico superior ao montante nominal dos seus créditos sobre a insolvência acrescido das eventuais contribuições que ele deva prestar [cfr.art.216.º, n.º 1, als. A) e b) do CIRE].*”. Cf. SERRA, Catarina, *Créditos tributários e princípio da igualdade entre os credores: dois problemas no contexto da insolvência de sociedades*, ob. cit., (págs. 75-101), Pág.99.

²¹¹ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

a) Foi alterada a Lei Geral Tributária no sentido de blindar os créditos fiscais, tendo sido *“aditado um n.º 3, ao art. 30º para que não restassem dúvidas: “O disposto no número anterior prevalece sobre qualquer legislação especial.”;*”;

b) No entanto, *“as alterações introduzidas na LGT, pela Lei Orçamental de 2010, em vigor desde 1.1.2011, interpretadas literalmente, não são compatíveis com a perspetiva do direito insolvencial atual que coloca a tónica na recuperação da empresa e não na sua liquidação”*,

c) Antes convocam, nada senda do referido por CATARINA SERRA, uma interpretação restritiva das normas da Lei Geral Tributária, que restrinjam *“o seu campo de aplicação à relação tributária em sentido estrito, valendo primordialmente na relação Estado-contribuinte, normas que devem ceder no confronto com a legislação especial do direito falimentar”*;

d) Nomeadamente, *“atentas as funções sociais do Estado seja na perspetiva social – o direito ao trabalho – seja na perspetiva económica – a interpretação conforme à Constituição implica que entre uma interpretação que salvguarde os princípios constitucionais e outra que com eles colida, deve prevalecer aquela.”*;

e) Com efeito, *“pode violar o princípio da proporcionalidade admitir que o processo de insolvência seja colocado em pé de igualdade com a execução fiscal, servindo apenas para a Fazenda Nacional atuar na mera posição de reclamante dos seus créditos, sem atender à particular condição dos demais credores do insolvente ou pré-insolvente, que contribuem para a recuperação da empresa, abdicando dos seus créditos e garantias, permanecendo o Estado alheio a esse esforço, escudado em leis que contrariam o seu Compromisso de contribuir para a recuperação das empresas, como resulta do Memorandum assinado com a troika e até das normas que, no contexto do PER, o legislador fez introduzir no CIRE.”*;

f) Tecidas estas considerações, concluiu o Tribunal no sentido de que não deve ser de *“excluir que no plano da insolvência, ao abrigo do art. 196º, nº1, als. a) e c) do CIRE, cabe o perdão ou redução*

do valor dos créditos da AT ou da Segurança Social sobre o passivo do devedor, quer quanto ao capital, quer quanto aos juros, bem como a modificação dos prazos de vencimento ou das taxas de juro, sejam os créditos comuns, garantidos ou privilegiados, aprovado o plano que respeitou o quorum estabelecido no artigo 212º, desde que a intervenção nos créditos do Estado credor não evidencie uma redução injusta e desproporcional, tendo em conta o somatório dos créditos dos particulares e a medida em que deles abdicam, visando a recuperação da empresa pré-insolvente.”.

Também L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, refletindo acerca dos argumentos expendidos, refere que esta solução acaba por ser mais consentânea com a posição de um “*legislador razoável*”, e que significa descartar “*soluções interpretativas desrazoáveis, que aniquilam todos os interesses relevantes em presença, sem benefício de ninguém; como sucede com a recusa de redução, ou da concessão da moratória, a um crédito do Estado ou da Segurança Social quando estes entes, além de contribuírem para a insolvência do devedor, atingindo o tecido económico e os postos de trabalho, obterão na insolvência um valor menor do que alcançariam pela primeira via, prejudicando a receita fiscal.*”. Para o Autor, não permitir que os créditos do Estado, e em concreto os créditos tributários, participem no esforço, do qual participa a generalidade dos credores, foge a toda a teologia do PER e da reforma de 2012.

No entanto, tem vindo a ser cada vez mais constante a jurisprudência no sentido de declarar ineficazes cláusulas aprovadas e constantes do plano que afrontam o disposto nos artigos 30.º, n.ºs 2 e 3 e 36.º, n.º 3, da Lei Geral Tributária²¹².

Para a atual corrente doutrinária maioritária, os preceitos da LGT são perentórios ao estabelecer que os elementos essenciais da relação jurídica tributária não podem ser alterados por vontade das partes e que a Autoridade Tributária não pode conceder perdões ou moratórias no pagamento dos créditos tributários.

De facto, parece-nos ser este o entendimento correto em face da legislação legal aplicável, *maxime* do CIRE e do regime tributário.

²¹² Cf. neste sentido o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 04.17.2018, proferido no âmbito do processo n.º 5781/16.7T8VIS-D.C1.S1, Relator Pinto de Almeida. Por outro lado, no sentido de que a inclusão de cláusulas em violação do disposto naquelas normas conduz à nulidade de todo o plano: Cf. Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 13.11.2014, proferido no âmbito do processo n.º 3970/12.2TJVNf-A.P1.S1, Relator Salreta Pereira, ambos disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

Em primeiro lugar, cumpre analisar a Exposição dos Motivos da Proposta de Lei n.º 39/XII²¹³, donde se refere que: “[e]ste processo especial permite ainda a rápida homologação de acordos conducentes à recuperação de devedores em situação económica difícil celebrados extrajudicialmente, num momento de pré-insolvência, de tal modo que os referidos acordos passem a vincular também os credores que aos mesmos não se vincularam, desde que seja respeitada a legislação aplicável à regularização de dívidas à administração fiscal e à segurança social e observadas determinadas condições que asseguram a salvaguarda dos interesses dos credores minoritários. As alterações que se propõem ao artigo 1.º visam, por um lado, sublinhar que a recuperação dos devedores é, sempre que possível, primacial face à sua liquidação, desde que, obviamente, tal não prejudique a satisfação tão completa quanto possível dos credores do devedor insolvente, designadamente a administração fiscal e a segurança social.”.

Afigura-se-nos, pois, que, como resulta da referida Exposição de Motivos, o legislador não quis de modo algum que a natureza indisponível dos créditos tributários fosse prejudicada pelo propósito assumido de promover a recuperação dos devedores que se encontrem em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente, em ordem a possibilitar a manutenção do devedor no giro comercial.

Por outro lado, cumpre analisar o próprio regime tributário, porquanto do mesmo resulta, em primeira linha, a necessidade de a Autoridade Tributária agir em função do interesse público e do bem comum, donde decorre a consagração de um princípio de indisponibilidade tributária²¹⁴ e a concessão à Autoridade Tributária de um conjunto de benefícios e prerrogativas.

A indisponibilidade dos créditos tributários está expressamente prevista na lei e decorre do princípio da legalidade tributária²¹⁵ e da igualdade²¹⁶. Ora, se por um lado se

²¹³ Que procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 200/2004, de 18 de Agosto, 76-A/2006, de 29 de Março, 282/2007, de 7 de Agosto, 116/2008, de 4 de Julho, e 185/2009, de 12 de Agosto, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização.

²¹⁴ DIAS, Sara Luís da Silva Veiga, “O Crédito Tributário e as Obrigações Fiscais no Processo de Insolvência”, Universidade do Minho, Escola de Direito, 2012, pág. 71, disponível para consulta in <http://hdl.handle.net/1822/21395>. Como refere a Autora “O crédito tributário, por ser do Estado, é também de todos os cidadãos. E é em nome dos seus cidadãos que o Estado, personificado na AT, tem de proteger estes créditos e acautelar o interesse público, não podendo discricionariamente alterar a relação jurídica tributária e, assim, dispor livre e autonomamente dos seus créditos.”

²¹⁵ Cfr. artigos 103.º, n.º 3, e 266.º, n.º 2, da CRP e artigo 3.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo.

²¹⁶ Cfr. artigos 13.º e 266.º, n.º 2, da CRP e artigo 5.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo.

impõe à Autoridade Tributária que obtenha a prestação efetivamente devida, por outro lado, esta entidade também está obrigada, na prossecução desse objetivo, a tratar de forma igual e uniforme todos os contribuintes²¹⁷.

Como refere SARA LUÍS DA SILVA VEIGA DIAS, “[t]emos, assim, duas ordens de interesses. Por um lado, o da proteção do crédito, do Estado e de todos os cidadãos. Por outro, o da reafirmação da importância do dever geral de contribuir, o que se procura quer pelo facto de a derrogação deste princípio apenas ser possível verificada que seja a igualdade tributária, ou seja, em casos legalmente previstos para todos os que se encontrem numa determinada situação, quer porque, ao reafirmar a indisponibilidade do crédito tributário, se visa dar um bom exemplo aos contribuintes, que não se depararão com situações de perdão injustificado de créditos, motivado por interesses que são totalmente alheios à justiça fiscal, sentindo assim desigualdade, injustiça e descrença no sistema.”²¹⁸.

Julgamos, no entanto, que seria de ponderar a determinação de um regime menos intransigente ou irredutível, com a previsão legal de situações excecionais, que a par da recuperação da empresa e sua reinserção no mercado, pudesse garantir o resgate de parte do valor creditício, que de forma contrária (nomeadamente com a declaração de insolvência do devedor e a aprovação de qualquer plano de insolvência, independentemente da sua modalidade), pode revelar-se impossível em face do valor e classe dos créditos envolvidos e do património do devedor.

3.3.5. Em função da posição nuclear do credor em relação aos outros credores

3.3.5.1. Da Relevância de Determinado Credor para Assegurar a Atividade Futura Do Devedor

²¹⁷ Note-se que “a opção por regimes excecionais de regularização tributária implicará sempre uma violação do princípio da igualdade, na medida em que se está a favorecer a sociedade incumpridora face àquelas que, com maior ou menor sacrifício, sempre cumpriram as suas obrigações tributárias, podendo até questionar-se se o perdão de dívidas tributárias é ou não conforme à justiça tributária.”. DIAS, Sara Luís da Silva Veiga, “O Crédito Tributário e as Obrigações Fiscais no Processo de Insolvência”, ob. cit., pág. 71.

²¹⁸ DIAS, Sara Luís da Silva Veiga, “O Crédito Tributário e as Obrigações Fiscais no Processo de Insolvência”, ob. cit., pag. 72.

Cumpra ainda analisar as situações, também elas objeto de divergência jurisprudencial, em que (i) um credor está disposto a financiar o devedor ou (ii) em que o credor é, simultaneamente, um fornecedor essencial para a atividade do devedor e faça depender a manutenção da relação comercial do pagamento integral do seu crédito. Quer num caso quer noutro resulta evidente que o credor se encontra numa posição de força em relação ao devedor²¹⁹.

A este propósito, um exemplo de decisão jurisprudencial que entende que o futuro financiamento do devedor deve ser visto como motivo objetivo e justificador de tratamento diferenciador entre credores é a decisão proferida no Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa de 29.05.2014, proferido no âmbito do processo n.º 723/13.4TYLSB.L1-6, Relator Tomé Ramião²²⁰, onde se considerou que aos credores que proporcionam os meios financeiros necessários ao desenvolvimento da atividade do devedor pode ser conferido um tratamento mais favorável relativamente aos demais credores, ainda que se encontrem dentro da mesma categoria de credores²²¹.

Em sentido distinto, parte da jurisprudência dos nossos tribunais superiores defende a ilegalidade dos planos que contemplem medidas mais favoráveis para os credores nesta posição de força. Nessa linha, veja-se, a título de exemplo, o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra de 11.02.2014, proferido no âmbito do processo n.º 434/13.0TBCNT.C1, Relator Moreira do Carmo²²², o qual concluiu pela existência de uma violação do princípio da igualdade de credores do plano por o mesmo prever “*que caso uma determinada instituição bancária/financeira, ou outro credor comum, venha a financiar futuramente a recorrente verá o seu crédito de capital e juros, o reclamado e o a constituir, ser pago, constituindo ainda a devedora a favor de tal instituição (ou outro credor comum) hipoteca sobre bens imóveis desonerados, de sua propriedade, praticamente quase “impondo” um refinanciamento, e assim beneficiando esse credor em detrimento dos demais, já que tal credor novo financiador passará a credor garantido quando até agora era apenas credor comum, ficando graduado, pela totalidade dos seus dois créditos, à frente dos demais credores não disponíveis para os*

²¹⁹ Cf. LOUSA, Nuno Ferreira, *Crónica de jurisprudência dos Tribunais da Relação (2017)*, in: “Revista de Direito da Insolvência”, ob. cit., (págs. 147-168), pág. 196.

²²⁰ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

²²¹ Cfr. ainda “*Não ignoramos que alguma jurisprudência tem admitido um tratamento preferencial a certos credores em função da sua atitude mais favorável à obtenção de um acordo ou até em razão das suas superiores capacidades de financiamento, mas tal posicionamento deve ser visto com ceticismo, como o viu o supra citado Ac. deste Supremo Tribunal de 8.10.2015 e, pela nossa parte, só pode ser acolhido excecionalmente e dentro dos pressupostos ou parâmetros acima expostos.*”.

²²² Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

novos financiamentos pretendidos, cujos créditos ficarão amputados em 75%, recebendo apenas (se receberem!?), face à constituição da apontada garantia real, 25% ao fim de 15 anos”.

O Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 28.04.2015, proferido no âmbito do processo n.º 506/14.4TYVNG.P1, Relator Francisco Matos²²³, também concluiu que não constituía razão objetiva para justificar o tratamento distinto entre um credor privilegiado e um credor garantido o facto de este credor garantido ser considerado um parceiro estratégico na recuperação do devedor, por razões de financiamento futuro do devedor. Neste caso, ainda que estivessem em causa diferentes categorias de credores, o tribunal entendeu desconsiderar a posição dominante que o credor garantido assumia em relação ao devedor – considerando que sem o seu apoio deste credor o devedor, muito provavelmente, não conseguia recuperar financeiramente – uma vez que, no entender do coletivo, *“é designadamente para obstar aos ímpetos egocêntricos dos credores dominantes que a lei consagra o princípio da igualdade dos credores da insolvência em sede da repartição do produto da massa insolvente para satisfação, na medida do possível, da universalidade dos créditos, quando esta deva constar de um plano.”*.

Também o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 24.11.2015, proferido no âmbito do processo n.º 212/14.0TBACN.E1.S1, Relator José Raínho²²⁴, concluiu que a circunstância de alguns credores poderem assumir uma importância estratégica acrescida para a atividade do devedor não é, só por si, suficiente para derrogar o princípio da igualdade e o da proporcionalidade em prejuízo de outros credores. A tal entendimento subjaz o facto de aquele tribunal considerar que as diferenciações entre credores não podem radicar na própria necessidade de aprovação do plano.

Com efeito, entendeu aquele Venerando Tribunal que, apesar de se reconhecer que a devedora pudesse estar dependente do recurso ao apoio e financiamento de instituições bancárias ou financeiras, tal situação não podia sobrepor-se ou obstar ao princípio da igualdade de tratamento entre credores.

Em face do exposto, concordamos com a corrente jurisprudencial que, ao reconhecer determinados credores como parceiros estratégicos da empresa devedora (enquanto elementos determinantes na prossecução da atividade do devedor e, em última linha, imprescindíveis para a sua reabilitação), entende ser admissível e conforme

²²³ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

²²⁴ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

ao princípio da igualdade dos credores, a previsão no plano de medidas mais favoráveis para esses credores.

No entanto, determinados aspetos devem ser devidamente acautelados para que se possa afirmar que ao tratamento diferenciado de determinados credores em detrimentos de outros subjaz uma justificação bastante.

Assim, ainda que se entenda que os credores que se vinculam a apoiar financeiramente o devedor assumem determinados sacrifícios ou riscos e ainda que tal assunção os distinga em relação a outros credores, tal situação poderá não ser suficiente para constituir um fator justificador de um tratamento diferenciado na satisfação dos créditos no confronto com outros credores. Assim, impor-se-á fazer uma análise em face do princípio da proporcionalidade e formular um juízo de prognose concreto que se leve a avante quanto à posição determinante daquele credor na recuperação do devedor.

Note-se, porém, que concordamos com o argumento acima expedito segundo o qual as diferenciações entre credores não podem radicar na própria necessidade de aprovação do plano. No entanto, o que está em causa não é tanto a necessidade de aprovação do plano, mas a suscetibilidade de recuperação do devedor e a necessidade de acautelar os interesses de um credor que se destaca em relação aos demais, assim se respeitando a máxima do princípio da igualdade (ou seja, tratar o igual como igual o que é igual e diferente o que é diferente).

Todavia, como em todos os casos, deverá ser observado o princípio da proporcionalidade, uma vez que esta garantia não deverá determinar a preterição total dos interesses dos outros credores. Em face deste princípio, importa relembrar que a lei já prevê à partida que aos credores financiadores do devedor será concedido um privilégio creditório²²⁵, o que, logicamente, minimiza os riscos a que este estará exposto e impõe uma maior exigência na avaliação da adequação da permissibilidade da diferença de tratamento.

Mais se acrescente que, para que a diferenciação ocorra, os fundamentos às medidas diferenciadoras previstas o plano devem ser concretos, efetivos e programados.

Por outras palavras, e como refere o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 08.10.2015, proferido no âmbito do processo n.º 1898/13.8TYLSB.S1, Relator Júlio Gomes²²⁶, “*necessário se torna, desde logo, justificar no próprio plano o diferente tratamento, com a indicação das razões objetivas para essa diferença*”.

²²⁵ Cfr. artigo 17º-H, nº 2, do CIRE.

²²⁶ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

Em face do exposto, é possível concluir, portanto, que, para que se possa classificar a justificação para a diferenciação como é objetiva, deverá: *(i)* estar em causa um fundamento preponderante para a recuperabilidade do devedor; *(ii)* existir um risco sólido de perda para o credor em função do valor do crédito ou do sacrifício que para ele represente a concessão do crédito; *(iii)* estar devidamente previsto no plano o fundamento e os factos concretos que o sustentam; *(iv)* devidamente acautelar-se os interesses dos restantes credores (se a diferenciação em causa levar ao afastamento total dos restantes credores deverá ser recusada a homologação do plano; e *(v)* a diferenciação mostrar sempre proporcional, mantendo sempre presente que ao credor já é legalmente concedido um privilégio em função do risco em que incorre²²⁷.

3.3.5.2. Do Peso de Determinado Crédito no Total do Passivo

Tecidas estas considerações sobre a relevância particular de que se revestem alguns credores, importa, agora, considerar se o valor dos créditos e a sua importância para a aprovação do plano, se pode configurar como causa ou razão objetiva para diferenciar o tratamento entre credores. Ou seja, a este respeito impõe-se determinar se a especial relação de força em virtude do valor do crédito e do poder de voto de determinado credor é suficiente para justificar a homologação de um plano consonante com o princípio previsto no artigo 194.º do CIRE.

Em primeiro lugar, comecemos por trazer à colação a linha de jurisprudência que conclui que inexistente uma razão objetiva nas situações desta natureza. Neste contexto, poder-se-á fazer referência ao Ac. do Tribunal do Porto de 15.09.2015, proferido no âmbito do processo n.º 2438/14.7T8OAZ.P1, Relator Rodrigues Pires²²⁸. Nesse caso, em causa estava perceber se no plano de recuperação em apreciação ocorria a violação do princípio da igualdade de tratamento dos credores, uma vez que os créditos comuns de dois credores tinham sido tratados de forma manifestamente diferenciada quando confrontados com os demais créditos comuns. Enquanto para uns se propunha

²²⁷ A este propósito, tomamos por nossas as palavras do Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 17.03.2015, proferido no âmbito do processo n.º 338/13.7TBOFR-A.C1, Relator Henrique Antunes, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, onde se refere que o carácter estratégico de alguns credores é insuficiente para derrogar o princípio da igualdade dos credores de uma mesma classe quando faz recair sobre alguns deles, de forma desproporcionada, as perdas, ou seja, quando a revitalização do devedor é conseguida à custa do sacrifício grave ou severo de apenas alguns dos credores da mesma classe.

²²⁸ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

o pagamento integral, com manutenção das condições contratualizadas, para os restantes créditos comuns propunha-se o perdão de 70% do capital em débito e ainda o perdão total de juros vencidos.

Por entender que a previsão no plano de um tratamento acentuadamente mais favorável para determinados credores se prendeu com razões estratégicas ligadas à própria viabilização do plano de recuperação e à importância do voto favorável daqueles credores pelo peso que tinham do ponto de vista da viabilização da aprovação do plano, o Tribunal determinou que o plano de recuperação aprovado nos autos ofendia o princípio da igualdade, por dele resultar, sem que para tal houvesse justificação.

Para além de ponderados os critérios de proporcionalidade, entendeu aquele tribunal que o peso do crédito não constituía fundamento para a diferenciação do tratamento dos créditos.

Na mesma linha de pensamento, o Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 14.05.2013, proferido no âmbito do processo n.º 1172/12.7TBMCN.P1, Relator Vieira e Cunha²²⁹, também considerou que a dimensão do crédito não constituía fator diferenciador e justificativo de um tratamento mais favorável, referindo, além do mais, que *“a invocação de que um dos créditos comuns se integra na totalidade de um crédito (em parte garantido) que é “substancialmente superior aos demais e fundamental para a viabilização do plano de recuperação” e que “se trata de um crédito comum residual” não é suficiente para fundamentar objetivamente a diferenciação entre credores comuns, a maior parte abrangida por perdão de juros vencidos (entre eles o do Apelante), e esse crédito comum que continuará a vencer juros.”*. Assim, também neste caso se considerou que o peso do crédito sobre os demais créditos da mesma categoria não representava uma causa justificativa para um tratamento diferencial dos credores, concluindo-se que o plano violava injustificadamente o princípio da igualdade de tratamento entre credores.

Importa, no entanto, não descurar que também se verifica uma corrente jurisprudencial em sentido contrário. A título exemplificativo, o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 28.01.2016, proferido no âmbito do processo n.º 1702-15.2T8SNT.L1-8, Relator Sacarrão Martins²³⁰, perante uma situação em que era feita uma clara diferenciação entre os diversos créditos comuns, nomeadamente, entre os credores comuns bancários e os restantes credores comuns, e em que os créditos comuns

²²⁹ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

²³⁰ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

bancários eram manifestamente superiores aos dos demais créditos comuns, considerou que o tratamento diferenciado imposto pelo plano era não só objetivo e justificado, como podia constituir uma vantagem para os restantes credores comuns que, de outro modo, e em cenário de venda executiva ou de insolvência, apenas seriam pagos caso o produto da liquidação do ativo da devedora fosse superior ao montante onerado com privilégios e garantias, de forma rateada com os demais credores comuns, sendo muito pouco provável que viessem a receber a totalidade do seu crédito, nessas circunstâncias.

Assim, entendeu este Tribunal que, em casos pontuais, pode ser justificável a diferenciação de tratamento entre credores, nomeadamente quando haja uma clara necessidade de viabilizar o plano pelo facto de a aprovação do plano ser manifestamente mais favorável do que uma eventual declaração de insolvência e a subsequente liquidação do ativo do devedor para pagamentos dos seus credores.

Também neste mesmo sentido o Ac. Do TRL de 25.03.2014, Proc. 3175/13.5TBSXL.L1-1, Relator Eurico Reis ²³¹, que, para além de atender à classificação do crédito como garantido – e, por essa razão, suscetível de tratamento mais favorável aos demais créditos –, considerou que *“não viola o princípio geral da igualdade dos credores enunciado no art.º 194º do CIRE, o acordo de revitalização dos devedores que define formas mais favoráveis de pagamento da dívida do credor que representa 75,439228 % dos débitos aprovados no processo de revitalização e é credor hipotecário, porque, para além desse crédito, dada essa especial garantia de que goza, ser objetivamente muito distinto dos demais, sem a aprovação do plano criticado, que acarretaria a insolvência dos devedores, os demais credores muito dificilmente poderiam obter o ressarcimento de qualquer porção do crédito cujo pagamento lhes é devido, solução esta que dá cabal satisfação ao princípio da proporcionalidade consagrado no art.º 335º do Código Civil, e é totalmente conforme às finalidades éticas, sociais e económicas de todos os direitos sob escrutínio.”*.

Quanto a nós, como já acima tivemos oportunidade de referir, não nos parece que o plano possa ser homologado pela simples razão de tal situação ser mais favorável para o devedor do que ser declarada a insolvência, ou seja, pela simples necessidade de aprovar o plano. O fim último do CIRE continua a ser a satisfação dos créditos do credor, ainda que o PER determine que, sendo possível por não estar ainda em situação de insolvência, tal satisfação deverá ser feita por via da recuperação do devedor. No

²³¹ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

entanto, tal não deve nem pode ocorrer com a violação de princípios fundamentais e estruturantes de defesa dos interesses dos credores, como é o caso do princípio da igualdade dos credores.

Assim, pensamos que a simples dimensão do crédito e o maior poder de voto de determinado credor não constitui uma razão objetiva para o diferenciar em relação aos demais, não devendo esta situação ser admitida mesmo que em causa esteja uma situação em que a aprovação do plano seria mais favorável do que a situação que se precipitaria se fosse declarada a insolvência.

CAPÍTULO 4: Decisão do Juiz sobre a Homologação do Plano ou da sua Recusa: reação à violação do Princípio da Igualdade

4.1. Considerações Iniciais

Como é consabido, findas as negociações e aprovado o plano de recuperação, o processo é remetido ao juiz para que este se possa pronunciar quanto à homologação ou recusa do plano. O PER deverá ser remetido acompanhado de toda a documentação que comprova a aprovação do plano, atestada pelo administrador judicial provisório.

Posteriormente cumpre ao juiz, no prazo de 10 dias contados da receção da referida documentação, decidir se deve ou não homologar o plano, podendo, como veremos, recusar a sua homologação oficiosamente (de acordo com o artigo 215.º do CIRE) ou a requerimento de qualquer interessado²³². O juiz passa, como veremos melhor, a estar investido na posição de garante da legalidade, ainda que em termos limitados²³³.

Repare-se que, como refere NUNO GUNDAR DA CRUZ, “*no processo de insolvência, há dois momentos de controlo à admissibilidade da proposta do plano, e um segundo relativo á homologação propriamente dita. Este facto não é despiciendo, pois demonstra que, no âmbito do PER, o controlo jurisdicional é menor, tendo o legislador confiado aos credores, e, de certo modo, também ao administrador judicial provisório o importante papel de fiscalização relativamente à definição dos termos do plano de recuperação e à condução das negociações.*”²³⁴. Com efeito, só nesta fase é que o juiz irá exercer o imprescindível controlo da legalidade do plano, para que o mesmo possa produzir os seus efeitos.

Nos capítulos precedentes, tivemos oportunidade de analisar o princípio da igualdade dos credores, a sua importância no âmbito do PER e os casos limite com que a jurisprudência mais se tem debatido nos últimos anos. Cumpre-nos agora indagar com maior detalhe quais as consequências que surgem associadas à violação deste princípio e que meios de reação são disponibilizados aos interessados contra o plano aprovado à sua revelia.

²³² Cfr. Artigo 216.º do CIRE.

²³³ Para JOSÉ IGREJA MATOS, “*o tribunal é visto como tendo uma função eminentemente certificadora – aferindo, no essencial, de requisitos formais.*”. Cf. MATOS, José Igreja, *Poderes do juiz no processo especial de revitalização. Divergindo de edipianas inevitabilidades*, ob. cit., (pág. 293-316), Pág. 295.

²³⁴ CRUZ, Nuno Gundar da, “*Processo Especial de Revitalização – Estudos sobre os poderes do juiz*”, Petrony, Lisboa, 2016, pág. 63.

Antes de mais, refira-se que a violação desse princípio terá que ser aferida por meio da ponderação global de cada caso concreto, devendo a homologação do plano ser recusada sempre que a vinculação de algum credor ao plano se revele claramente excessiva, desproporcionada ou desrazoável. De facto, a violação do princípio pode materializar-se de várias formas, nomeadamente, através:

- a) Do perdão total ou da redução de parte considerável de determinados créditos em relação a outros que estejam em igualdade de circunstâncias (artigo 196.º do CIRE);
- b) Da concessão de uma modalidade de pagamento mais favorável para certos créditos; ou
- c) Do estabelecimento de períodos de carência muito longos apenas para determinados créditos.

Como se assinalou anteriormente, a análise da violação do princípio deverá ser casuística, uma vez que, mesmo estando perante uma situação que tipicamente poderia envolver uma diferenciação injustificada do princípio da igualdade dos credores, há casos em que as medidas previstas no plano se compensam, mitigando uma possível violação do daquele princípio, sendo que tais situações só poderão ser aferidas por referência ao caso concreto. Nesta senda, como esclarecem LUÍS A. CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *“basta, por exemplo, no caso de, para um universo de dez credores nas mesmas circunstâncias, se decidir que metade deles receberia a prazo uma certa percentagem do respetivo crédito e os restantes, a prazo, uma percentagem maior, que calculada esta de forma a potenciar uma situação financeiramente equilibrada.”*²³⁵.

Outro dos casos comuns de violação do plano com base no princípio da igualdade é o de existir acordos que conferem vantagens a determinados credores. Nos termos do artigo 194.º, n.º 3, do CIRE será *“nulo qualquer acordo em que o administrador da insolvência, o devedor ou outrem confira vantagens a um credor não incluídas no plano de insolvência em contrapartida de determinado comportamento no âmbito do processo de insolvência, nomeadamente quanto ao exercício do direito de voto.”*²³⁶.

²³⁵ FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, ob.cit., pág. 714.

²³⁶ Cfr. solução semelhante no artigo § 226, (3), da InsO, mas que muitos têm vindo a classificar como sendo uma cópia imperfeita daquele preceito.

Com efeito, determina aquele preceito que é nulo qualquer acordo celebrado pelo administrador da insolvência, pelo devedor ou outrem quando através do mesmo tenha sido convencionada a concessão de vantagens não incluídas no plano de insolvência a um credor, em contrapartida de determinado comportamento no âmbito do processo de insolvência.

Questão que tem gerado alguma controvérsia na doutrina é a de saber se a nulidade prevista no n.º 3 do artigo 194.º do CIRE surge apenas como consequência das imposições decorrentes do princípio da igualdade ou se tem ainda que ver com a amplitude do plano para regular a situação, em substituição do regime legal.

Alguns Autores têm vindo a considerar que, estando inserida no preceito que acolhe o princípio da igualdade dos credores, o n.º 3 é um meio de o proteger²³⁷. Assim, como bem refere ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, com esta solução pretende-se “evitar que, nas costas dos outros credores, sejam negociados certos comportamentos processuais de um deles, comportamentos esses que seriam “vendidos”²³⁸. Considerando as palavras do Autor, o escopo desta norma corresponderia apenas a evitar que sejam conferidas determinadas vantagens não previstas no plano a certo credor, e que, em contrapartida, seja exigido ao beneficiário um determinado comportamento – comportamento esse que o credor se disponibilizou a assumir no processo –, tudo isto à revelia das normas legais aplicáveis e dos demais credores.

Defendendo o mesmo sentido, CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA concluem que são admitidos acordos paralelos ao plano, desde que não beneficiem um credor, ou que, beneficiando-o, não o façam em contrapartida de um “preço”²³⁹.

4.1.1. Não Homologação Oficiosa do Plano de Recuperação

Cabe agora perguntar que consequência advirá de uma deliberação de aprovação de um plano que seja violador do princípio da igualdade dos credores nos casos em que

²³⁷ Cf. FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, ob. cit., págs. 712 e ss.

²³⁸ Cf. MARTINS, Alexandre Soveral, *Notas sobre o conteúdo do plano de insolvência*, in “Liber Amicorum Manuel Simas Santos”, Rei dos Livros, Lisboa, 2016, pág. 23.

²³⁹ FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, ob.cit., pág. 712.

inexiste concordância do lesado ou em que o mesmo manifestou expressamente a sua não concordância.

No que a esta matéria diz respeito, importará, em primeiro lugar, analisar as regras que o tribunal deve observar para sindicar a legalidade do PER.

Como já tivemos a oportunidade de conferir, o CIRE consagrou recentemente uma remissão legal para o seu título IX e, em especial, para o disposto nos artigos 194.º a 197.º, 198.º n.º 1, 200.º a 202.º e 215.º e 216.º do CIRE. Desta forma, é a própria lei que determina a aplicação ao PER dos artigos 215.º e 216.º do CIRE, relativas à análise judicial da legalidade do plano de recuperação.

Começemos por atentar à previsão do artigo 215.º do CIRE, a qual nos remete para a problemática do alcance dos poderes do juiz neste âmbito. Nos termos desta norma, uma vez aprovado o plano pelos credores, o mesmo deverá ser sujeito a um controlo de cariz jurisdicional, culminando ou não com a sua homologação.

Prevê o artigo 215.º do CIRE que o “*juiz recusa oficiosamente a homologação do plano de insolvência aprovado em assembleia de credores no caso de violação não negligenciável de regras procedimentais ou das normas aplicáveis ao seu conteúdo, qualquer que seja a sua natureza, e ainda quando, no prazo razoável que estabeleça, não se verifiquem as condições suspensivas do plano ou não sejam praticados os atos ou executadas as medidas que devam preceder a homologação*”.

Com efeito, constata-se que a previsão deste preceito veio delimitar os casos que o tribunal tem o dever de ofício – independentemente de tal lhe ter sido requerido por qualquer legitimado para o efeito – de verificar a legalidade do plano e os termos em que o deve fazer. Assim, nos termos daquele preceito, deverá o tribunal recusar oficiosamente a homologação do plano de recuperação: *(i)* caso se verifique uma violação não negligenciável de regras procedimentais ou das normas aplicáveis ao seu conteúdo, qualquer que seja a sua natureza; e/ou quando, *(ii)* no prazo razoável que estabeleça, não se verifiquem as condições suspensivas do plano ou não sejam praticados os atos ou executadas as medidas que devam preceder a homologação²⁴⁰.

²⁴⁰ Cfr. neste sentido, a título de exemplo, Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 06.10.2015, proferido no âmbito do processo n.º 2109/14.4TBOER-A.L1-7, Relatora Maria da Conceição Saavedra; Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 01.10.2015, proferido no âmbito do processo n.º 11334/14.7T2SNT.L1.2, Relatora Ondina Alves; Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 19.05.2015, proferido no âmbito do processo n.º 863/14.2T8BRR.L1.7, Relatora Rosa Ribeiro Coelho; Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 29.05.2014, proferido no âmbito do processo n.º 723/13.4TYLSB.L1-6, Relator Tomé Ramião, todos disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

Diga-se, na senda do entendimento expresso de NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, que o legislador optou, através da remissão expressa para o artigo 215.º do CIRE, por não prescindir de uma análise judicial ao plano de recuperação aprovado pelos credores. Como bem referem aqueles Autores “[o] *tribunal encontra-se, pois, investido na posição de garante da legalidade, como aliás não poderia deixar de ser dado o impacto que o PER pode ter, especialmente sobre os credores minoritários e discordantes.*”²⁴¹.

No entanto, ainda que tenha sido dado um papel fundamental ao tribunal – de garante da legalidade do PER –, é necessário salientar que esse papel foi propositadamente delimitado pelo legislador²⁴², que, como acima se demonstrou, delimitou a intervenção judicial apenas a aspetos essenciais e mais gravosos do plano.

Versando sobre esta temática, o Ac. Tribunal da Relação de Coimbra, de 07.03.2017, proferido no âmbito do processo n.º 2710/16.1T8VIS.C1, Relator António Domingos Pires Robalo²⁴³, resumiu a intenção do legislador ao referir que “*O PER reveste uma natureza essencialmente negocial e extrajudicial, imperando nele o primado da vontade dos credores, restando para o tribunal um papel residual. Mas ao tribunal sempre cabe sindicar a observância, como pressuposto do seu juízo sobre a homologação, da regularidade dos procedimentos subjacentes e da legalidade do conteúdo do plano.*”. Também o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra de 27.06.2017, proferido no âmbito do processo n.º 8389/16.3T8CBR.C1, Relator Isaías Pádua, referiu quando ao papel do tribunal nesta matéria que a intenção daquele preceito foi a de “*conferir-se ao tribunal o papel de guardião último da legalidade, ao caber-lhe sindicar o cumprimento das normas aplicáveis como requisito da homologação do plano.*”²⁴⁴.

²⁴¹ Refira-se, no entanto, que a crítica tecida por estes Autores relativamente ao facto de este regime impedir que as empresas em situação de insolvência atual recorram a este mecanismo rápido e expedito de recuperação, denotando a possibilidade o devedor poder não ter liquidez ou património para cumprir as suas obrigações, mas ainda assim ter viabilidade económica. Cfr. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 142.

²⁴² Cf. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 142.

²⁴³ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

²⁴⁴ Ainda o Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 04.03.2013, proferido no âmbito do processo n.º 3695/12.9TBBRG.G1, Relator António Santos, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, alcançou decisão semelhante, referindo –se que “*I - O CIRE confere ao Juiz o dever de recusar a homologação do plano de recuperação conducente à revitalização de devedor aprovado, caso verifique designadamente ter-se verificado uma violação não negligenciável de regras procedimentais ou das normas aplicáveis ao seu conteúdo. II - No âmbito do poder/dever referido em I, como bem salienta Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, deverá o juiz ater-se às situações de “ violação grave não*

Refira-se, em conclusão, que a limitação do poder de controlo da legalidade resulta não apenas do respeito pela primazia da vontade dos credores no âmbito do PER²⁴⁵, como ainda do facto de o juiz não ter acesso a toda a informação relevante – nomeadamente a relativa à fase das negociações²⁴⁶⁻²⁴⁷, e, ainda, do também limitado período de tempo que o mesmo dispõe para tomar uma decisão quanto à homologação ou recusa do plano de recuperação (como vimos, apenas 10 dias).

Tem-se vindo a entender que, sendo o princípio da igualdade dos credores um princípio basilar e estruturante no plano da insolvência, a sua afetação se traduz numa violação grave, não negligenciável, das regras aplicáveis ao seu conteúdo, levando à solução apontada no artigo 215.º do CIRE.

Como bem refere LUÍS MENEZES LEITÃO, “*relativamente à violação das regras aplicáveis ao conteúdo do plano de revitalização, uma das situações em que tal pode ocorrer corresponde à violação do princípio da igualdade dos credores, prevista no art. 194.º*”²⁴⁸.

Como bem referiu o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 09.07.2015, Processo n.º 14539/15.0T8LSB-B.L1-2, Relator Olindo Geraldes²⁴⁹, “*o princípio da igualdade, nesta matéria, corresponde a uma trave basilar e estruturante do plano de insolvência ou de recuperação, a tal ponto que a sua infração equivale a uma violação grave.*”.

Com efeito, tomando como correta esta posição, caso não seja atempadamente recolhido o assentimento do lesado ou não exista uma situação objetiva que justifique um tratamento diferencial, a consequência deverá ser a de o tribunal recusar a

negligenciável” das regras procedimentais ou de conteúdo do plano, pois que, já as “Violações consideradas menores, que não ponham em causa o interesse do devedor e dos credores afetados, não constituirão causa suficiente para que o juiz possa recusar a homologação do plano”.

²⁴⁵ Cf. a este propósito Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 13.05.2013, proferido no âmbito do processo n.º 4257/12.6TBVFR-B-P1, Caimoto Jácome, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, no qual se entendeu que no PER pretendeu-se conferir primazia à vontade dos credores o que se reflete nas diversas soluções adaptadas quer de índole procedimental quer de índole substantiva, onde se atribui um controlo efetivo do processo pelos credores, em detrimento do controlo jurisdicional, que ficou reservado apenas a questões restritas e que, no fundo, se limitam a dar força à vontade dos credores.

²⁴⁶ Cf. CRUZ, Nuno Gundar da, “Processo Especial de Revitalização – Estudos sobre os poderes do juiz”, ob. cit., págs. 58 e ss.

²⁴⁷ Como bem enfatiza JOSÉ IGREJA MATOS, “*de facto, o juiz não participa, direta ou indiretamente, do processo negocial que conduz à reestruturação que possa ser aprovada e não tem influência na determinação da vontade dos credores, ou do devedor, quanto à configuração da solução que viabilize a empresa.*”. Cfr. Cf. MATOS, José Igreja, *Poderes do juiz no processo especial de revitalização. Divergindo de edipianas inevitabilidades*, ob. cit., (pág. 293-316), Pág. 294.

²⁴⁸ Cf. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “A Recuperação Económica dos Devedores. RER, PER, Plano de Insolvência, Plano de Pagamentos e Exoneração do Passivo Restante”, ob. cit., pág. 102.

²⁴⁹ Disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

homologação do plano, por violação do disposto no artigo 194.º do CIRE e, em consequência, o princípio da igualdade dos credores ali previsto.

Note-se, no entanto, que o legislador omitiu a definição quer do conceito de regras procedimentais ou de conteúdo, quer do conceito de normas não negligenciáveis, pelo que importa agora descortinar o seu concreto significado por forma a determinar a aplicabilidade da solução consagrada no artigo 215.º do CIRE ao caso ora em estudo.

Como já se referiu, ainda que a lei não tenha definido o que se deve entender por regras procedimentais, deve entender-se que correspondem àquelas que visam regular a forma como deverá desenrolar-se o processo²⁵⁰, por oposição às regras de conteúdo que se reportam ao dispositivo do plano de revitalização, bem como aos princípios que lhe estão subjacentes.

Por outras palavras, as regras procedimentais são todas aquelas que regulam o desenrolar e a forma do processo, que incluem os passos procedimentais que nele devem ser dados até que os credores decidam sobre as propostas que lhes sejam apresentadas, incluindo, assim, as regras que disciplinam as negociações a encetar entre os credores e o devedor e as regras que regulam a aprovação e votação do plano e as relativas ao modo como o plano deve ser elaborado e apresentado²⁵¹. Por outro lado, as normas de conteúdo²⁵² serão todas as que respeitem à parte dispositiva do plano, mas além delas, ainda aquelas que fixam os princípios a que ele deve obedecer imperativamente²⁵³.

Não obstante o legislador tenha omitido também a definição de violação não negligenciável a doutrina e jurisprudência maioritária têm considerado que revestem tal natureza todas as violações de normas imperativas que acarretem a produção de um resultado que a lei não autoriza e que interfiram com a justa salvaguarda dos interesses/posições dos credores. NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, invocando o artigo 201.º do CIRE, consideram que “*determinada violação não será negligenciável quando «possa influir no exame ou na decisão da causa»*”²⁵⁴.

²⁵⁰ Cfr. neste sentido Cfr. FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, ob. cit., pág. 713.

²⁵¹ Cfr. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 144.

²⁵² Tem a doutrina considerado como exemplo de normas de conteúdo o princípio da igualdade dos credores previsto no artigo 194.º do CIRE.

²⁵³ Cfr. FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, ob. cit., pág. 713 e CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 144.

²⁵⁴ Cfr. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 143.

Nesta linha de pensamento, CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA definem como não negligenciáveis “*todas as violações de normas imperativas que acarretem a produção de um resultado que a lei não autoriza.*”. Inversamente, como referem os mesmos Autores, “*são desconsideráveis as infrações que atinjam simplesmente regras de tutela particular que podem, todavia, ser afastadas com o consentimento do protegido.*”²⁵⁵.

4.1.2. A prerrogativa de um credor requerer ao juiz que recuse a homologação do plano aprovado na Assembleia de credores

Acresce, ainda, que se ocorrer alguma das situações previstas no artigo 216.º do CIRE, o credor lesado pode tomar a iniciativa de solicitar ao tribunal²⁵⁶ uma decisão de não homologação do plano²⁵⁷.

Em primeiro lugar, para que o juiz recuse a homologação é necessário que tal lhe seja solicitado por quem não tenha apresentado a proposta do plano, sob pena de se incorrer num *venire contra factum proprio*.

Em segundo lugar, para que o juiz do processo recuse a homologação do plano, é necessário – constituindo mesmo pressuposto de atendibilidade do pedido – que o credor, anteriormente à aprovação, deduza oposição à aprovação do plano²⁵⁸. Com efeito, não é suficiente para manifestar a oposição o voto contrário na deliberação de aprovação do plano.

²⁵⁵ Cfr. neste mesmo sentido os Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 04.12.2014, proferido no âmbito do processo n.º 209/13.7TYLSB-A.L1-6, Relator Vítor Amaral; Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 12.12.2013, proferido no âmbito do processo n.º 1908/12.6TYLSB-A.L1, Relatora Ana Resende; Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 08.07.2015, proferido no âmbito do processo n.º 261/14.8TYVNG.P1, Relator Manuel Domingos Fernandes, todos disponíveis para consulta in <http://www.dgsi.pt>.

²⁵⁶ Atente-se a este propósito no Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 17.12.2014, proferido no âmbito do processo n.º 2075/13.3TYLSB.L1-7, Relatora Graça Amaral, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, onde se relembra a importância da publicação no Citius do resultado da deliberação da aprovação do plano de revitalização, uma vez que este ato é indispensável para que os credores possam exercer o direito de requerer a recusa de homologação do plano, nos termos do artigo 216.º do CIRE. A ausência desta formalidade consubstancia a prática de uma nulidade procedimental, que pode influir, necessariamente, no exame ou decisão da causa.

²⁵⁷ Atente-se que, por força do artigo 17.º - F, n.º 5, do CIRE, são aplicáveis à homologação, ou recusa de homologação, do plano de recuperação, as regras vigentes em matéria de aprovação e homologação do plano de insolvência previstas nos artigos 215.º e 216.º, com as necessárias adaptações.

²⁵⁸ Como bem relembra o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra de 15.09.2015, proferido no âmbito do processo n.º 5570/14.3T8CBR.C1, Relator Arlindo Oliveira, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, “*Se anteriormente à aprovação do plano não for formulado um pedido fundamentado de recusa de homologação do mesmo, na forma exigida pelo artigo 216.º, n.º 1, não estão verificados os pressupostos para que o juiz se debruce sobre qualquer pedido nesse sentido.*”.

Em terceiro lugar, à semelhança do que sucede no âmbito do plano de insolvência, o legislador exige expressamente que o requerente demonstre em termos plausíveis, em alternativa, que: *(i)* a sua situação ao abrigo do plano é previsivelmente menos favorável do que aquela em que estaria investido na ausência de qualquer plano, designadamente face à situação resultante de acordo já celebrado em procedimento extrajudicial de regularização de dívidas; e que *(ii)* o plano proporciona a algum credor um valor económico superior ao montante nominal dos seus créditos sobre a insolvência, acrescido do valor das eventuais contribuições que ele deva prestar.

No primeiro dos casos, ou seja, nos casos em que se verifica um prejuízo próprio (alínea a) do n.º 1 do artigo 216.º do CIRE), “*incumbe ao credor oponente a prova, em termos plausíveis, de que o plano de recuperação o coloca numa situação menos favorável do que aquela que decorreria da ausência de qualquer plano*”²⁵⁹.

Assim, ao abrigo desta alínea, ao requerer a não homologação do plano, deve o requerente demonstrar que a aprovação do plano o deixa numa situação pior do que aquela em que estaria se não existisse plano²⁶⁰.

Este normativo exige, assim, a formulação de um juízo de prognose – que, como MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO refere, é muitas vezes complexo²⁶¹ –, destinado a determinar que situação resultaria para o reclamante se nenhum plano fosse aprovado²⁶². Em suma, importa proceder a uma comparação²⁶³ entre a situação que se prevê que

²⁵⁹ Cfr. Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 30.06.2014, proferido no âmbito do processo n.º 1251/12.0TYVNG.P1, Relator Caimoto Jácome, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, acerca do ónus de prova quanto à verificação de uma situação menos favorável decorrente da eventual homologação do plano.

²⁶⁰ Cfr. a título de exemplo o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 14.12.2016, proferido no âmbito do processo n.º 1515/14.9TBFUN-B.L1.S1, Relator Fonseca Ramos, disponível para consulta in <http://www.dgsi.pt>, onde se concluiu o seguinte: “A não homologação do plano de recuperação da devedora deixa o credor hipotecário em posição mais favorável que aquela que para si adviria da homologação. Tendo sido feita essa demonstração e tendo o banco requerido atempadamente a não homologação do plano de revitalização com tal fundamento, ela não poderia deixar de ser sentenciada (até oficiosamente), sob pena de não se sancionar violação grave do princípio da igualdade dos credores da insolvência – arts. 194.º, 215.º e 216.º, n.º 1, al. a), do CIRE.”.

²⁶¹ EPIFÂNIO, Maria do Rosário, “Manual de Direito da Insolvência”, ob. cit., pág. 311. Veja-se, ainda, no mesmo sentido, o Ac. Tribunal da Relação de Coimbra, de 05.09.2017, proferido no âmbito do processo n.º 1006/15.0T8LRA-D.C1, Relator António Carvalho Martins, disponível in <http://www.dgsi.pt>.

²⁶² Cfr. como exemplos de situações que se consubstanciam como de um prejuízo próprio, os Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 22.11.2007, proferido no âmbito do processo n.º 1953/07-1, Relator Manso Rainho, e o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 28.09.2017, proferido no âmbito do processo n.º 16985/16.2T8SNT-2, ambos disponíveis in <http://www.dgsi.pt>.

²⁶³ Não permitindo os elementos apresentados em juízo avaliar e comparar as situações futuras decorrentes quer aprovação do plano que da recusa da sua homologação, não se poderá considerar verificado o invocado fundamento para a recusa de homologação do plano de recuperação.

advenha da homologação do plano e a situação que previsivelmente existiria na ausência de plano²⁶⁴.

Por outro lado, é possível ainda solicitar a recusa do plano nos casos em que se verifica um favorecimento indevido de um credor (alínea b) do n.º 1 do artigo 216.º do CIRE), em concreto, nos casos em que o plano confere a algum credor um valor económico superior ao montante nominal dos seus créditos sobre a insolvência, acrescido do valor das eventuais contribuições que ele deva prestar.

Neste caso, o que a lei determina é que se *“compare o valor nominal dos créditos, acrescido dos desembolsos que ainda deva fazer, com o que o credor em causa irá receber ao abrigo do plano de revitalização. Dessa comparação, resultará, ou não, o juízo de ilegalidade do plano.”*²⁶⁵.

4.2. Do Recurso quanto à Homologação do Plano de Homologação

Mesmo que o credor que se sinta prejudicado com o plano contra o qual votou, não tenha oportunamente manifestado a sua oposição à aprovação do mesmo, o mesmo gozará, ainda assim, no caso de o tribunal vir a homologar o plano, do direito de impugnar a decisão por via de recurso, nos termos gerais. Por outro lado, caso não o faça, então as medidas que integram o plano, como é próprio do caso julgado, tornam-se vinculativas para o credor prejudicado, não obstante o desrespeito pelo disposto no artigo 194.º do CIRE.

Como bem denotam LUÍS A. CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA no tocante a esta matéria, “[d]ir-se-á, antes do mais, que, sendo a regra da igualdade estabelecida no interesse particular do credor – pode livremente aceitar o tratamento desfavorável, atribuindo-se até o valor de declaração tácita de consentimento ao mero voto favorável da deliberação –, concorrem todos os motivos para aceitar e compreender que se considere o mesmo resultado no caso de o credor não reagir, no processo, à decisão homologatória do plano.”²⁶⁶.

²⁶⁴ Na senda de NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, no fundo, trata-se de uma comparação ficcional entre a situação que expectavelmente resultará do plano para o credor e aquela que previsivelmente sucederia na ausência do plano. Cfr. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 147.

²⁶⁵ Cfr. CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, ob. cit., pág. 149.

²⁶⁶ FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, ob. cit., págs. 712 e ss.

A este propósito, acrescentam os Autores que “[u]ma tal situação é, aliás, a mais propícia a alcançar a estabilização da situação e, com ela, a certeza e segurança jurídicas, bens estes cuja relevância assume, neste domínio, valor e importância vitais.”²⁶⁷.

CONCLUSÃO

- I. Na sequência da alteração legislativa ao CIRE, operada através da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril passaram a prever-se dois caminhos possíveis para a realização do fim último expresso no CIRE, ou seja, para satisfação dos credores. A aplicação concreta de cada um desses caminhos depende da situação substantiva do devedor: (i) se o devedor estiver em situação económica difícil ou em insolvência iminente, ainda que recuperável, pode recorrer ao PER; (ii) se, inversamente, já se verificar uma situação de insolvência efetiva, deve recorrer-se ao processo de insolvência, sendo dada a prioridade, nos casos em que seja possível, ao plano de insolvência.
- II. A alteração na redação do artigo 1.º do CIRE motivou uma mudança de paradigma: do privilégio atribuído à liquidação do devedor para o privilégio dado ao plano de insolvência. No entanto, consideramos que a adoção de tal solução corresponde, tão-somente, à manifestação de uma preferência legislativa, cuja aplicação prática se configura em larga medida como irrelevante, e, por conseguinte, como inócua. Numa palavra, ainda que tenha ficado clara a intenção do legislador, a nosso ver, o modo por que a mesma foi consagrada deixou a desejar. Em termos práticos, a escolha do meio continua a ser dos credores, desde que cumpridas as regras legais aplicáveis.
- III. Numa marcada tentativa de consagração de soluções que promovam a recuperação do devedor e a tornem como finalidade primeira do CIRE, o legislador inseriu, através da Lei 16/2012, de 20 de abril, a figura do PER, um processo com carácter urgente, destinado a alcançar a viabilização ou

²⁶⁷ Luís Carvalho Fernandes e João Labareda, Código dos processos especiais de recuperação da empresa e de falência – anotado, 3.ª Edição, Quid Juris, 2015, págs. 712 e ss.

recuperação do devedor através de um acordo entre o devedor e uma maioria de credores, tendo em vista promover a viabilidade da empresa.

- IV. No entanto, o fim último do CIRE continua a ser o da satisfação dos credores, ainda que a via primordial escolhida pelo legislador para alcançar esse fim tenha passado a ser o plano de insolvência e mesmo com a introdução do PER em 2012, aplicável apenas nos casos em que o devedor ainda não está em situação de insolvência.
- V. A inserção do PER no CIRE foi um dos aspetos mais relevantes da revisão do CIRE. O PER, enquanto processo pré-insolvencial, especial, destinado à recuperação de empresas, híbrido, concursal e urgente, foi visto com bons olhos, tendo em conta o contexto económico e financeiro desfavorável em que se encontrava mergulhado o país e as consequências que, consabidamente, daí advieram no contexto do tecido empresarial português.
- VI. É um processo concursal, alicerçado em duas ordens de ideias: *(i)* por um lado, na ideia de que a generalidade dos credores interessados na recuperação podem participar na fase das negociações; e *(ii)* por outro lado, na consideração de que o plano de recuperação, quando aprovado, vincula todos os credores (mesmo os que não tenham reclamado os seus créditos ou participado nas negociações).
- VII. Da análise do regime aplicável ao PER, decorre que tal processo pode assumir uma de duas modalidades, sendo o acordo alcançado: *(i)* no seio do processo, ao abrigo dos artigos 17º-A a 17º-G do CIRE; ou *(ii)* pela via extrajudicial, ainda antes do início do processo, ao abrigo do disposto no artigo 17º-I do CIRE.
- VIII. Da definição constante do n.º 1 do artigo 17.º-A do CIRE constata-se que o PER tem em vista dois objetivos: *(i)* estabelecer negociações entre o devedor e os respetivos credores; e *(ii)* possibilitar a conclusão de um plano de revitalização.

- IX. Quanto ao conteúdo do plano, rege o princípio da liberdade de fixação e a expressão da autonomia dos credores, os quais parecem resultar da letra do artigo 192.º, n.º 1, do CIRE. O CIRE não obriga a que sejam escolhidas determinadas medidas, pelo que quem detém o poder de controlo do processo negocial e da atuação do devedor são, assim, portanto, os credores e o administrador judicial provisório. Neste sentido, poder-se-á assinalar que subjaz a este modelo a confiança no exercício pelas partes de um poder de autocontrolo de modo a evitar abusos, conquanto que tal confiança surja devidamente mitigada porquanto não se prescinde de um exercício de avaliação por parte dos tribunais.
- X. Ainda que não existam medidas taxativas que devem ser adotadas no plano, impõe-se o plano obedeça a determinados princípios e regras, sob pena de a sua inobservância poder ditar a não homologação do plano, quer oficiosa, quer a solicitação dos interessados.
- XI. O CIRE determina para o plano determinadas regras, nomeadamente o princípio da igualdade de tratamento de credores, consagrado no artigo 194.º do CIRE, que, sem prejuízo dos demais, se reveste de particular importância nesta sede. Com efeito, este princípio representa um verdadeiro limite objetivo da discricionariedade ou da liberdade de conformação do plano.
- XII. O artigo 194.º identifica como padrão de conduta o princípio da igualdade dos credores da insolvência “*sem prejuízo das diferenciações justificadas por razões objetivas.*”.
- XIII. O princípio da igualdade, previsto no artigo 13.º da CRP, impõe que situações iguais sejam tratadas de forma igual e situações diferentes de forma diferente. Por assim ser, a nossa posição é a de que a consagração expressa da necessidade de respeitar a “*as diferenciações justificadas por razões objetivas*” é desnecessária e até inútil. De facto, parece-nos evidente que, em face do assento constitucional do princípio da igualdade, previsto no artigo 13.º da CRP, e das interpretações que têm dele sido feitas, a parte final do preceito era desnecessária.

- XIV. O cenário ideal será sempre que todos os credores, perante a insuficiência do património do devedor para satisfazer os seus direitos, distribuam na mesma medida as perdas em que incorram, reflexamente impossibilitando que determinado credor, de forma injustificada, obtenha a satisfação do seu crédito de forma mais eficaz do que os restantes credores.
- XV. No entanto, em certos casos é possível e justificado atribuir um tratamento mais favorável a determinado credor, verificado um particular circunstancialismo que materialmente justifique tal solução, designadamente, quando a natureza do crédito o justifique. Facilmente se conclui que a exigência expressa formulada no artigo 194.º, n.º 1, do CIRE é a de que é apenas exigível que seja dado um tratamento igual aos credores quando estes estejam em igualdade de circunstâncias. De facto, o princípio da igualdade não implica um tratamento absolutamente igual, antes impõe que situações diferentes sejam tratadas de modo diferente.
- XVI. Aqui chegados já é possível concluir que o princípio da igualdade dos credores, não é, pois, absoluto. Isto é, não impõe de forma necessária uma total identidade de tratamento entre créditos idênticos, tal como não permite toda e qualquer solução de tratamento diferenciado entre créditos de diversa natureza.
- XVII. Em primeiro lugar, o artigo 194.º, n.º 2, do CIRE encerra aquilo que consideramos ser um verdadeiro desvio ao princípio da igualdade dos credores, ao permitir que seja dado a um credor um tratamento desfavorável relação ao tratamento dado a outros credores que se encontrem na mesma situação, nos casos em que seja dado consentimento por parte credor lesado.
- XVIII. Consideramos que o voto favorável ao plano proposto é um facto que com toda a probabilidade revela, nos termos gerais do artigo 217.º do CC, o consentimento do lesado e a consequente admissão da desigualdade prevista no plano. Ainda que exista uma “*evidência*” de “*uma vontade contrária*” às medidas desfavoráveis anterior à votação do plano, o voto favorável ao plano

parece-nos também, só por si, evidência suficiente da concordância do credor lesado com a situação ali prevista.

- XIX. Considerando que é possível o plano estabelecer diferenciações entre credores, desde que “*justificadas por razões objetivas*”, afigura-se necessário proceder a uma ponderação global de cada caso concreto de modo a aferir as situações que podem ou não ser definidas como objetivamente justificáveis, uma vez que o que se pretende é “*uma igualdade efetiva, pensada no concreto de cada caso*”. Assim, necessário será que se proceda a uma análise casuística, uma vez que podem existir medidas concretas que, em regra, poderiam ser consideradas como suscetíveis violador o princípio da igualdade dos credores, mas que, na realidade do caso concreto, não o são.
- XX. Não vemos os grupos de situações que podem ser classificadas como razões objetivas de tratamento diferenciador como exceções ao princípio da igualdade dos credores, mas antes como consagrações ou concretizações desse princípio.
- XXI. A admissibilidade de o plano prever uma diferenciação entre credores depende da existência no caso concreto de razões meramente objetivas e, por isso, de fácil e generalizada compreensão. O que significa que a homologação do plano deverá ser rejeitada quando a diferenciação é meramente arbitrária – por omitir totalmente uma razão para essa diferenciação ou por prever uma qualquer razão sem fundamento objetivo e racional, o que não sucederá se o tratamento diferenciado for objetivamente fundamentado
- XXII. Existem situações que recorrentemente surgem na jurisprudência e às quais são conferidas um conjunto de soluções típicas, ainda que por vezes contraditórias, a respeito da indagação de existência de violação do princípio da igualdade dos credores e quanto à verificação ou não de uma razão justificável para o tratamento desigual entre credores inseridos na mesma classe de créditos.

- XXIII. Tendo por base uma análise por nós feita quanto às consagrações do princípio da igualdade dos credores na jurisprudência portuguesa, conseguimos destacar cinco casos típicos relativamente aos quais se suscitam dúvidas e dificuldades de interpretação: *(i)* em função da classificação dos créditos; *(ii)* em função do grau hierárquico dentro da mesma categoria de créditos; *(iii)* em função da fonte do crédito; *(iv)* em função do regime legal (os créditos tributários); e *(v)* em função da posição nuclear do credor em relação aos outros credores;
- XXIV. Uma das razões objetivas mais comumente (ou até banalmente) invocadas para justificar a diferenciação de tratamento dos credores assenta na distinta classificação dos créditos, nos termos em que está atualmente prevista no artigo 47.º do CIRE.
- XXV. No entanto, tem surgido uma linha jurisprudencial que considera que, ainda que estejamos perante diferentes classes de créditos, tal não justifica, só de *per si*, que se possibilite um diferente tratamento dos credores. Em suma, esta corrente tem vindo a defender que o facto de estarmos perante créditos pertencentes a classes distintas, não significa, de imediato, que não foi violado o princípio da igualdade de tratamento entre credores ou que não se justifica que seja dado um tratamento igual a credores com créditos de diferentes categorias.
- XXVI. Consideramos que será possível quebrar a regra quanto à diferenciação dos credores em razão da distinta classificação dos créditos da insolvência, quando tal se justifique por razões de proporcionalidade.
- XXVII. Considerando que o princípio da igualdade dos credores deverá ser interpretado no sentido de tratar de forma igual o que é igual e desigualmente o que é desigual, pensamos que, à semelhança dos casos em que é dado um tratamento manifestamente desigual, por exemplo, a um crédito garantido

em relação a um crédito comum, também será desconforme com aquele princípio a inserção de medidas no plano que tratem de forma igual credores garantidos e comuns.

- XXVIII. O princípio da igualdade dos credores não impede que seja dado tratamento distinto a credores, em princípio, também não afasta a possibilidade de se estabelecerem diferenciações dentro da mesma categoria de créditos em função do grau hierárquico dos mesmos. Dentro da mesma categoria há motivos para destrinçar, conforme o grau hierárquico que couber aos vários créditos e que a ponderação das circunstâncias de cada situação pode justificar outros alinhamentos, nomeadamente tendo em conta as fontes do crédito.
- XXIX. Outra das razões que comumente na jurisprudência justifica um tratamento distinto entre credores é o facto de os créditos serem provenientes de diferentes fontes.
- XXX. Pela importância e debate que têm gerado, tanto na doutrina como na jurisprudência, cingimo-nos à temática dos créditos resultantes de contrato de trabalho (também designados por créditos laborais).
- XXXI. Nos termos do artigo 333.º do Código do Trabalho, os trabalhadores gozam de um privilégio mobiliário geral e de um privilégio imobiliário especial, consagrando, assim, o legislador, uma razão objetiva de diferenciação dos credores, uma vez que esta previsão legal e a concessão privilégios creditórios significa, em última análise, que se procurou, com a imposição de tais soluções, tratar de igual forma o que é igual e tratar de forma distinta o que é distinto.
- XXXII. Discute-se a admissibilidade de efetuar modificações aos créditos laborais tendo em conta o valor absoluto dos mesmos.

- XXXIII. Por outro lado, o tema que tem gerado mais controvérsia na jurisprudência tem sido o de saber se viola o princípio da igualdade de tratamento dos credores o plano que trate de forma distinta os créditos laborais – em resultado da modificação do respetivo crédito – em relação a outros créditos também eles privilegiados.
- XXXIV. Concordamos com a jurisprudência e doutrina dominantes nesta matéria, quando levantam as maiores reservas à possibilidade de o plano ser homologado mesmo quando o mesmo encerre uma total intocabilidade dos créditos tributários e se prevejam, ao invés, condições menos favoráveis para os créditos laborais.
- XXXV. Considerando o forte vínculo jurídico dos trabalhadores que o Código do Trabalho consagra e o caráter tendencialmente indisponível do sistema laboral, encontra-se justificado que se estabeleça um tratamento diferente, para melhor, dos trabalhadores face aos restantes credores, mais fortes do que uma mera perspectiva ou conjuntura futura de permanência do posto de trabalho.
- XXXVI. Com a entrada em vigor da Lei n.º 55- A/ 2010, de 31 de dezembro, ao artigo 30.º da Lei Geral Tributária foi aditado o n.º 3. Questiona-se se será legítimo, em face da legislação legal aplicável e dos princípios da igualdade dos credores e da proporcionalidade, sustentar que os créditos tributários são objetivamente merecedores de um regime mais favorável do que restantes créditos.
- XXXVII. Apensar de considerarmos como justificável a intocabilidade dos créditos tributários e que os mesmos merecem atualmente um regime mais favorável, julgamos que seria de ponderar a determinação de um regime menos intransigente ou irredutível, com a previsão legal de situações excecionais, que a par da recuperação da empresa e sua reinserção no mercado, pudesse garantir o resgate de parte do valor creditício, que de forma contrária (nomeadamente com a declaração de insolvência do devedor e a aprovação de qualquer plano de insolvência, independentemente da sua modalidade),

pode revelar-se impossível em face do valor e classe dos créditos envolvidos e do património do devedor.

XXXVIII. Casos há em que um credor *(i)* está disposto a financiar o devedor ou *(ii)* é, simultaneamente, um fornecedor essencial para a atividade do devedor e faz depender a manutenção da relação comercial do pagamento integral do seu crédito. Quer num caso quer noutro resulta evidente que o credor se encontra numa posição de força em relação ao devedor

XXXIX. Concordamos com a corrente jurisprudencial que, ao reconhecer determinados credores como parceiros estratégicos da empresa devedora (enquanto elementos determinantes na prossecução da atividade do devedor e, em última linha, imprescindíveis para a sua reabilitação), entende ser admissível e conforme ao princípio da igualdade dos credores, a previsão no plano de medidas mais favoráveis para esses credores.

XL. No entanto, para que se possa classificar a justificação para a diferenciação como objetiva, deverá: *(i)* estar em causa um fundamento preponderante para a recuperabilidade do devedor; *(ii)* existir um risco sólido de perda para o credor em função do valor do crédito ou do sacrifício que para ele represente a concessão do crédito; *(iii)* estar devidamente previsto no plano o fundamento e os factos concretos que o sustentam; *(iv)* devidamente acautelar-se os interesses dos restantes credores (se a diferenciação em causa levar ao afastamento total dos restantes credores deverá ser recusada a homologação do plano; e *(v)* a diferenciação mostrar sempre proporcional, mantendo sempre presente que ao credor já é legalmente concedido um privilégio em função do risco em que incorre

XLI. Por outro lado, questiona-se se deve ser considerado o valor dos créditos e a sua importância para a aprovação do plano e se se pode configurar tal circunstância como causa ou razão objetiva para diferenciar o tratamento entre credores, questão com a qual discordámos.

- XLII. Quanto a nós, não nos parece que o plano possa ser homologado pela simples razão de tal situação ser mais favorável para o devedor do que ser declarada a insolvência, ou seja, pela simples necessidade de aprovar o plano. O fim último do CIRE continua a ser a satisfação dos créditos do credor, ainda que o PER determine que, sendo possível por não estar ainda em situação de insolvência, tal satisfação deverá ser feita por via da recuperação do devedor. No entanto, tal não deve nem pode ocorrer com a violação de princípios fundamentais e estruturantes de defesa dos interesses dos credores, como é o caso do princípio da igualdade dos credores.
- XLIII. Assim, pensamos que a simples dimensão do crédito e o maior poder de voto de determinado credor não constitui uma razão objetiva para o diferenciar em relação aos demais, não devendo esta situação ser admitida mesmo que em causa esteja uma situação em que a aprovação do plano seria mais favorável do que a situação que se precipitaria se fosse declarada a insolvência.
- XLIV. A violação do princípio da igualdade dos credores terá que ser aferida por meio da ponderação global de cada caso concreto, devendo a homologação do plano ser recusada sempre que a vinculação de algum credor ao plano se revele claramente excessiva, desproporcionada ou desrazoável.
- XLV. Como se assinalou anteriormente, a análise da violação do princípio deverá ser casuística, uma vez que, mesmo estando perante uma situação que tipicamente poderia envolver uma diferenciação injustificada do princípio da igualdade dos credores, há casos em que as medidas previstas no plano se compensam, mitigando uma possível violação do daquele princípio, sendo que tais situações só poderão ser aferidas por referência ao caso concreto.
- XLVI. Posteriormente cumpre ao juiz, no prazo de 10 dias contados da receção do plano, decidir se deve ou não homologar o plano, podendo, em certas circunstâncias, recusar a sua homologação oficiosamente (de acordo com o artigo 215.º do CIRE) ou a requerimento de qualquer interessado (de acordo com o artigo 216.º do CIRE).

- XLVII. Nos termos do artigo 215.º do CIRE, deverá o tribunal recusar oficiosamente a homologação do plano de recuperação: *(i)* caso se verifique uma violação não negligenciável de regras procedimentais ou das normas aplicáveis ao seu conteúdo, qualquer que seja a sua natureza; e/ou quando, *(ii)* no prazo razoável que estabeleça, não se verifiquem as condições suspensivas do plano ou não sejam praticados os atos ou executadas as medidas que devam preceder a homologação.
- XLVIII. A limitação do poder de controlo da legalidade do juiz resulta não apenas do respeito pela primazia da vontade dos credores no âmbito do PER, como ainda do facto de o juiz não ter acesso a toda a informação relevante – nomeadamente a relativa à fase das negociações, e, ainda, do também limitado período de tempo que o mesmo dispõe para tomar uma decisão quanto à homologação ou recusa do plano de recuperação (como vimos, apenas 10 dias).
- XLIX. Tem-se vindo a entender que, sendo o princípio da igualdade dos credores um princípio basilar e estruturante no plano da insolvência, a sua afetação se traduz numa violação grave, não negligenciável, das regras aplicáveis ao seu conteúdo, levando à solução apontada no artigo 215.º do CIRE.
- L. Nestes termos, caso não seja atempadamente recolhido o assentimento do lesado ou não exista uma situação objetiva que justifique um tratamento diferencial, a consequência deverá ser a de o tribunal recusar a homologação do plano, por violação do disposto no artigo 194.º do CIRE e, em consequência, o princípio da igualdade dos credores ali previsto.
- LI. Acresce, ainda, que se ocorrer alguma das situações previstas no artigo 216.º do CIRE, o credor lesado pode tomar a iniciativa de solicitar ao tribunal uma decisão de não homologação do plano.
- LII. Mesmo que o credor que se sinta prejudicado com o plano contra o qual votou, não tenha oportunamente manifestado a sua oposição à aprovação do

mesmo, o mesmo gozará, ainda assim, no caso de o tribunal vir a homologar o plano, do direito de impugnar a decisão por via de recurso, nos termos gerais.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Jorge Manuel Coutinho, “Curso de Direito Comercial”, Volume I, Almedina, Coimbra, 2016;

ALEXANDRE, Isabel, *Efeitos Processuais da abertura do processo de revitalização*, in: “II Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2014, (pág. 235-254);

BARBOSA, Mafalda Miranda, *Da igualdade ou do tratamento igualitário entre os credores - breves considerações*, in “Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra”, Volume 92, Tomo 1, 2016, (págs. 367-401);

CANOTILHO, José Joaquim Gomes/ MOREIRA, Vital, “Constituição da República Portuguesa Anotada”, Volume I, 4.^a Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014;

CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, “PER, O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do CIRE”, Coimbra Editora, Coimbra, 2014;

COSTA, Ana Ribeiro, *Os Créditos Laborais no Processo Especial de Revitalização: breves notas e inquietações*, apresentação realizada no VI Congresso Internacional de Ciências Jurídico Empresariais”, outubro de 2014, disponível para consulta in <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1457/1/artigo4.pdf>;

COSTA, Salvador da, “O Concurso de credores, Áreas comum, fiscal e da insolvência”, 5.^a Edição, Almedina, Coimbra, 2015;

CRUZ, Nuno Gundar da, “Processo Especial de Revitalização – Estudos sobre os poderes do juiz”, Petrony, Lisboa, 2016;

CUNHA, Paulo Olavo, *A recuperação de sociedades no contexto do PER e da insolvência: âmbito e especificidades resultantes da situação de crise da empresa*, in: “Estudos em homenagem ao Professor Doutor Carlos Pamplona Corte-Real”, Coimbra, 2016;

DIAS, Sara Luís da Silva Veiga, “O Crédito Tributário e as Obrigações Fiscais no Processo de Insolvência”, Universidade do Minho, Escola de Direito, 2012, disponível para consulta in <http://hdl.handle.net/1822/21395>;

DINIS, David Sequeira/ ROSA, Luís Bértolo, *Os créditos tributários e o plano de insolvência/recuperação*, in: “Vida judiciária”, n.º 192, Porto, 2015, (pág. 30-31);

DIONÍSIO BERNARDO JIMÉNEZ MAÑAS, “Par conditio creditorum vs Privilegium”, Trabajo Final de II Curso de Experto Universitario en Derecho Concursal, Universidad Internacional de Andalucía, 2011, pág 14, disponível para consulta in https://dspace.unia.es/bitstream/handle/10334/1854/0330_Jimenez.pdf?sequence=1;

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, “Manual de Direito da Insolvência”, 6.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015;

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, “O Processo Especial de Revitalização”, Almedina, Coimbra, 2016;

FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA, João, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, 3.^a Edição, Quid Juris, Lisboa, 2015;

FERREIRA, Hugo Rosa, *Compensação e Insolvência (em particular, na cessão de créditos para titularização)*, in: “Direito da Insolvência”, 1.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, (pág. 9-64);

FERREIRA, Maria de Fátima Fernandes, *O pagamento aos credores e o rateio parcial em processo de falência*, in: “Revista da Ordem dos Advogados”, Ano 62, Volume I, Lisboa, 2002, disponível para consulta in <https://portal.oa.pt/comunicacao/publicacoes/revista/ano-2002/ano-62-vol-i-jan-2002/temas-e-referencia/maria-de-fatima-fernandes-ferreira-o-pagamento-aos-credores-e-o-rateio-parcial-em-processo-de-falencia/>;

GARRIDO, José Maria, Garantias Reales, *Privilegios Y Pare Conditio – Un ensayo de análisis funcional*, in: “Centro de Estudios Registrales”, Madrid, 1999;

GONÇALVES, Filipa, *O Processo Especial de Revitalização*, in: “Estudos de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2017, (pág. 51-98);

JÚNIOR, Eduardo dos Santos, *O Plano de Insolvência. Algumas notas*, in: “O Direito”, Ano 138.º, n.º 3, Juridireito, Lisboa, 2006, (págs. 571-591);

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “A Recuperação Económica dos Devedores. RER, PER, Plano de Insolvência, Plano de Pagamentos e Exoneração do Passivo Restante”, Almedina, Coimbra, 2019;

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, 10.º edição, Almedina, Coimbra, 2018;

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, “Direito da Insolvência”, 7.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2017;

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *A responsabilidade pela abertura indevida do processo especial de revitalização*, in: “II Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2014;

LOUSA, Nuno Ferreira, *Crónica de jurisprudência dos Tribunais da Relação (2017)*, in: “Revista de Direito da Insolvência”, n.º 2, Coimbra, 2018, (págs. 147-168);

LOUSA, Nuno Ferreira/ BRANCO, Manuel de Abreu Castelo, *A aplicação do princípio da igualdade no processo especial de revitalização*, in: “Vida judiciária”, n.º 192, Porto, 2015, (pág. 32-33);

LUCAS, Miguel Pires, “Dos privilégios creditórios - regime jurídico e sua influência no concurso de credores”, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2015;

MARTINS, Alexandre de Soveral, “Um Curso de Direito da Insolvência”, 2.^a Edição Revista e Atualizada, Almedina, Coimbra, 2017;

MARTINS, Alexandre Soveral, *Notas sobre o conteúdo do plano de insolvência*, in “Liber Amicorum Manuel Simas Santos”, Rei dos Livros, Lisboa, 2016;

MARTINS, Luís M., “Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas”, 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2017;

MATOS, José Igreja, *Poderes do juiz no processo especial de revitalização. Divergindo de edipianas inevitabilidades*, in: “IV Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2017, (pág. 293-316);

MENDEIROS, Sandra, *A indisponibilidade dos créditos públicos e a intervenção da Segurança Social nos processos de recuperação de empresas*, in: “Vida judiciária”, n.º 192, Porto, 2015, (pág. 26-27);

NOVAIS, Jorge Reis, “Os Princípios Estruturantes da República Portuguesa”, Coimbra Editora, Lisboa, 2004;

PEREIRA, João Aveiro, *A revitalização económica dos devedores*, in: “O Direito”, Ano 145.º, Lisboa, 2013, (págs. 9-50);

PINTO, Rui, *Os terceiros garantes face ao processo especial de revitalização (PER). Algumas notas*, in: “Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Pamplona Corte-Real”, Almedina, Coimbra, 2016, (pág. 865-893);

PRATA, Ana/ CARVALHO, Jorge Morais/ SIMÕES, “Rui, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado”, Almedina, Coimbra, 2013;

REIS, José Alberto dos, “Processos Especiais”, Volume I, Coimbra Editora, Coimbra, 1955;

SERRA, Catarina, *Alguns Aspetos da Revisão do Regime da Falência pelo DL n.º 315/98, de 20 de Outubro*, in: “Scentia Iuridica”, Braga, 1999, (pág. 183-206);

SERRA, Catarina, “A Falência no Quadro da Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito – O Problema da Natureza do Processo de Liquidação Aplicável à Insolvência no Direito Português”, Coimbra Editora, Coimbra, 2009;

SERRA, Catarina, *Créditos tributários e princípio da igualdade entre os credores: dois problemas no contexto da insolvência de sociedades*, in: “Direito das sociedades em revista”, Ano 4, Volume 8, Coimbra, 2012, (págs. 75-101);

SERRA, Catarina, “O Regime Português da Insolvência”, 5.^a Edição, Almedina, Coimbra, 2012;

SERRA, Catarina, *Entre o princípio e os princípios da recuperação de empresas (um work in progress)*, in: “II Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2014;

SERRA, Catarina, “Lições de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2018;

SERRA, Catarina, *PER, processos e créditos laborais - uma análise tridimensional (jurisprudência, novíssimo direito da insolvência e projetado direito europeu)*, in: *Prontuário de direito do trabalho*, n.º 2, Lisboa, 2017, (pág. 159-184);

SERRA, Catarina, *Revitalização – a designação e o misterioso objeto designado. O Processo Homónimo (PER) e as suas ligações com a Insolvência (situação e processo) e com o SIREVE*, in: “I Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2013, (págs. 85-106);

SILVA, Fátima Reis, “Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente”, Porto Editora, Porto, 2014;

VASCONCELOS, Luís Miguel Pestana de, *Direito de retenção, par conditio creditorum, justiça material*, in: “Cadernos de direito privado”, n.º 41, Braga, 2013, (pág. 5-17);

VASCONCELOS, Luís Miguel Pestana de, “Recuperação de Empresas: o processo especial de revitalização”, Almedina, Coimbra, 2017.

JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal de Justiça:

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 13.01.2009, proferido no âmbito do processo 08A3563, Relator Fonseca Ramos;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 02.03.2010, proferido no âmbito do processo n.º 4554/08.5TBLRA-F.C1.S1, Relator Silva Salazar;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 15.12.2011, proferido no âmbito do processo n.º 467/09.1TYVNG-Q.P1.S1, Relatora Silva Gonçalves;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 25.03.2014, proferido no âmbito do processo n.º 6148/12.1TBBRG.G1.S1, Relator Fonseca Ramos;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 13.11.2014, proferido no âmbito do processo n.º 3970/12.2TJVNF-A.P1.S1, Relator Salreta Pereira;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 18.12.2014, proferido no âmbito do processo n.º 1786/12.5TBTN.V.C2.S1, Relator Fonseca Ramos;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 08.10.2015, proferido no âmbito do processo n.º 1898/13.8TYLSB.S1, Relator Júlio Gomes;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 24.11.2015, proferido no âmbito do processo n.º 212/14.0TBACN.E1.S1, Relator José Raínho;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 27.10.2016, proferido no âmbito do processo n.º 741/16.0T8LRA-A.C1.S1, Relator José Rainho;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 14.12.2016, proferido no âmbito do processo n.º 1515/14.9TBFUN-B.L1.S1, Relator Fonseca Ramos;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 07.02.2017, proferido no âmbito do processo n.º 5512/15.T8CBR.C1, Relator Nuno Cameira;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 27.04.2017, proferido no âmbito do processo n.º 1839/15.8T8STR.E1.S1, Relatora Ana Paula Boulrot;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 06.06.2017, proferido no âmbito do processo n.º 12966/16.4T8LSB.L1.S1, Relatora Ana Paula Boulrot;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 17.04.2018, proferido no âmbito do processo n.º 5781/16.7T8VIS-D.C1.S1, Relator Pinto de Almeida;

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 18.09.2018, proferido no âmbito do processo n.º 190/13.2TBVNC.G1.S1, Relator José Raínho.

Tribunal da Relação de Coimbra:

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 05.07.2011, proferido no âmbito do processo n.º 393/10.1TBVNO-G.C1, Relatora Regina Rosa;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 17.01.2012, proferido no âmbito do processo n.º 1577/10.8TBPBL-F.C1, Relator Alberto Ruço;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 12.06.2012, proferido no âmbito do processo n.º 1087/10.3TJCBR-J.C1, Relator Jaime Ferreira;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 06.11.2012, proferido no âmbito do processo n.º 444/06.4TBCNT-Q.C1, Relator Henrique Antunes;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 25.06.2013, proferido no âmbito do processo n.º 3369/10.5TBVIS-L.C1, Relatora Catarina Gonçalves;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 07.10.2013, proferido no âmbito do processo n.º 754/13.4TBLRA.C1, Relator Carlos Moreira;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 11.02.2014, proferido no âmbito do processo n.º 434/13.0TBCNT.C1, Relator Moreira do Carmo;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 21.10.2014, proferido no âmbito do processo n.º 2081/13.8TBPBL-A.C1, Relator Sílvia Pires;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 17.03.2015, proferido no âmbito do processo n.º 338/13.7TBOFR-A.C1, Relator Henrique Antunes;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 19.05.2015, proferido no âmbito do processo n.º 3105/13.4TBLRA.C1, Relator Moreira do Carmo;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 15.09.2015, proferido no âmbito do processo n.º 5570/14.3T8CBR.C1, Relator Arlindo Oliveira;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 02.02.2016, proferido no âmbito do processo n.º 2935/15.7T8CBR.C1, Relatora Maria João Areias;

Ac. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 07.06.2016, proferido no âmbito do processo n.º 3144/11.0TBCLD-B.C1, Relator Manuel Capelo;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 06.07.2016, proferido no âmbito do processo n.º 6227/15.3T8VIS.C1, Relator Fernando Monteiro;

Ac. Tribunal da Relação de Coimbra, de 07.03.2017, proferido no âmbito do processo n.º 2710/16.1T8VIS.C1, Relator António Domingos Pires Robalo;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 27.06.2017, proferido no âmbito do processo n.º 8389/16.3T8CBR.C1, Relator Isaías Pádua;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 12.07.2017, proferido no âmbito do processo n.º 3528/15.4T8CBR.1.C1, Relator Jorge Arcanjo;

Ac. Tribunal da Relação de Coimbra, de 05.09.2017, proferido no âmbito do processo n.º 1006/15.0T8LRA-D.C1, Relator António Carvalho Martins;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 26.09.2017, proferido no âmbito do processo n.º 1122/16.1T8GRD-A.C1, Relator Maria Catarina Gonçalves;

Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, de 23.01.2018, proferido no âmbito do processo n.º 1923/17.3T8VIS.C1, Relator Arlindo Oliveira.

Tribunal da Relação de Guimarães:

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 22.11.2007, proferido no âmbito do processo n.º 1953/07-1, Relator Manso Raínho;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 30.10.2008, proferido no âmbito do processo n.º 1976/08-2 Relatora Conceição Bucho;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 18.10.2011, proferido no âmbito do processo n.º 5036/10.0TBBRG-J.G1, Relatora Maria Catarina R. Gonçalves;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 20.10.2011, proferido no âmbito do processo n.º 4044/10.6TBGMR –F.G1, Relator Amílcar Andrade;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 27.02.2012, proferido no âmbito do processo n.º 1659/10.6TBVCT, Relatora Conceição Bucho;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 06.03.2012, proferido no âmbito do processo n.º 631/11.3TBBCL-C.G1, Relator Figueiredo de Almeida;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 10.04.2012, proferido no âmbito do processo n.º 2261/11.0TBBRG-E.G1, Relatora Ana Cristina Duarte;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 04.03.2013, proferido no âmbito do processo n.º 3695/12.9TBBRG.G1, Relator António Santos;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 16.05.2013, proferido no âmbito do processo n.º 284/13.4TBEPs-A.G1, Relatora Conceição Bucho;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 18.06.2013, proferido no âmbito do processo n.º 743/12.6TBVVD.G1, Relatora Rosa Tching;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 18.06.2013, proferido no âmbito do processo n.º 4021/12.2TBGMR.G1, Relatora Maria Rosa Tching;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 29.10.2013, proferido no âmbito do processo n.º 8180/12.6TBBRG.G, Relator Edgar Gouveia Valente;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 25.11.2013, proferido no âmbito do processo n.º 6148/12.1TBBRG.G1, Relatora Manuela Fialho;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 17.12.2013, proferido no âmbito do processo n.º 77 4/13.9TBGMR.G1, Relator Paulo Duarte Barreto;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 16.01.2014, proferido no âmbito do processo n.º 1609/13.8TBBRG.G1, Relator Edgar Gouveia Valente;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 20.02.2014, proferido no âmbito do processo n.º 8/14.9TBGMR.G1, Relator Moisés Silva;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 19.06.2014, proferido no âmbito do processo n.º 404/13.9TBBCL.G, Relatora Helena Melo;

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 25.09.2014, proferido no âmbito do processo n.º 983/14.3TBBCL-A.G1, Relator Estelita de Mendonça;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 25.06.2015, proferido no âmbito do processo n.º 309/09.8TTBCL-C.P1.G1, Relator Antero Veiga;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 04.04.2017, proferido no âmbito do processo n.º 3820/15.8T8VNF.G1, Relator Maria dos Anjos Nogueira;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 27.04.2017, proferido no âmbito do processo n.º 1933/16.8T8VNF.G1, Relatora Ana Cristina Duarte;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 28.09.2017, proferido no âmbito do processo n.º 7797/16.4T8VNF.G1, Relatora Raquel Batista Tavares;

Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães, de 18.09.2018, proferido no âmbito do processo n.º 2209/14.0TBBRG.G1, Relator Ana Cristina Duarte.

Tribunal da Relação de Lisboa:

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 09.05.2013, proferido no âmbito do processo n.º 2134/12.0TBCLD-B.L1-2, Relatora Ondina Carmo Alves;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 12.12.2013, proferido no âmbito do processo n.º 1908/12.6TYLSB-A.L1, Relatora Ana Resende;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 25.03.2014, proferido no âmbito do processo n.º 3175/13.5TBSXL.L1-1, Relator Eurico Reis;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 29.05.2014, proferido no âmbito do processo n.º 723/13.4TYLSB.L1-6, Relator Tomé Ramião;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 28.10.2014, proferido no âmbito do processo n.º 498.14.0TYLSB-D.L1-7, Relatora Maria do Rosário Morgado;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 01.10.2015, proferido no âmbito do processo n.º 11334/14.7T2SNT.L1.2, Relatora Ondina Alves;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa de 06.10.2015, proferido no âmbito do processo n.º 2109/14.4TBOER-A.L1-7, Relatora Maria da Conceição Saavedra;

Ac.do Tribunal da Relação de Lisboa, de 09.07.2015, proferido no âmbito do processo n.º 539/15.0T8LSB-B.L1-2, Relator Olindo Geraldes;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 03.12.2015, proferido no âmbito do Processo n.º 7543-14.7T8SNT.L1-8, Relator Sacarrão Martins;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 28.01.2016, proferido no âmbito do processo n.º 1702-15.2T8SNT.L1-8, Relator Sacarrão Martins;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 20.06.2016, proferido no âmbito do processo n.º 26506/15.9T8SNT-A.L1-7, Relatora Cristina Coelho;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14.07.2016, proferido no âmbito do processo n.º 1702-15.2T8SNT -A.L1-6, Relator Maria Teresa Pardal;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 21.01.2017, proferido no âmbito do processo n.º 1248/16.1T8BRR.L1-7, Relatora Maria da Assunção Raimundo;

Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa, de 28.09.2017, proferido no âmbito do processo n.º 16985/16.2T8SNT-2.

Tribunal da Relação do Porto:

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 01.07.2008, proferido no âmbito do processo n.º 0822193, Relator Guerra Banha;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 04.07.2011, proferido no âmbito do processo n.º 467/09.1TYVNG-Q.P1, Relatora Anabela Luna de Carvalho;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 13.07.2011, proferido no âmbito do processo n.º 134/11.6 TBSTS -A.P1, Relator Soares de Oliveira;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 25.10.2011, proferido no âmbito do processo n.º 554/10.3TBPRD-H.P1, Relatora Anabela Dias da Silva;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 14.11.2011, proferido no âmbito do processo n.º 1911/09.2TBLSD-H.P1, Relator Rui Moura;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 15.11.2012, proferido no âmbito do processo n.º 1457/12.2TJPRT-A.P1, Relator Cardoso Amaral;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 13.05.2013, proferido no âmbito do processo n.º 4257/12.6TBVFR-B.P1, Relator Caimoto Jácome;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 14.05.2013, proferido no âmbito do processo n.º 1172/12.7TBMCN.P1, Relator Vieira e Cunha;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 17.06.2013, proferido no âmbito do processo n.º 1013/10.0TJPRT.P1, Relatora Maria Adelaide Domingos;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 28.06.2013, proferido no âmbito do processo n.º 4944/12.9TBSTS.P, Relatora Maria Amália Santos;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 19.07.2013, proferido no âmbito do processo n.º 8977/16.8T8PRT.P1, Relator Rui Moreira;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 21.10.2013, proferido no âmbito do processo n.º 1426/12.2TYVNG.P, Relator Carlos Querido;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 04.02.2014, proferido no âmbito do processo n.º 622/13.0TBCHV-A.P1, Relatora Anabela Dias da Silva;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 30.06.2014, proferido no âmbito do processo n.º 1251/12.0TYVNG.P1, Relator Caimoto Jácome;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 09.12.2014, proferido no âmbito do processo n.º 166/14.2TJPRT.P1, Relator Rui Moreira;

Ac. Do Tribunal da Relação do Porto, de 27.01.2015, proferido no âmbito do processo n.º 375/13.1.TYVNG.P1, Relator Francisco Matos;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 14.03.2015, proferido no âmbito do processo n.º 1767/16.0T8VNF.G1, Relator Rodrigues Pires;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 13.04.2015, proferido no âmbito do processo n.º 974/13.1TYVNG.P2, Relatora Rita Romeira;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 14.04.2015, proferido no âmbito do processo n.º 1529/14.9TBPRD.P1, Relator Vieira e Cunha;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 28.04.2015, proferido no âmbito do processo n.º 506/14.4TYVNG.P1, Relator Francisco Matos;

Ac. Tribunal da Relação do Porto, de 08.07.2015, proferido no âmbito do processo 261/14.8TYVNG.P1, Relator Manuel Domingos Fernandes;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 15.09.2015, proferido no âmbito do processo n.º 2438/14.7T8OAZ.P1, Relator Rodrigues Pires;

Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 07.04.2016, proferido no âmbito do Processo n.º 1709/15.0T8AVR.P1, Relator Carlos Querido.